

**ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilce Joelma Veiga Ferraz, Adilton Dorival Leite, Anderson de Souza Sant'Ana, André Martins Biancarelli, Andréa Marcondes de Freitas, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Arlindo Alemão Gregório, Arnaldo César da Silva Walter, Augusto César da Silveira, Benilton de Sá Carvalho, Bruno Gomes Ximenes, Cesar José Bonjuani Pagan, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudio José Servato, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine dos Santos José, Eliana da Silva Souza, Fabiane de Moraes Rodrigues, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco Hideo Aoki, Hafeel Thor Macêdo Ferreira, Geovane Figueiredo da Silva, Gildo Giroto Junior, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Hernandes Faustino de Carvalho, Hugo Enrique Hernández Figueroa, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, João Marcos Travassos Romano, José Antonio Rocha Gontijo, José Luis Pio Romera, José Leonardo de Oliveira, José Luis Pio Romera, Leandro Aparecido Villas, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luiz Seabra Junior, Marcelo Alves da Silva Mori, Márcio Antônio Cataia, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Maria Luiza Moretti, Mariângela Ribeiro Resende, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Pavan Serafim, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Odilon José Roble, Paulo Adriano Ronqui, Paulo José Rocha de Albuquerque, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Rafael de Jesus Soudre, Rafael Silva Marconato, Renan Dias Oliveira, Renê José Trentin Silveira, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Samuel Rocha de Oliveira, Verónica Andrea González-López e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, compareceram os professores: Ana Maria Frattini Fileti, Cristiane Maria Megid, Douglas Soares Galvão, Maria Silvia Viccari Gatti, Oswaldo da Rocha Grassiotto, Paulo César Montagner, Roberto Donato da Silva Júnior, Sávio Machado Cavalcante e Silvia Maria Santiago; a doutora Raluca Savu; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; a acadêmica Michelle Simões da Silva; e os senhores Danilo Jorge Zanetti, Everaldo Pinheiro, Juliano Henrique Davoli Finelli, Paulo Eduardo Fávero, Talita de Almeida Mendes e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Márcio Alberto Torsoni, sendo substituído pela conselheira Milena Pavan Serafim; Claudia Vianna Maurer Morelli, sendo substituída pelo conselheiro Gildo Giroto Junior; Dirce Djanira Pacheco e Zan, sendo substituída pelo conselheiro Cesar José Bonjuani Pagan; Anna Christina Bentes da Silva, sendo substituída pelo conselheiro Marco Antonio Garcia de Carvalho; Ellen Alves Menezes, sendo substituída pelo conselheiro Geovane Figueiredo da Silva; Ângelo Roberto Biasi, sendo substituído pelo conselheiro Renan Dias Oliveira; Maiane Junqueira Teixeira Neto, sendo

substituída pelo conselheiro José Leonardo de Oliveira; Claudio Francisco Tormena; e Luiz Carlos Dias. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Octogésima Primeira Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma híbrida, utilizando a plataforma Zoom independentemente da forma de participação. O uso da palavra pelos titulares se dará por ordem de inscrição, utilizando o botão em formato de mão no aplicativo. Para as manifestações na Ordem do Dia, os conselheiros terão um limite temporal de cinco minutos e de três minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente se inicia agora, através do botão em formato de mão no Zoom, e se encerrará após a aprovação da ata. Informa que em virtude do afastamento da senhora Gabriela Barros Gonçalves da Universidade, nos termos da publicação junto ao Diário Oficial do Estado de 16.05.2023, o conselheiro Rafael Silva Marconato, até então primeiro suplente, passa a ser representante titular dos servidores técnico-administrativos junto ao Conselho Universitário e representante suplente junto à Câmara de Administração. Informa também que as propostas de deliberações que constaram do Expediente do Consu de 28.03.2023 para ciência e discussões prévias, que tratam de estabelecer as normas gerais a serem observadas nos concursos públicos para provimento de cargo de professor doutor da Carreira MS e instituir o programa piloto de cargos públicos de professor da Carreira MS destinados para candidatos negros, pretos e pardos e pessoas com deficiência para o ano de 2023, ainda carecem de maior análise e estudos, e por essa razão não foi possível sua inclusão nesta pauta. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Octogésima Sessão Ordinária de 2023, realizada em 28 de março de 2023, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 03 abstenções. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Primeira Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 25 de abril de 2023, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 07 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 16 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com 02 itens, informando que há destaques da Mesa para os itens 01 a 06: item 01 – Proc. nº 01-P-13453/2006, item 02 – Proc. nº 01-D-21456/2023, item 03 - nº 01-P-20210/2023, item 04 – Proc. nº 01-P-24250/1998, item 05 – Proc. nº 01-P-21598/2011, item 06 – Proc. nº 01-D-50813/2022. Pergunta se há destaques por parte dos conselheiros. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS destaca o item 14 – Proc. nº 01-D-1589/2023. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR destaca o item 09 – Proc. nº 01-D-36649/2022. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LOPEZ destaca o item 10 – Proc. nº 01-P-9160/2023. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU destaca o item 8 – Proc. nº 01-P-18408/2017. O Conselheiro HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA destaca o item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 37-P-7244/2020. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO destaca o item 07 – Proc. nº 01-P-10977/2023. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia e do Adendo à Ordem do Dia, sendo aprovados, por unanimidade, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: K – Requisitos e Procedimentos Internos - Para Aprovação - Deliberação Consu-A-09/2015 - 11) Proc. nº 21-P-14035/2019 – do Instituto de Estudos da

1 Linguagem – Proposta de Deliberação Consu, que dispõe sobre os requisitos e procedimentos
2 internos para realização de concursos para provimento de cargo de Professor Titular, revogando
3 a Deliberação Consu-A-31/2019 – Aprovação pela Congregação em 27.04.23 – Pareceres PG-
4 1652/23 e CLN-19/23. L – Proposta de Logotipo - Portaria GR-34/95 - 12) Proc. nº 13-D-
5 10660/2023 – do Colégio Técnico de Limeira – Proposta de novo logotipo do Colégio Técnico
6 de Limeira – Aprovação pela Congregação em 09.02.23 – Ofício Cotil-24/23 e Parecer PG-
7 1169/23. 13) Proc. nº 01-P-50239/2022 – da Coordenadoria de Centros e Núcleos
8 Interdisciplinares de Pesquisa – Proposta de novo logotipo da Coordenadoria de Centros e
9 Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa – Aprovação pela CAI/Consu em 11.04.23 – Ofício
10 Cocen-130/22 e Parecer PG-3309/22. N – Convênios – A ser celebrado – Para aprovação -
11 Deliberação Consu-A-16/2022 - 15) Proc. nº 05-P-36492/2022 – da Faculdade de Engenharia
12 Civil, Arquitetura e Urbanismo - Convênio de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e
13 SITAWI, com interveniência do Fundo Filantrópico Saneamento Inclusivo, na qualidade de
14 financiador - Executor: Luana Mattos de Oliveira Cruz e Mariana Rodrigues Ribeiro dos Santos
15 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$11.760,00 - Resumo do Objeto: Execução dos projetos de
16 pesquisa aplicada “Conjuntura e Governança dos serviços de limpa fossa no Brasil” e
17 “Condições e desafios enfrentados junto aos serviços de limpa fossa”, conforme Plano de
18 Trabalho - Parecer: Cacc. - 16) Proc. nº 34-P-8615/2023 – do Instituto de Computação -
19 Convênio de Pesquisa e Desenvolvimento - Partes: Unicamp/Funcamp e Technology
20 Innovation Institute – Sole Proprietorship LLC – Emirados Árabes Unidos - Executores: Julio
21 Cesar Lopez Hernandez e Ricardo Dahab - Vigência: 02 anos ou a data de conclusão do projeto
22 - Recursos: US\$383,180.00 - Resumo do Objeto: Projeto de pesquisa sobre a segurança e a
23 implementação de software de algoritmos criptográficos para diferentes plataformas
24 computacionais, incluindo as recentes arquiteturas Armv8/Armv9: “Software de Algoritmos
25 Criptográficos em ARM” - Parecer: Cacc. Adendo à Ordem do Dia: A – Recurso ao Consu –
26 Para Deliberação - Artigo 25 da Deliberação Consu-A-30/2013 – 02) Proc. nº 09-P-23975/2022,
27 de Rafael Afonso da Silva e Claudinei Cássio de Rezende – Recurso de nulidade interposto
28 pelos interessados contra o resultado do concurso de Professor Doutor – nível MS-3.1 – em
29 RTP – área de Sociologia Clássica – junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Cota
30 PG-362/23 e Parecer PG-1448/23. O MAGNÍFICO REITOR passa à discussão do item 01 –
31 Proc. nº 01-P-13453/2006 –, que trata de proposta de Deliberação que altera os Estatutos, o
32 Regimento Geral e a Deliberação Consu-A-09/2015, que estabelece as normas a serem
33 observadas nos concursos para provimento de cargo de Professor Titular. Solicita à doutora
34 Ângela que esclareça o que estarão votando. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI
35 diz que esta é uma minuta que pretende alterar os Estatutos, o Regimento Geral e a Deliberação
36 Consu-A-9/2015, que trata do concurso para professor titular. A alteração incide no inciso IV
37 do artigo 4º da Deliberação-A-9/2015, que cuida da aprovação de inscrição no concurso para
38 titular de especialista externo à carreira do Magistério Superior. A alteração feita foi a retirada
39 de exigência de quórum qualificado na Cepe para avaliar e aprovar essas inscrições. Como essa
40 previsão também se encontrava nos Estatutos e no Regimento, a minuta contempla alteração

nas três normas, como explicita o quadro que consta da pauta. Só foi retirada a especificação “por voto de 2/3 dos membros em exercício da Cepe”. O MAGNÍFICO REITOR diz que em uma das últimas reuniões em que foi feita a discussão de um item envolvendo comissão de especialistas, o professor Arnaldo, diretor da Faculdade de Engenharia Mecânica, fez duas propostas possíveis para simplificar o processo. Uma era retirar o quórum qualificado, mas mantendo a votação na Cepe; e outra é que a votação se encerrasse na congregação. Consideraram que o melhor era retirar o quórum qualificado da Cepe, porque no contexto da congregação pode haver conflito de interesse, já que envolve normalmente professores da unidade que estão prestando o concurso também. Então acharam adequado manter na Cepe, mas retirando a necessidade de quórum qualificado. Se essa proposta for aprovada, a definição dos procedimentos em relação àquele julgamento da comissão de especialistas para a pessoa poder se candidatar ao cargo de titular no caso de não ter a livre-docência pode ser decidida por maioria simples. É essa mudança que está sendo proposta aqui, só que para essa mudança ser viabilizada é necessário que haja maioria qualificada nesta reunião, porque é uma mudança estatutária. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA solicita esclarecimento do porquê há a necessidade de, no caso do especialista, o assunto vir para a Cepe, porque quando se trata de uma inscrição de docente convencional de uma outra universidade, por exemplo, o assunto é resolvido na própria unidade. Na FE aconteceu isso, receberam duas inscrições externas a um concurso para titular; a primeira era de um docente de uma outra universidade, um recém-doutor que não se aplicava ao perfil e essa situação foi resolvida na própria congregação. A segunda era de um especialista no mesmíssimo caso, em situação idêntica, recém-doutor, mas o caso teve de vir para a Cepe. Acredita que a questão do conflito de interesse, em tese, pode se aplicar aos dois casos, então seria talvez mais coerente que todos os outros também fossem decididos pela Cepe, mas se não for esse o caso, talvez pudessem pensar em resolver na própria unidade. É só para entender melhor essa distinção das duas situações. O MAGNÍFICO REITOR responde que a avaliação que fazem é que o conflito de interesse maior é no caso da comissão de especialistas, pois no outro caso há critérios mais objetivos. No caso de especialistas, a pessoa não prestou concurso, portanto é preciso avaliar o currículo para verificar se ela faz jus, e há um grau de subjetividade maior nisso. As universidades federais, por exemplo, não têm livre-docência, com exceção da Unifesp, que é a única universidade federal que tem a possibilidade de ter concursos de livre-docência. Então pergunta como se julga se uma pessoa pode prestar um concurso de titular aqui. Avaliam que isso tem um grau de subjetividade maior. Também tradicionalmente as entradas na carreira se dão principalmente em nível de professor assistente doutor; o mais tradicional nos concursos de titulares é que as pessoas da casa sejam as contempladas. Por isso o cuidado com a questão do conflito de interesses é maior e a avaliação de que não seria conveniente parar na unidade. Duas possibilidades foram sugeridas pelo professor Arnaldo e optaram pela que simplifica, mas mantém o nível de decisão na Cepe. E também, talvez, em uma estratégia de fazer mudanças não muito profundas e testar se conseguem facilitar o procedimento sem ferir muito aquilo que já usavam como procedimento anterior. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE

1 JENSEN diz que, por todos os argumentos expressos na fala do senhor Reitor, considera que é
2 mais prudente manter o quórum qualificado. Não vê uma necessidade de simplificação nesse
3 ponto, e a simplificação não lhe parece uma razão suficientemente forte para uma decisão nesse
4 nível. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que está de acordo com a
5 modificação, tendo em vista vários itens desse tipo que estão chegando na pauta da Cepe, mas
6 chama a atenção para a modificação que foi feita nessa deliberação no Consu de 2018, que trata
7 da impossibilidade de o docente da Casa poder ser avaliado por uma comissão de notório saber.
8 Consultou na Ata qual a justificativa dessa modificação, e parece que em 2018 foi montado um
9 GT para analisar essa deliberação e que o GT fez essa proposta. O GT foi presidido pelo
10 professor Eric de Paula, que hoje é o diretor associado da FCM, com a participação da
11 professora Claudia Medeiros e outros colegas. O ponto que levanta aqui é o mesmo que foi
12 levantado na época pelo professor Marco Antonio de Carvalho sobre uma assimetria nessas
13 condições, já que os docentes da Casa precisam, obrigatoriamente, esperar os cinco anos da
14 homologação de suas livre-docências para conseguir se inscrever no concurso titular, enquanto
15 para o candidato externo isso não é necessário. Então é comum que os candidatos externos, pelo
16 menos nos concursos do Imecc, tenham a livre-docência há menos que cinco anos e assim é
17 montada uma comissão de notório saber. O problema é que do momento da inscrição no
18 concurso titular, principalmente quando tem alguém que vai necessitar dessa comissão de
19 notório saber, até o momento da realização das provas, passa-se um ano facilmente, porque essa
20 aprovação na Cepe gera atrasos no processo. Sugere que haja uma discussão para que a redação
21 desse ponto voltasse a ser como era antes de 2018, dando a possibilidade de que a banca de
22 notório saber fosse aberta também aos docentes da Casa, não só aos especialistas externos. O
23 que acontece muitas vezes, aconteceu em vários casos concretos no Imecc nos últimos anos, é
24 que no momento da inscrição para o concurso titular ainda não se passaram os cinco anos, mas
25 quando o concurso acontece de fato já se passaram até mais que cinco. Colegas já deixaram de
26 se inscrever em concurso titular por questão de meses. Essa solicitação não é nem para que a
27 pessoa possa se inscrever no concurso, é para que ela possa participar desse processo de notório
28 saber, então ela vai ser avaliada pela comissão do notório saber e ainda tem a banca do concurso.
29 No Imecc, há a tradição de abrir concursos bastante amplos para titular, em áreas bem gerais,
30 portanto é ruim cercear a inscrição do candidato. Não estariam aprovando o candidato, só
31 deixando ele se inscrever no concurso. Então sugere que haja a aprovação simples na Cepe,
32 mas que se volte a permitir a inscrição de colegas da Casa com menos que cinco anos de livre-
33 docência. O MAGNÍFICO REITOR sugere que depois haja uma conversa com as doutoras
34 Ângela e Fernanda e se pense em uma eventual mudança, cuja discussão ficaria para uma
35 reunião futura. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER esclarece que não
36 foi exatamente essa questão que levantou na Cepe. O que suscitou seu comentário foi o fato de
37 que têm recebido inscrições para concurso de professor titular de pessoas que não são
38 portadoras do título de doutor. E em alguns casos as pessoas têm muito pouco tempo de
39 formadas, então não entende por que esses casos precisariam ser levados à Cepe para decidir se
40 a pessoa passaria pela comissão de especialistas, acha que a congregação da unidade poderia

1 deliberar. Votará favoravelmente à proposta de simplificação, mas o que suscitou seu
2 comentário não foi a questão do fórum qualificado na decisão na Cepe, foi a questão de que
3 estão acionando desnecessariamente instâncias para a tomada de uma decisão que é bastante
4 simples. O MAGNÍFICO REITOR diz que interpretaram de forma diferente, de que haviam
5 sido sugeridas duas possibilidades, uma de que o assunto se encerrasse na congregação da
6 unidade e outra que o quórum qualificado na Cepe fosse retirado, mas não se atentaram para
7 esse detalhe de que o professor Arnaldo estava se referindo somente a candidatos que não
8 tivessem o título de doutor. Então é um outro assunto, que não possuem condições de votar
9 agora. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM diz que vai na mesma linha do professor
10 Arnaldo. Houve casos recentes na FCA, um em que a pessoa não tinha o título de doutor ainda
11 homologado, e em outros casos havia três anos de titulação. Pergunta se é possível acrescentar
12 nesse inciso a parte relativa à satisfação do perfil da unidade, porque isso já facilitaria bastante
13 o trabalho da comissão de especialistas, que partiria do que a unidade declara enquanto um
14 perfil mínimo esperado. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI observa que como
15 especialista externo é muito difícil que o candidato possa satisfazer todas as exigências do
16 perfil, porque há exigências de número de orientação. Acredita que o especialista externo tenha
17 um perfil diferente de um professor da Unicamp, e acha que isso pode inviabilizar qualquer
18 inscrição de especialista, mas fica a critério dos membros da Cepe. A Conselheira MILENA
19 PAVAN SERAFIM diz que não considera que seja um limitador. Acha que redação pode até
20 ser revista, no sentido de que o candidato satisfaça ou tenha um perfil aderente ao que a unidade
21 sinaliza. É claro que em grande medida às vezes não haverá o cumprimento na totalidade, mas
22 tem critérios objetivos. Tiveram caso na FCA de um candidato que passou pela comissão de
23 especialistas, ele tinha uma trajetória no magistério superior privado, mas que satisfazia. Acha
24 que isso é um elemento desejável, e se não há barreira do ponto de vista legal de sinalizarem,
25 acha que seria interessante. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que quando viu
26 esse texto, ficou imaginando quais eram as razões que traziam essa solicitação de mudança.
27 Ouvindo os colegas, acha que a proposta realizada não resolve os problemas que eles
28 apontaram, e na prática continuam levando para a Cepe, com o que concorda, pois é uma
29 Câmara que tem a competência de avaliar uma homogeneidade dos critérios dentro da
30 Universidade. Já viu situações de candidatos internos que queriam diminuir interstício, por
31 exemplo, e chegavam à conclusão, após a análise dos dados, que a pessoa não tinha uma
32 orientação de doutorado. Então há discussões importantes realizadas no âmbito da Cepe, que é
33 uma Câmara que tem exatamente a função de normatizar e regularizar isso. A questão, ainda
34 que promova a celeridade, é perigosa em termos de conflitos de interesse nas congregações,
35 mas entende a motivação para que se torne o processo mais rápido. Já que vai passar na Cepe,
36 ou seja, não vai tornar o processo mais rápido, não entende o porquê da redução ou de tornar
37 mais fácil uma aprovação de um especialista externo. Reduziriam a exigência de uma
38 concordância maior dentro da Cepe, de dois terços, para uma aprovação simples, ou seja, não
39 estariam diminuindo a burocracia, nem a necessidade de passar pela Cepe, estariam diminuindo
40 apenas o rigor. Acha que os minutos contados da votação não justificam a celeridade em relação

a todo o prazo do processo. Então, gostaria de entender melhor essa modificação. O MAGNÍFICO REITOR diz que obviamente vai demorar mais porque terá de fazer a chamada dos nomes, mas essa demora é mínima. O problema é que se for negado, e provavelmente terão dificuldade de aprovar essa mudança já aqui, isso volta só o ano que vem, porque não podem votar novamente na sequência. Então qualquer coisa que não seja aprovada por maioria qualificada adia por muito tempo o processo. Esse é um fato concreto, não tem nenhum grau de subjetividade. Podem não mudar, e essa vai ser a decisão aqui, inclusive esta decisão vai ser por quórum qualificado. Se ela não for tomada hoje, em 2024 talvez alguém queira propor novamente. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que este é seu último Consu depois de 28 anos ininterruptos sendo reeleita como representante docente, em várias gestões, em todas as categorias, e ao longo desses 28 anos este assunto foi discutido várias vezes. Um dos argumentos para a norma permanecer como está é que, vindo alguém de alguma indústria, e isso foi usado por várias unidades das engenharias para conseguir pessoas altamente qualificadas, com muito conhecimento, patentes e várias coisas, sem ter feito orientação de alunos, por exemplo, ele não satisfaria ao perfil de nenhuma unidade. Já quórum qualificado foi instituído neste caso específico para valorizar a inscrição de notório saber, essa é a razão dos dois terços. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que ficou um pouco em dúvida em relação a essa questão porque agora, com o esclarecimento do professor Arnaldo, de fato lhe pareceram coisas diferentes. Concorde com a posição da professora Milena em relação ao perfil da unidade, acha que uma coisa está ligada necessariamente com a outra, não daria para votar uma coisa sem a outra. Ao contratar alguém para o IEL, deseja que esse membro externo tenha o perfil do Instituto, até para não causar um problema interno com os colegas na unidade, que poderiam questionar como uma comissão permitiu que um professor de fora viesse sem satisfazer ao perfil que todos eles, professores da Casa, precisam satisfazer. No parecer da PG consta a questão da agilidade no processo de votação, mas observa que a Cepe não é composta por muitos membros, e ainda que se faça uma votação nominal, ela leva cerca de 10 minutos a mais para votar. Ficou se perguntando se esse é o motivo mais importante para não mais considerar o quórum qualificado. Pode haver uma votação em que esteja uma diferença de um voto entre escolher ou não um membro externo, e acha que com o quórum qualificado a Cepe decidiria com mais afinco pelo candidato, já que a grande maioria decidiu por aprovar aquele membro externo. Ficou mais clara a questão levantada pelo professor Arnaldo de que, de fato, o caso de um professor que não tem doutorado, ou acabou de se doutorar, poderia ser decidida na própria unidade, nem chegaria a essa comissão. Mas entende que aqui a questão é outra e para ele o motivo pelo qual estão decidindo por não considerar mais o quórum qualificado não é suficientemente vantajoso para abrir mão desse expediente. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que preferia que fosse na congregação a solução desse aspecto e também tende a concordar com a posição da professora Milena, mas em termos do que está colocado na pauta, que é o que precisam resolver, é favorável. Em relação ao quórum de dois terços, acha que o problema não é só o tempo que dura, é o quórum; já tiveram problemas, e o quórum é mais problemático dado

1 o tamanho reduzido da Cepe em relação ao Consu. O MAGNÍFICO REITOR diz que as pessoas
 2 estão esclarecidas; as pessoas que estão em dúvida não votarão favoravelmente, a proposta não
 3 será aprovada e continuarão com a mesma regra tradicional, no que não vê grave problema.
 4 Talvez tenham um processo de aprendizado e no futuro isso mude, então vai fazer a chamada
 5 das pessoas, já que é exigência o quórum qualificado para mudar essa própria proposta de
 6 quórum qualificado. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM pergunta se o senhor Reitor
 7 vai acatar a sugestão de redação que fez, incluindo a questão dos perfis das unidades. O
 8 MAGNÍFICO REITOR diz que se a proposta da pauta for aprovada, coloca depois em votação
 9 a sugestão da professora Milena. Se não for aprovada, o assunto se encerra. Surgiram aqui três
 10 ou quatro questões diferentes, e como há um assunto em pauta, é melhor que ele seja votado
 11 primeiro. Passa à votação nominal: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Abstenção.
 12 O Conselheiro ANDERSON DE SOUZA SANT'ANA Favorável. O Conselheiro ANDRÉ
 13 MARTINS BIANCARELLI Favorável. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE
 14 FREITAS Favorável. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO Favorável. O Conselheiro ANGEL
 15 PONTIN GARCIA Favorável. O Conselheiro RENAN DIAS OLIVEIRA Favorável. O
 16 Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Contrário. O Conselheiro
 17 ARLINDO ALEMÃO GREGÓRIO Abstenção. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA
 18 SILVA WALTER Favorável. O Conselheiro BENILTON DE SÁ CARVALHO Contrário. O
 19 Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES Abstenção. A Conselheira CLAUDIA MARIA
 20 BAUZER MEDEIROS Contrária. O Conselheiro GILDO GIROTTO JUNIOR Favorável. O
 21 Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO Favorável. O Conselheiro CLAUDIO SADDY
 22 RODRIGUES COY Favorável. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN Favorável.
 23 O Conselheiro DIRCEU NORILER Favorável. O Conselheiro EDUARDO GURGEL DO
 24 AMARAL Favorável. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE Favorável. A
 25 Conselheira ELAINE DOS SANTOS JOSÉ Favorável. A Conselheira ELIANA DA SILVA
 26 SOUZA Abstenção. O Conselheiro GEOVANE FIGUEIREDO DA SILVA Abstenção. A
 27 Conselheira FABIANE DE MORAES RODRIGUES Favorável. A Conselheira FÁTIMA
 28 REGINA RODRIGUES ÉVORA Contrária. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE
 29 ALMEIDA HASHIMOTO Contrário. O Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. O
 30 Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR Favorável. O Conselheiro
 31 FRANCISCO HIDEO AOKI Favorável. A Conselheira HAFael THOR MACÊDO
 32 FERREIRA Abstenção. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN
 33 Contrária. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO Favorável. O
 34 Conselheiro HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA Abstenção. O Conselheiro
 35 IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO Favorável. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
 36 CONTRERA TORO Favorável. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO
 37 Favorável. O Conselheiro JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO Contrário. O Conselheiro
 38 JOSÉ LUIS PIO ROMERA Favorável. A Conselheira KELLEN NATALICE VILHARVA
 39 Abstenção. O Conselheiro LEANDRO APARECIDO VILLAS Abstenção. O Conselheiro
 40 LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER Favorável. O Conselheiro LUIZ SEABRA

1 JUNIOR Favorável. O Conselheiro JOSÉ LEONARDO DE OLIVEIRA Abstenção. O
2 Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI Contrário. A Conselheira MILENA
3 PAVAN SERAFIM Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável. A
4 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI Favorável. A Conselheira MARIÂNGELA RIBEIRO
5 RESENDE Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Favorável. O Conselheiro
6 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MÔNICA
7 ALONSO COTTA Favorável. O Conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE Favorável. O
8 Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI Favorável. O Conselheiro PAULO JOSÉ ROCHA
9 DE ALBUQUERQUE Favorável. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA
10 Abstenção. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável. O Conselheiro RAFAEL DE
11 JESUS SOUDRE Abstenção. O Conselheiro RAFAEL SILVA MARCONATO Favorável. O
12 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável. O Conselheiro RICARDO
13 MIRANDA MARTINS Favorável. A Conselheira ROBERTA CUNHA MATHEUS
14 RODRIGUES Favorável. O Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A
15 Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO Abstenção. O Conselheiro SAMUEL
16 ROCHA DE OLIVEIRA Contrário. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
17 LÓPEZ Favorável. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO Favorável. A Conselheira
18 MARISA MASUMI BEPPU Contrária. O Conselheiro AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA
19 Favorável. O MAGNÍFICO REITOR anuncia que a proposta foi rejeitada, tendo recebido 45
20 votos favoráveis, 10 votos contrários e 13 abstenções, não atingindo, assim, os dois terços
21 necessários para aprovação. Passa ao item 02 – Proc. nº 01-D-21456/2023 –, que trata de
22 proposta de deliberação Consu que aprova o reajuste proposto pelo Conselho de Reitores das
23 Universidades Estaduais Paulistas. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro
24 FERNANDO SARTI diz que acha que já é do conhecimento de todos o índice proposto pelo
25 Cruesp, de 10,51%. Lembra que no dissídio anterior anteciparam em dois meses, tendo sido
26 concedido o percentual de 20,67%, que compreendia 34 meses. O compromisso do Cruesp era
27 que esses dois meses que ficaram de fora do dissídio anterior fossem tratados agora, portanto
28 14 meses. Hoje a inflação acumulada pelo IPC da Fipe está em torno de 7,51%; esperaram até
29 o último momento o índice oficial da Fipe de abril, tinham uma estimativa e o índice veio alguns
30 pontos abaixo. A proposta inicial do Cruesp foi 7,51%, levaram essa proposta à negociação
31 com o Fórum das Seis, que pleiteou um aumento em relação a essa recuperação de 14 meses, e
32 com isso chegaram ao percentual de 10,51%. Até onde sabe, todas as associações se reuniram
33 e aprovaram o índice de 10,51%, embora com aspectos diferentes, provavelmente vão se
34 manifestar aqui, mas observa que com os índices do ano passado e deste, estão reajustando os
35 salários em 33,3%, 1/3. Com isso recuperam cinco anos de perdas salariais, lembrando que o
36 reajuste tem sido feito de forma conjunta pelas três universidades. As três universidades têm,
37 evidentemente, estruturas orçamentárias diferentes, compromissos diferentes, inclusive formas
38 de registrar os seus itens no orçamento diferentes, mas entende que chegaram a uma proposta
39 possível para todas. Como verão hoje no item a seguir, na revisão orçamentária, iniciaram o
40 ano com uma previsão pela Secretaria de Fazenda de arrecadação da ordem de R\$150 bilhões,

1 que foi reduzida para R\$144 bilhões. A PRDU e a Aeplan têm geralmente seguido as
2 sinalizações da Secretaria, portanto já trabalham com esse novo número, enquanto as outras
3 universidades não necessariamente; a USP continua trabalhando com o patamar de R\$150
4 bilhões. Esse reajuste de 10,51% representa um comprometimento em folha em torno de 88%
5 da folha em relação aos Recursos do Tesouro do Estado. O senhor THIAGO BALDINI DA
6 SILVA informa que, como já estão trabalhando com a nova arrecadação, o reajuste salarial
7 demandará da Universidade um esforço de R\$160 milhões, parte dos quais será demonstrado
8 na primeira revisão orçamentária, pois R\$30 milhões já estão orçamentados dentro da peça.
9 Diferente dos últimos anos, a equipe técnica e o Fórum das Seis iniciaram essas conversas no
10 final de novembro de 2022 e mantiveram essas conversas técnicas até a reunião do Cruesp para
11 a decisão da data-base. E fazendo algo que o sindicato sempre solicitou, houve um
12 comprometimento do Cruesp em manter essas reuniões técnicas. Está havendo uma boa relação
13 entre as equipes técnicas, tanto do Cruesp como do Fórum das Seis, e pretendem manter isso
14 para que possam ter uma data-base mais calma nos próximos anos. O Conselheiro JOSÉ LUIS
15 PIO ROMERA diz que nessa discussão da data-base foi fundamental o diálogo, que vem
16 defendendo há tempos, tanto aqui no Conselho como em várias outras instâncias de que
17 participa. Destaca no ano passado o papel do professor Paulo César, que articulou e conseguiu
18 a reunião com o Cruesp em novembro, da qual saíram as reuniões técnicas que apararam as
19 arestas em relação à questão dos dados, das folhas e uma série de outras questões. Destaca
20 também o papel da professora Sílvia, presidente da ADunicamp, que atuou bastante no sentido
21 de que o diálogo fosse estabelecido e que o Cruesp sentasse com o Fórum das Seis e
22 encaminhasse as questões que estão colocadas do ponto de vista salarial. Observa que este
23 reajuste é o primeiro depois de 2012 acima da inflação. Então há um ganho de 2,7% acima da
24 inflação, mas desde 2012 vinham perdendo poder aquisitivo, por isso vinha insistindo na
25 discussão, no diálogo. Acha que agora está bem encaminhado, há algumas questões, por
26 exemplo, a folha da USP tinha o prêmio, os bônus e o auxílio-saúde; ela admitiu retirar os
27 bônus, mas é uma polêmica técnica que ainda está colocada e foram refeitos os cálculos para
28 poder subir o reajuste durante a reunião. Então houve uma atuação importante das equipes
29 técnicas nas reuniões anteriores e também durante a negociação com o Cruesp. As reuniões
30 podem ser desgastantes, cansativas, mas são importantes para que saiam com uma síntese, como
31 saiu nessa data-base, em que todas as entidades aprovaram. Agora fizeram uma reunião na
32 Alesp, estão lá disputando os recursos do estado e cobrando inclusive aquilo que os reitores
33 deveriam ter feito já no ano passado, que é a compensação que os municípios e o Fundeb
34 também estão recebendo, mas as universidades não. Em agosto do ano passado, o valor que o
35 estado recebeu pela ação civil originária foi de mais de R\$6 bilhões. As universidades deveriam
36 ter recebido R\$673 milhões, e se esse dinheiro tivesse entrado, certamente caberiam facilmente
37 os 15,75% que o Fórum estava reivindicando na primeira parcela e na segunda caberiam os
38 8,48%, que é a diferença para recuperar as perdas de 2012, a partir de quando vêm perdendo o
39 poder aquisitivo. Foi fundamental a participação de toda a categoria, fizeram uma sala virtual
40 para acompanhamento da negociação, ela ficou cheia o tempo inteiro, então foi importante essa

1 discussão da data-base e a negociação continua, porque tem a reunião técnica já em setembro.
2 Vão acompanhar a evolução da arrecadação; hoje foi publicada a receita corrente líquida do
3 estado, e de maio do ano passado até abril deste ano, anualizado, foram 11,26% de receita
4 corrente líquida. E o ICMS teve queda, no mesmo período, de 7%. Então o estado continua
5 recebendo a compensação, agora há o acordo de que vai voltar a cobrar pelo menos dos
6 combustíveis, que gerou uma perda de R\$4 bilhões no ano para o estado, no caso da gasolina,
7 vai cobrar do etanol também, mas é importante que atuem na Assembleia Legislativa para
8 recuperar esses recursos que o estado não repassou. O sindicato, inclusive, denunciou o
9 governador no Tribunal de Contas do Estado em relação a isso e o Fórum das Seis encaminhou
10 ofício ao governador, que remeteu às universidades para responder se estavam recebendo a
11 compensação ou não das leis complementares 194 e 123. A Unesp e a USP disseram que não
12 estão recebendo, portanto esperam recuperar esses recursos. O Conselheiro ADILTON
13 DORIVAL LEITE diz que o ganho real que possuem é 2,72%, mas observa que a inflação
14 oficial não conversa com o mundo real, principalmente para os menos favorecidos, que
15 constituem a maior parte da população brasileira. O Consu precisa homologar os 10,51% ainda
16 no mês de maio para que recebam esse índice no pagamento do quarto dia útil de junho. Viu
17 que a USP já homologou. Acha que a questão do cenário econômico para tratar da queda de
18 arrecadação ou não será bem discutida na primeira revisão do orçamento de 2023, que é assunto
19 de pauta hoje. A questão do compromisso de preservação de poder aquisitivo de salário
20 caminhando com a responsabilidade na manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro das
21 universidades também é um assunto bastante polêmico, mas está colocado no comunicado do
22 Cruesp, como sempre esteve. Já foi item de pauta da COP, foi aprovado com apenas uma
23 abstenção, e as assembleias do STU e da ADunicamp, pelo que leu, optaram por não inviabilizar
24 o consenso que foi construído no Fórum das Seis, mas colocam como fundamental a
25 continuidade das negociações, inclusive já com uma reunião marcada com esse objetivo para o
26 mês de setembro. Tratarão da pauta unificada, mas existe também a pauta interna. E na questão
27 da pauta interna, acha que o STU conduz bem o assunto, então deseja, já que a relação do
28 Cruesp com o Fórum das Seis está boa, que isso também se repita aqui dentro, que a
29 Administração Central e as entidades tenham uma boa discussão para tratar da pauta interna.
30 Obviamente seu voto é favorável à homologação. O Conselheiro WAGNER DE MELO
31 ROMÃO solicita a palavra à professora Silvia Gatti, presidente da ADunicamp. A Professora
32 MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz quealaria praticamente o que o senhor José Luis já
33 colocou; agradece a ele pela lembrança da sua atividade, no sentido de retomar as negociações.
34 E também agradece ao professor Paulo César por recebê-la, discutir tudo isso com ela, e ao
35 próprio professor Antonio José, então presidente do Cruesp. Essa retomada de negociações teve
36 realmente um papel importante da ADunicamp, assim como o Fórum das Seis, que os representa
37 e foi fundamental nas reuniões que aconteceram com os GTs, duas no ano passado e uma neste
38 ano, depois mais uma final. As reuniões foram muito proveitosas, o tempo todo o que
39 prevaleceu foi o diálogo, o Fórum das Seis trouxe as reivindicações, lembrando que essa é uma
40 pauta que está colocada há praticamente dois anos, e tem insistido não só nas questões salariais,

mas também na valorização dos níveis iniciais de carreira e outros pontos que estão ali como pauta unificada. Realmente todas as assembleias votaram pelo 10,51% e ao mesmo tempo todas lembram da importância da manutenção das negociações no próximo semestre, o que foi um compromisso já do professor Pasqual na reunião do Cruesp. A reunião com o Cruesp também foi uma reunião em que todos puderam se expressar, os dados foram trazidos, foram analisados, os três reitores solicitaram o intervalo na reunião, discutiram e retornaram com esses 2,72% a mais, chegando então aos 10,51%. Isso é uma conquista do Fórum das Seis, mas é uma resposta do Cruesp, ainda que tímida, às reivindicações. Ressalta nesse processo a importância de haver alguma recuperação salarial; se voltarem a 2019, o salário está recuperado. Salário é permanente, salário impacta toda a história do docente na Universidade, está relacionado com a aposentadoria, então a colocação feita no Fórum das Seis sobre a importância de que atuem pelos salários, pelas melhorias salariais dos professores, tem de ficar como marca e tem de ser ouvida, e solicita a todos que, na medida do possível, colaborem para que isso aconteça. Lembra que o Conselho Universitário da USP já aprovou esse reajuste, apesar de considerar que o melhor seria que as negociações terminassem na relação entre Fórum das Seis e Cruesp, onde ficasse definido o reajuste salarial. Agradece mais uma vez ao senhor José Luis pelo reconhecimento do trabalho da ADunicamp e reafirma que ele vai continuar. Estará presente no segundo semestre na reunião de setembro e outras que certamente deverão vir. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que com o índice de 10,51%, somando-se os anos de 2022 e 2023, chega-se a mais de 33% de aumento nesses dois anos, conforme dito, recuperando os últimos cinco anos, mas poderia ser melhor. O problema foram anos e anos sem índice adequado devido à crise econômica, crise da pandemia, crise política, que geraram uma política de achatamento dos salários, ao mesmo tempo em que houve alta no preço dos combustíveis, alimentação, vestuário, educação e outros. A comunidade enxerga o esforço da atual gestão, mas todos deixam claro que o índice é insuficiente para cobrir tantas perdas desde 2012. A proposta que chegou a ele pelos servidores é repassar o índice a partir de julho aos auxílios-alimentação, refeição, criança, educação especial e outros. A ideia é repassar o índice automaticamente aos auxílios e a Universidade fazer um estudo a médio e longo prazo sobre os pisos do nível médio e superior. O piso do nível médio hoje é um pouco mais de três salários mínimos, valor insuficiente nas grandes metrópoles. É importante solucionar e equiparar os pisos salariais dos servidores da USP, Unesp e Unicamp. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI manifesta-se favoravelmente à proposta, pois salário é fundamental para a valorização dos servidores, e parabeniza as discussões que levaram a essa proposta. No entanto, passada a discussão da data-base e vinda essa proposta aqui para o Conselho Universitário, para alguns docentes ainda fica a pergunta de como a gestão está pensando as diferenças em relação ao salário e, principalmente, as questões previdenciárias dos servidores que foram contratados a partir de 2012. Em grande parte, como já discutiram previamente, como a USP ofereceu gratificações nesse sentido, muitos servidores e docentes questionam quais seriam as iniciativas da Unicamp. Então, apresenta esse questionamento que vem a ele por vários docentes e sugere que esse tipo de pleito não seja suprimido simplesmente por um reajuste salarial. Não havendo

1 mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada por
2 unanimidade. Passa a palavra ao senhor Everaldo da DGRH. O senhor EVERALDO
3 PINHEIRO diz que a DGRH optou por aguardar a decisão soberana do Consu, então ela havia
4 rodado duas folhas de pagamento. Agradece às equipes da DGRH e da DGA que estão
5 aguardando essa decisão e agora vão encaminhar a folha com a proposta do Cruesp que foi
6 aprovada para que procedam aos demais passos que são necessários. A partir deste momento,
7 vão aguardar a publicação da decisão no Diário Oficial, a partir do 1º de junho vão
8 disponibilizar os demonstrativos de pagamento com o reajuste de 10,51% e fazer a publicação
9 de todas as tabelas também com o reajuste no *site* da DGRH. Agradece aos professores Antonio
10 José, Paulo César, Fernando Sarti e ao senhor Thiago da Aeplan pelo esforço, porque esse é um
11 reconhecimento e uma valorização das carreiras dos servidores da Universidade, carreiras
12 docentes, Carreira Paepe, outras carreiras. É um instrumento fundamental, além das outras
13 ações que estão sendo tomadas por essa gestão, das progressões, das contratações. Lembra
14 também que esse reajuste é estendido aos aposentados, então isso é uma conquista importante
15 também aos aposentados. Em nome da Diretoria Geral de Recursos Humanos, deixa o
16 agradecimento a esta gestão. O MAGNÍFICO REITOR fortalece o papel da DGRH, que tinha
17 duas estratégias estabelecidas e deixou isso preparado para qualquer eventualidade. Não é fácil,
18 porque é uma folha grande, com um número grande de pessoas, então enaltece a competência
19 da DGRH, levando à frente essa questão, garantindo que apesar de estarem no penúltimo dia
20 do mês, terão o salário com reajuste no início de junho, na data prevista. Agradece ao senhor
21 Everaldo, à senhora Maria Aparecida e a toda a equipe da DGRH. Manifesta seu contentamento
22 porque a negociação terminou com aprovação unânime, e obviamente, como toda negociação,
23 ela tem um certo grau de tensão, também há particularidades dentro do Fórum das Seis, dentro
24 do Cruesp, as instituições têm suas agendas internas, suas complexidades internas, mas houve
25 muita abertura para conversar e negociar. Como a professora Sílvia bem descreveu, na reunião
26 tiveram uma primeira etapa partindo dos 7,58%, portanto os reitores entraram na reunião
27 também já comprometidos com o critério definido no ano passado e começaram a negociação
28 a partir desse piso. Houve um intervalo na reunião, no qual fizeram uma conversa e acabaram
29 encontrando uma solução que de alguma forma, mesmo que seja provisoriamente, satisfaz o
30 conjunto e com isso chegaram a uma conclusão positiva. Acha que isso cria um clima também
31 bastante favorável no interior das instituições, é uma coisa importante de valorizar. Agradece
32 muito ao senhor Thiago e aos professores Fernando Sarti e Paulo César, que foram essenciais
33 tanto na questão técnica, na definição dos valores, na análise de possibilidades, como também
34 em toda a articulação política e negociação, preparando o terreno para que chegassem a um
35 bom resultado. Respondendo ao professor Marcelo, diz que existem as particularidades das
36 instituições, e é importante que as pessoas vejam isso. Não sabe se isso está acontecendo na
37 USP, pode ser que esteja, e até na Unesp, mas a Unicamp tem feito um processo de progressão,
38 tanto de professores como de funcionários, que não tem ocorrido na mesma intensidade nas
39 outras universidades. Tiveram um processo extremamente acelerado de progressão na carreira
40 docente, assim como têm ocorrido progressão na carreira de servidores. Isso, como disse a

1 professora Sílvia Gatti, é salário, não é abono; isso está incorporado na renda das pessoas e
2 basta comparar os números para verificarem que essa iniciativa da Unicamp foi muito mais
3 significativa do que a contrapartida nas outras. Às vezes acabam valorizando muito aquilo que
4 é diferente e não percebem o que é diferente a favor da Unicamp também. É importante
5 ponderar. Hoje existe um pacote de iniciativas neste Conselho Universitário que está olhando
6 também o conjunto da comunidade. Precisam preservar isso e tomar muito cuidado com a ideia
7 de que o orçamento da Universidade tem de atender basicamente a salários. A Universidade
8 tem de servir à sociedade e servir ao conjunto dos seus segmentos internos; manter isso é
9 importante para preservar a harmonia interna. Passa ao item 03 – nº 01-P-20210/2023 –, que
10 trata de aquisição de bem imóvel, situado à Avenida Santa Isabel, nº 1721, Barão Geraldo,
11 Campinas/SP, CEP: 13084-643, com matrícula nº 4.249 do 2º RGI Campinas, para ampliação
12 da Moradia Estudantil da Unicamp. Observa que esse assunto contempla outra reivindicação
13 que também é feita pela comunidade há muito tempo, e passa a palavra ao professor Paulo
14 César, que vai apresentar a iniciativa que vêm tomando em razão de uma oportunidade,
15 tomando um certo tempo e que já foi aprovada nas instâncias anteriores ao Conselho
16 Universitário. O Professor PAULO CÉSAR MONTAGNER diz que a negociação dessa área
17 teve início em meados de janeiro de 2023, quando fizeram uma primeira reunião, ele e o
18 professor Roberto Donato, com a empresa EagleBurgmann, na presença dos senhores Rodrigo
19 Vilela, diretor, e Luiz Henrique Castro, arquiteto, que representavam a empresa. Agradece ao
20 professor Sávio, que descobriu a área no final de 2022, vizinha de muro da atual moradia.
21 Ficaram muito surpresos com o tamanho da área, são quase 46 mil metros quadrados, tendo já
22 uma área construída e uma parte livre muito grande, próxima de 25 mil metros quadrados, para
23 que possam fazer um projeto de moradia. Foram bastante cuidadosos em não divulgar isso em
24 um primeiro momento e fazer todo o trabalho de investigação sobre o que de fato acontecia, as
25 condições do terreno, as condições da fábrica, as condições de saúde, as condições documentais,
26 e no dia 8 de fevereiro criaram uma portaria GR estabelecendo de um grupo de trabalho. Faz
27 um agradecimento especial ao professor Sávio Machado, que coordenou o GT; ao professor
28 Roberto Donato, que também esteve presente no GT e fez um trabalho bastante significativo de
29 agrupamento de informações, de construção dos relatórios e do documento que veio a este
30 Conselho; ao professor Renato Garcia, da PRDU; ao professor Luiz Carlos Pereira da Silva, da
31 Feec; ao professor Luiz Carlos de Almeida, da FECFAU; à professora Mariana Freitas Nery,
32 do SAE; e à senhora Talita de Almeida Mendes, que compuseram esse grupo de trabalho e lhes
33 apresentaram esse relatório detalhado que consta da pauta. Destaca o cuidado que tiveram
34 também em relação aos valores de mercado, que foram todos cuidadosamente elaborados com
35 pareceres. Agradece às equipes da PG e da SG, que os auxiliaram na orientação cuidadosa desse
36 processo. Passa a palavra ao professor Roberto, para dar continuidade à apresentação ao
37 Conselho Universitário. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR diz que
38 estabeleceram um conjunto de informações fundamentais para que haja um entendimento de
39 como foi construída a negociação e a proposta do imóvel. Lembra que, apesar de a oportunidade
40 do negócio aparecer no final de 2022 e início de 2023, a busca por áreas e por uma política de

1 ampliação da moradia vem acontecendo sistematicamente. O aparecimento dessa área se
2 enquadra em um sentido de busca de ampliação da moradia preexistente à própria negociação.
3 Mostra um *slide* com um mapa da área, onde podem ver que ela é realmente contígua, muro a
4 muro com a moradia da Unicamp. Ela tem uma área bastante grande, são 44 mil metros
5 quadrados, e tem uma área bastante grande também passível de construção. Ela tem um
6 conjunto de benefícios de construções já realizadas em metade da sua área, a área com
7 edificações abrange 22 mil metros quadrados, são quatro mil metros quadrados de área
8 construída. A área livre compreende 22 mil metros quadrados, onde podem ser construídas
9 novas edificações relacionadas a moradia. Ela tem uma portaria, um prédio administrativo, um
10 galpão, um refeitório e um conjunto de prédios auxiliares. Mostra *slides* com algumas fotos; a
11 área administrativa é bastante grande, que pode ser utilizada não apenas para moradia, mas
12 também para atividades de administração e atividades de extensão que podem ser correlatas aos
13 objetivos da permanência estudantil. Mostra a foto da área do galpão e uma foto interna do
14 refeitório preexistente; a área interna do galpão é uma área bastante grande na qual é possível a
15 construção e o aproveitamento de diversas maneiras, com diversas possibilidades. Faz um breve
16 histórico, complementando aquilo que o professor Paulo César colocou: tiveram os primeiros
17 contatos entre 16 de dezembro e 20 de janeiro, a partir desse primeiro entendimento e de um
18 conjunto inicial de conversas com a Administração Central, estabeleceram o GT através da
19 Portaria GR-10/2023. Esse GT começa a trabalhar tanto na documentação relativa à
20 regularidade do imóvel, às condições ambientais fundiárias desse imóvel, mas também, e
21 principalmente, com relação aos objetivos estratégicos, financeiros e pedagógicos da
22 possibilidade de aquisição. Por isso tiveram a presença no GT de membros da Depi, do SAE,
23 da composição majoritária da PRG e de um conjunto de pessoas que tinham condições de
24 abarcar essas diferentes dimensões do relatório. A Unicamp então enviou no dia 14 de fevereiro
25 uma carta de intenção de aquisição, informando à empresa que iria iniciar esses estudos. Entre
26 24 e 18 de abril, realizou-se a contratação de laudos orientados pela PG, e contrataram três
27 laudos em vez dos dois que são usualmente solicitados para esse tipo de negociação, para que
28 não houvesse qualquer problema. Em 12 de abril, a EagleBurgmann emite uma resposta à carta
29 de intenção informando o valor de R\$20 milhões para a venda do imóvel. Entre 4 e 8 de maio,
30 o trabalho dos engenheiros foi finalizado e com base nesses laudos estabeleceram a proposta de
31 compra do imóvel. O primeiro laudo avaliou a área em torno de R\$21,9 milhões; o segundo
32 laudo em R\$23,7 milhões e o terceiro laudo em quase R\$20,5 milhões. A partir do momento
33 em que conseguiram identificar, através dos laudos dos engenheiros reconhecidos pelas varas
34 cíveis de Campinas, que o valor do imóvel estava acima daquilo que era desejado pela empresa,
35 estabeleceram o acordo de pagamento de R\$20 milhões por parte da Unicamp dentro desta
36 proposta. Os pontos positivos já foram mencionados: é uma área contígua à atual moradia que
37 gera uma série de benefícios relacionados à otimização de recursos, ao estabelecimento das
38 infraestruturas; ela tem uma matrícula única regularizada; o terreno e as edificações estão em
39 boas condições; as edificações permitem o uso diversificado do espaço, tanto em aspectos
40 administrativos quanto atividades de extensão e atividades culturais. Além disso, o preço está

adequado aos parâmetros de mercado e relativamente abaixo daquilo que foi determinado pelos laudos. E o investimento, como foi colocado na COP, é compatível com as condições orçamentárias da Universidade. Com relação aos objetivos estratégicos, isso é bastante conhecido da Universidade: a partir de 2015, há um aumento significativo, através das políticas de inclusão com relação ao vestibular, de uma faixa social e economicamente mais vulnerável em relação ao histórico da Universidade, de pessoas advindas da classe média, com condições de pagar suas próprias moradias. Há um aumento significativo da demanda pela assistência social da Universidade e com ela também um aumento significativo da demanda por moradia estudantil. Esse histórico aumenta a pressão sobre as políticas de assistência à permanência da Universidade, a partir de dois instrumentos básicos, que são o programa de moradia estudantil, a moradia propriamente dita, e a BAM, que é a bolsa de auxílio moradia estabelecida em R\$600. Esse aumento chega a 10% do efetivo de discentes do *campus* de Barão Geraldo. Atualmente a moradia possui em torno de 1.000 vagas disponíveis e estabeleceram 1.400 BAM, com um valor de mais ou menos R\$10 milhões por ano, com duas tendências significativas, o aumento de estudantes com perfil socioeconômico aptos à contemplação de bolsas e a pressão pelo aumento de valor da bolsa, dado que a realidade imobiliária de Barão Geraldo é uma das mais caras do Estado de São Paulo e, conseqüentemente, uma das mais caras do país. É evidente que R\$600 para um aluno é insuficiente para que ele alugue uma casa em condições minimamente dignas dentro dessa realidade. Além da aquisição, podem pensar que, segundo os dados estabelecidos pela Depi, a partir de estudos que já estão fazendo em relação à ampliação da moradia, há a possibilidade de construção no terreno novo de 1.400 novas vagas, além da utilização e do reaproveitamento das áreas que já estão construídas. Isso dá, em uma comparação direta apenas para um indicativo de viabilidade econômica, mas sem um estudo aprofundado sobre ela, entre 12 e 14 anos do valor que dispensam para as bolsas moradia. Então, sem levar em consideração os benefícios dos investimentos com relação à manutenção e outras atividades, conseguiriam equiparar o valor da compra com 12 anos de auxílio moradia. Os encaminhamentos sugeridos pelo GT com relação a essa proposta são: a área e as características topográficas do imóvel reúnem condições para a expansão da política de permanência estudantil, com possibilidade de criação de 1.400 novas vagas ao PME; há indícios bastante importantes de que haverá uma expressiva racionalização de recursos a partir do momento da construção e da implementação de novas moradias a longo prazo; o valor requerido pela empresa está abaixo do valor de mercado identificado pelos laudos periciais; a condição de contiguidade, muro a muro, entre o imóvel pretendido e a moradia estudantil traz benefícios de ordem estratégica porque racionaliza os esforços da Universidade para a construção dos benefícios à moradia – financeira, porque possibilita uma racionalização de recursos; e pedagógicas, porque fortalece as relações entre os discentes e estabelece uma vivência universitária adequada. E, por fim, não existe no entorno da Unicamp outro imóvel que reúna todas essas condições, fazendo com que do ponto de vista administrativo seja possível ter um processo de dispensa de licitação e de compra direta porque ela permite que comprovem o benefício social que a Universidade vai ter com esse imóvel. O Conselheiro FLÁVIO

1 HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que a proposta é muito interessante, todos os pontos
2 abordados pelo GT são importantes, principalmente o fato de a área ser ao lado da moradia
3 atual, o que vai facilitar muito sua administração. É totalmente favorável à aquisição do terreno
4 e à ampliação da moradia nessa área. Entretanto, diz que a FOP tem um problema muito maior
5 que a moradia, que já foi bastante abordado com a Reitoria e sabe que ainda está em discussão.
6 Tiveram uma reunião semana passada com os professores Ivan Toro e Fernando Sarti sobre a
7 questão dos instrumentais e materiais que os alunos utilizam para o atendimento odontológico.
8 Hoje não possuem nenhum recurso direcionado para esses alunos, então basicamente os alunos
9 custeiam o atendimento odontológico realizado na FOP. Boa parte desse custeio é realizado
10 pelos alunos e uma pequena parte é realizada pela FOP, o que gera uma enorme dificuldade,
11 principalmente para os alunos cotistas. Um cálculo que fazia em relação a esse gasto por aluno
12 envolvia em torno de R\$35 mil; foi realizado um GT este ano e foi solicitada a atualização
13 desses valores, que chegaram a uma margem incrível de R\$73 mil por aluno. É óbvio que os
14 alunos que recebem bolsa, que são cotistas, não têm a mínima condição de pagar R\$73 mil em
15 cinco anos para fazer o seu estudo, e isso interfere diretamente não só no aprendizado, mas
16 também na assistência que é dada à população que procura atendimento odontológico.
17 Apresenta esse dado a este Conselho porque imagina que esse assunto em algum momento virá
18 para discussão aqui no Consu. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA
19 parabeniza a iniciativa da Reitoria, que é muito interessante para a Universidade. Também
20 parabeniza o trabalho do GT, que apresentou a proposta de forma muito clara. Estava na CAD
21 semana passada, quando um dos conselheiros colocou que haveria talvez desvantagens de se
22 comprar esse terreno, ao passo que um dos representantes discentes apontou vários problemas
23 que hoje ocorrem na moradia estudantil. Diria que a única desvantagem, talvez para responder
24 aquele questionamento, seria que a compra do terreno não vai resolver esses problemas no curto
25 e médio prazo. Acha que a maior vantagem em adquirir esse terreno é pensar uma política
26 estudantil inclusiva, não só do ponto de vista da entrada, mas sobretudo de manutenção desses
27 alunos. Se querem pensar uma Universidade daqui a 10, 20, 30 anos mais inclusiva, considera
28 que o passo mais correto a ser dado é a compra do terreno. A Conselheira MILENA PAVAN
29 SERAFIM parabeniza a condução dos professores Paulo César, Roberto, Sávio e todos os
30 membros do GT. Sem dúvida, essa é uma pauta muito importante, sensível, com a qual está de
31 acordo, mas claro que não poderia deixar de mencionar os estudantes que estão fora do *campus*
32 de Barão Geraldo. Falando só de graduação, 20% dos estudantes estão em Limeira, sem contar
33 a FOP, em Piracicaba. Então coloca a necessidade de esse GT ou outro pensar as condições, até
34 no que se refere ao valor, dos estudantes que não estão aqui no *campus* de Campinas. Ressalta,
35 como o professor Roberto comentou, que em Limeira também há uma situação bastante *sui*
36 *generis* do valor das moradias, então R\$600 não é um valor que dá conta de pagar uma moradia
37 digna. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU agradece a apresentação do professor
38 Roberto, sabe que tiveram a ausência dele em reuniões anteriores por conta de uma perda
39 pessoal, então se solidarizo aqui e envia seus sentimentos a ele. A apresentação foi muito boa,
40 muito interessante, e ressalta, como já fez na COP e na CAD, que é muito importante que

1 apoiem iniciativas de permanência. A Universidade faz avanços bastante significativos na
2 direção de promover a inclusão, a diversidade social, étnica e também geográfica dos alunos
3 que tem acolhido, e pessoalmente também é um produto dessas iniciativas de inclusão. Entende
4 que o que a COP e a CAD sinalizaram que se trata de aproveitar uma oportunidade de ocasião.
5 Acha que é bastante importante que planejem o futuro, mas ressalta que de certa maneira
6 algumas projeções e alguns cálculos colocados desde a COP chegam talvez a depreciar a
7 proposta, porque ela compara, por exemplo, com uma extinção total da BAM, o que acha que
8 não será algo viável. Uma das coisas que tem dito é que é muito importante ouvir os
9 beneficiários, porque há problemas específicos, problemas também crônicos em relação ao
10 modelo atual da moradia estudantil. Foi eloquente a fala do conselheiro Rafael na CAD, então
11 é necessário um olhar acolhedor para essas falas. A compra do terreno é algo que olha para o
12 médio e longo prazo, mas há também a necessidade imediata que tem de ser bastante observada.
13 Ouviram a fala da professora Milena, especificando as necessidades dos outros *campi*, então há
14 uma necessidade de discussão mais profunda e ampla em termos do que é o pacote que vai ser
15 oferecido para a permanência estudantil. E precisam dar a devida atenção aos problemas que
16 são urgentes, que estão acontecendo para os beneficiários. Precisam ouvi-los, trazer as soluções.
17 Mencionou na CAD que é importante uma discussão para que a COP avalie seja o aumento do
18 número de bolsas, seja o valor dessas bolsas frente ao que foi colocado como fato na última
19 CAD. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA diz que faz coro aos professores
20 Flávio, Milena e Marisa, mas fica sempre muito aliviada com essas possibilidades de apoio ao
21 estudante. Também cursou escola pública e universidade pública sua vida inteira, então sabe
22 das dificuldades que os estudantes têm. Essa semana teve a oportunidade de conversar com
23 alguns estudantes a respeito da questão da moradia, e eles ressaltaram diferentes visões dos
24 modelos, mas da importância do estudante que vêm de outras cidades, que não conhecem
25 Limeira, Campinas, Piracicaba, de chegar e já ter uma estrutura, um apoio direto sem essa
26 necessidade de preocupação, se vai ter um lugar, vai ter o apartamento, se o apartamento é igual
27 ao que está na foto, fora questões de disponibilidade e custo. Então cria uma segurança para o
28 estudante que vem de fora e que não tem possibilidade financeira para vir antes e ficar
29 pesquisando, tem de vir de uma vez só com suas malas, e ele pode começar a se preocupar com
30 outras questões, inclusive acadêmicas. Faz coro aos professores Flávio e Milena a respeito dessa
31 necessidade para os estudantes dos outros *campi*, Limeira e Piracicaba, têm acompanhado de
32 perto esses estudantes e têm sentido a necessidade urgente dessa moradia e outras coisas. Fica
33 aliviada pelas possibilidades para quem está em Campinas, mas também solicita um olhar do
34 GT para outras opções aos estudantes de Limeira e Piracicaba. A Conselheira CLAUDIA
35 MARIA BAUZER MEDEIROS lembra que a Unicamp, de todas as universidades, pelo que
36 entendeu até na América Latina, é a que mais oferece apoio aos estudantes do ponto de vista de
37 porcentagem do seu orçamento e de possibilidades para dar boas condições para os alunos
38 estudarem aqui, portanto a moradia é essencial. O que falta nesta proposta é a sinalização do
39 que irá acontecer e quando. Uma coisa é comprar o terreno para eventualmente ampliar a
40 moradia; outra é comprar o terreno já com o cronograma, porque sabem que obras podem

demorar 10 ou até 15 anos, todos têm exemplos disso e há todo um calendário de obras prioritárias para as unidades. Ainda que se compre o terreno, não vai se começar a construção imediatamente, terão de estudar várias alternativas. Algo que a preocupa é a questão da oportunidade que foi mencionada, porque oportunidade há várias e essa quantia é significativa. Deixa o seu apoio à fala da professora Marisa, precisa haver mais de uma alternativa para permanência estudantil que não seja apenas moradia, inclusive porque esta depende da existência de vagas e várias outras coisas. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que o processo está bem instruído, há as informações pertinentes e suficientes para a tomada de decisão, em termos de valores, área, área livre, área construída e ao final também gráficos com as justificativas para o aumento, de forma já conhecida, da demanda pela moradia estudantil. A discussão não é se precisam ou não, acha que reconhecidamente precisam de mais vagas no programa de moradia estudantil. Talvez em um primeiro momento esperasse um investimento da Unicamp em um programa de moradia em Limeira que fosse além das bolsas, mas o segundo ponto é entender se foram ventiladas outras possibilidades, outros modelos de moradia para a Unicamp. A aquisição desse terreno, claro, daria continuidade ao modelo existente, de construção de um prédio, mas não fica claro se o GT ou alguma outra comissão estudou modelos de moradia onde os prédios, por exemplo, fossem aqui no *campus* ou próximos ao *campus*, ou na Fazenda Argentina. Ou ainda qualquer outro modelo que fosse diferente desse que é a aquisição de um novo terreno e construção de um novo prédio. Sabem que o atual terreno da moradia tem 55 mil metros quadrados, 18 mil metros de área construída, então são praticamente 37 mil metros quadrados livres, portanto ele tem mais área livre do que a área que está sendo discutida. Assim, talvez precisem discutir também a ampliação da moradia no terreno atual. O processo de compra do novo terreno está bem elaborado, é suficiente para a tomada de decisão, mas sente algum desconforto em não conhecer ou não discutir outros possíveis modelos que porventura até aumentem essa capacidade do programa de moradia da Unicamp. O MAGNÍFICO REITOR diz que analisaram a situação considerando que essa é a melhor opção. Obviamente o Consu está aberto aqui para receber outras propostas e alternativas concretas. Na CAD, houve a proposta de que poderiam comprar vários apartamentos, então a possibilidade de apresentar proposta está aberta. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS diz que a moradia estudantil é um dos maiores obstáculos para a permanência dos estudantes aqui na Unicamp, no *campus* de Barão Geraldo. Confessa que ficou muito feliz quando ouviu falar da possibilidade de compra do terreno; acha muito importante que saiam do modelo de bolsas para um modelo mais estável, ainda que, como um dos colegas colocou, o encerramento total do modelo de bolsas provavelmente não vá acontecer nunca, mas acha que a compra do terreno e a possível construção vai, inclusive, possibilitar que abram caminho para um maior número de alunos atendidos não só no *campus* de Barão Geraldo, mas também em Limeira e Piracicaba. Solidariza-se com os colegas de Limeira e Piracicaba, acha que também devem pensar o problema de lá, mas parabeniza os professores Paulo César, Roberto e Sávio, assim como todo o GT, pela iniciativa, que é muito importante para a permanência estudantil. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO parabeniza a comissão que tratou desse tema e

que percebeu a oportunidade da compra desse terreno contíguo à moradia. Acha que dentre qualquer uma das possibilidades eventuais sobre onde poderia ser construído o prédio novo da moradia estudantil, não há justificativa nenhuma para que não seja esse espaço contíguo à moradia já existente como a melhor opção. Eventualmente se o proprietário pedisse um valor absurdo, absolutamente elevado, fora dos padrões de mercado, mas as próprias mensurações que foram apresentadas indicam que esse valor de R\$20 milhões é absolutamente dentro do que está sendo pedido pelo mercado. Estão tratando de moradia estudantil e de qual é a política de moradia estudantil da Unicamp desde pelo menos a década de início da década de 1990. A bolsa auxílio-moradia teve início em 2009, com o crescimento da população estudantil em Limeira, e sem uma solução plausível para Piracicaba. Esse auxílio se avoluma ao longo desses anos mais recentes, com o acréscimo de estudantes de renda mais baixa chegando à Universidade – e ainda bem que isso está acontecendo –, e a bolsa BAM hoje injeta no mercado imobiliário de aluguéis de Barão Geraldo R\$840 mil por mês. Então, dando uma solução coerente com aquilo que foi construído há décadas em termos de como dar conta da questão da moradia, como um elemento da permanência estudantil, com a aquisição do terreno e nos anos que virão a produção dessa moradia estudantil, estarão também ajudando aqueles estudantes que não têm nem a bolsa, nem o programa de moradia estudantil, que têm de viabilizar sua permanência em Barão Geraldo a um custo bastante elevado. Com esses R\$840 mil injetados todo mês nos aluguéis aqui em Barão Geraldo, dificultam que esses estudantes que permanecem com recursos próprios consigam fazer isso. Acha que esse é o principal ponto que precisam discutir aqui. Não se trata apenas, o que já seria muita coisa, dos estudantes que necessitam, obrigatoriamente, da moradia estudantil para permanecer em Barão Geraldo, mas também daqueles estudantes e famílias que têm mais recursos, mas ainda assim são penalizados com aluguel muito alto. Então não vê a menor possibilidade de que sejam contrários a essa compra. Louva a iniciativa, que trata por um caminho acertado a permanência estudantil, trata a moradia dos estudantes da Unicamp como uma tarefa de responsabilidade da Universidade. Sabem que não é fácil administrar uma moradia do tamanho que é a moradia atual e do que espera será a moradia que vai ser construída, mas precisam ter essa responsabilidade para com os estudantes. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que, principalmente na CAD, foram feitos alguns questionamentos sobre a proposta, em termos de não levar tão em conta o fato de ser uma proposta de ocasião, de ter aparecido esse terreno para venda. As outras propostas são bastante interessantes de como resolver o problema de ter mais vagas, mas no momento é essa proposta concreta que possuem. É um terreno ao lado da moradia, e essa solução, em termos de logística, é bastante acertada, porque a moradia universitária já tem uma administração que fica ali no mesmo local, então será feita apenas uma ampliação. Há a questão também do ônibus circular para a moradia, pois uma moradia em outro local certamente viria junto com a demanda dos alunos de que houvesse ônibus para esse local. E o ônibus da moradia, no momento, já recebe muitas reclamações dos alunos por questões de horário e itinerário. O conselheiro Rafael comentou na CAD o fato de o restaurante universitário não funcionar no final de semana e que o pessoal da moradia está servindo refeição, e lembra que na área proposta já existe uma espécie de refeitório construído.

1 Então talvez até enquanto não se resolve o problema do restaurante que não abre no final de
2 semana, poderia facilitar para os alunos fazer esse tipo de serviço. Então, parabeniza o GT e
3 comenta que, apesar de continuarem estudando outras alternativas, essa é uma oportunidade
4 bastante interessante para a Unicamp adquirir o terreno. Não sabe se essa obra vai ser feita na
5 agilidade que os alunos imaginam que ela será feita, mas sem o terreno não conseguem fazer a
6 obra. Então, adquirem o terreno e como o conselheiro Rafael já alertou, agora os representantes
7 discentes vão cobrar o Reitor para começar a construir a obra. O Conselheiro MATHEUS
8 ALVES ALBINO diz que considera fundamental a proposta de aquisição do terreno para a
9 expansão da moradia, que há muitos anos não consegue atender plenamente a demanda por
10 permanência dos estudantes. Essa é uma demanda histórica e uma conquista também do
11 movimento de estudantes que têm tirado das Reitorias esse compromisso há muitos anos.
12 Destaca dois pontos dessa proposta: o primeiro é a questão da contiguidade com a moradia
13 atual, que é um ponto positivo para aquisição, pois gerir duas moradias em locais diferentes, na
14 mesma Cidade Universitária, do ponto de vista estratégico, é menos desejado do que uma
15 apenas com vagas suficientes para atender à demanda. A própria moradia, apesar de estar em
16 Barão Geraldo, já é distante da Universidade, comparada às outras semelhantes que são
17 construídas, via de regra, no próprio *campus* ou nos arredores. Então, nesse sentido, acha que é
18 a melhor opção para a expansão dessa política, desde que seja construída também em um
19 processo democrático, em que as pessoas diretamente impactadas sejam ouvidas. E o segundo
20 ponto é que a Unicamp não é só Barão Geraldo; existem necessidades e demandas de Limeira
21 e de Piracicaba que muitas vezes são esquecidas neste Conselho. Os próprios diretores dessas
22 unidades hoje se pronunciaram, mas muito pouco trazem dessas demandas. Acha necessário
23 ampliar também a oferta de outras políticas articuladas de permanência estudantil, com
24 destaque para o restaurante universitário aos finais de semana. Acha um pouco inadequado que
25 essa proposta venha com uma justificativa de reduzir os custos com a BAM, porque, apesar de
26 ser insuficiente, ela tem sido um dos instrumentos importantes da política de apoio aos
27 estudantes da Unicamp e ela merece ser reajustada, talvez até reformulada no modelo atual.
28 Recentemente saiu na imprensa a iniciativa do “Bandejão da Moras”, feito pelos estudantes e
29 organizado aos finais de semana, já que o RU não atende essa demanda. Parabeniza a iniciativa
30 dos estudantes, que se organizaram para isso, mas destaca que essa organização é fruto de uma
31 ausência histórica da Unicamp nas suas obrigações, e acha que esse ponto trazido aqui da
32 moradia é o primeiro passo para que a Universidade também retome as suas responsabilidades
33 nesse sentido. O Conselheiro GEOVANE FIGUEIREDO DA SILVA diz que também é
34 favorável à aplicação da moradia. É estudante indígena Baniwa e necessita dessa moradia, se
35 não fosse por ela não poderia estar na Universidade. Os indígenas estão sofrendo com o PL 490,
36 então pede que a Universidade olhe para eles com sensibilidade, pois lutam diariamente por
37 isso. São 63 povos indígenas atualmente na Universidade, desde que ela abriu espaço para eles,
38 nesses quatro anos, e em breve esse número vai aumentar. Então essa ampliação da moradia é
39 muito importante, e não só para os indígenas, mas para todos os estudantes que precisarem dela.
40 O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que não é contrário de maneira alguma

1 à compra desse terreno. Esteve na CAD e foi bastante contemplado com algumas observações;
2 na posição de representante docente, precisam levantar algumas questões. Do ponto de vista
3 dos docentes, é importante terem alunos em boas condições de ter um rendimento acadêmico
4 satisfatório, portanto é altamente favorável à inclusão dos alunos e maior possibilidades de
5 moradia. De fato, as avaliações indicam que o terreno está no preço de mercado, todos os laudos
6 são superiores aos R\$20 milhões. O que colocou como perspectiva na CAD é que essa solução
7 será importante no médio e longo prazo, e que poderiam ter, com recursos equivalentes, outras
8 soluções também. Levantou muito rapidamente a possibilidade de ter outros imóveis que já
9 estão prontos e que poderiam atender a algumas das demandas mais urgentes dos estudantes na
10 forma de apartamentos. Concorde que há mais dificuldades para várias outras questões de
11 logística, mas na Universidade problemas difíceis não devem ser justificativa para não
12 realizarem. Essa perspectiva não é para fazer uma oposição à compra do terreno, mas é
13 eventualmente até um complemento. Foi argumentado, inclusive, que o auxílio moradia acaba
14 inflacionando os aluguéis em Barão Geraldo, e, portanto, a compra de imóveis regularia um
15 pouco essa inflação nos aluguéis. Arriscaria que o valor de mercado dos imóveis em Barão está
16 abaixo em relação a vários outros locais de Campinas, para a aquisição do terreno, mas para
17 aluguel está muito acima e isso prejudica bastante os alunos e essas bolsas acabam sendo
18 insuficientes. Então, fazer reajuste dessas bolsas pode provocar um mecanismo reverso de
19 ampliar ainda mais os valores de aluguel e, portanto, acaba anulando o reajuste. Devem ser
20 feitos outros estudos nesse sentido, na CAD foi bastante contemplado com algumas
21 justificativas; parabeniza o GT, que também pensou nessas possibilidades inclusive de
22 aquisição de outros imóveis. Isso não estava mencionado no relatório, por isso levantou como
23 perspectiva, mas não é contrário à compra do terreno, é favorável a essa oportunidade, por todos
24 os motivos já levantados aqui. Só mencionou que há outras possibilidades que inclusive podem
25 atender de maneira mais imediata alguns dos problemas mais emergentes. E reforça a
26 preocupação com os outros *campi*, de Limeira e Piracicaba, pois precisam atender de alguma
27 forma os alunos de lá também, não apenas com as bolsas de auxílio moradia, mas eventualmente
28 também com imóveis. Então declara seu voto favorável a essa aquisição pela oportunidade, mas
29 com a perspectiva de que há outras soluções também. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO
30 ROMERA apoia a proposta de aquisição do terreno para moradia, que é importante para a
31 permanência estudantil e está na pauta histórica do Fórum das Seis, dos estudantes, inclusive.
32 Também apoia o restaurante aberto no final de semana, que é uma reivindicação dos estudantes.
33 O Conselheiro ARLINDO ALEMÃO GREGÓRIO diz que existem justificativas sociais,
34 justificativas técnicas para que, de fato, todos tenham a possibilidade de votar a favor, porque
35 são muito óbvias todas as justificativas. Homenageia o movimento Taba, lendo aqui uma parte
36 da história de como foi construída a moradia: “A história da moradia começou em 1986, com
37 o movimento estudantil Taba, considerado um dos mais organizados da história da Unicamp,
38 que deu início à negociação com a Reitoria. Sessenta estudantes ocuparam a sala do Ciclo
39 Básico 1 por mais de dois anos, reivindicando moradia gratuita aos estudantes de baixa renda.
40 Essa ocupação estudantil ficou conhecida como A Taba, em referência às tabas indígenas que

eram caracterizadas pela cultura da coletividade”. Em dois momentos coloca-se aqui como alguém que se contemplou: em 1986, talvez o destino, os ancestrais tenham guiado os povos indígenas até aqui e neste momento estão sendo contemplados com as políticas de assistência. Não gosta muito da palavra “inclusão”, mas praticam a inclusão em sua essência. Lembra o movimento Taba, que homenageou os povos indígenas, que sempre trazem na sua essência a coletividade. Pensar a moradia estudantil é pensar no social, e pensar no social é pensar na coletividade, então declara seu voto favorável. Não vê realmente uma possibilidade de alguém votar desfavorável a uma ação tão histórica que de certa forma justifica o nome da Universidade. Universidade significa que todos os seres, os povos estejam também tendo a possibilidade de pensar possivelmente em outros intelectuais formadores da sociedade, da consciência social do povo brasileiro. Essa semana sofreram um grande baque em razão do PL 490, que de fato atingiu gravemente as formas de viver e as terras indígenas, e que vai ser votada daqui a pouco. Espera que também lá os parlamentares tenham consciência de que são brasileiros natos e que seus direitos também precisam ser respeitados. A Conselheira HAFANEL THOR MACÊDO FERREIRA declara seu voto favorável, e é muito importante notar o tamanho da conquista que é votar a ampliação da moradia. Ressalta que seus moradores se recusaram a perder espaço de vivência, lembrando que foi proposta uma ampliação na parte do campinho, um espaço utilizado pelos moradores para lazer. A organização dos estudantes mostrou que havia necessidade de ter esse espaço de vivência, mas ao mesmo tempo ampliar a moradia se fez necessário. Essa é uma conquista que vem sendo organizada já há muito tempo pelo movimento estudantil, que inclusive hoje está aqui presente com diversos moradores que entendem essas necessidades de ampliação da moradia pela política de permanência. Acreditam que essa compra abre o cenário para terem novas lutas, para organizarem ainda mais a luta pela permanência na Universidade. E sentem, enquanto representação discente, a necessidade de conseguirem colocar no orçamento de 2024 a compra para poderem garantir a construção de 300 vagas minimamente, para que já comecem a utilizar de fato esse espaço e avaliar como vão garantir isso. Há um acordo muito grande com relação a todos aqui presentes que precisam expandir essa política de moradia, inclusive para Limeira, e entender o papel que ela possui para todos os estudantes, para evitarem a evasão, para garantirem melhores condições para estudar, e com certeza o movimento estudantil irá continuar pressionando por isso, para que garantam com o máximo de antecedência a utilização de todos os espaços. Evidentemente, essa nova moradia vai colocar uma série de custos para a Universidade, mas precisam garantir com mais celeridade a utilização dos espaços. Foi mencionada aqui a questão do refeitório, que entra muito em conjunto com a pauta do “Bandeirão da Moras”, da luta pelo RU nos finais de semana e conseguir também utilizar mais os espaços dali, até porque tem um campo de futebol, que aumenta o espaço de lazer e convivência dentro da moradia estudantil. O Conselheiro RAFAEL DE JESUS SOUDRE agradece ao GT, que trabalhou de forma muito consistente, e vai fazer alguns destaques: primeiramente, a questão que vários conselheiros levantaram da inclusão; observa que não querem inclusão, querem ocupar um espaço que lhes tiraram o direito de estar. Podem ver que nesta sala do Consu, a maior instância deliberativa da Universidade, existe uma

1 constância de perfis semelhantes muito clara, e isso acontece por essa exclusão histórica. Tanto
2 que quando um aluno indígena fala aqui, todos param para escutar, porque é algo que
3 historicamente nunca aconteceu. Então acha que a palavra não é “inclusão”, é “reparação”, e
4 isso parece muito abstrato, parece não ter peso nenhum, parece não ter significado, mas
5 reparação significa que não querem uma política só para permitir que entrem aqui. É
6 permanecer dentro da Universidade, o que significa uma política de permanência estudantil. E
7 nisso sua avaliação parece diferir um pouco da avaliação da conselheira Marisa, que vem
8 falando sobre ação paliativa das bolsas BAM que permite que os estudantes entrem e morem
9 na Universidade. No entanto, não querem só morar. Infelizmente sabem da quantidade de
10 alunos que abandonam a graduação por falta de assistência psicológica, por falta de um espaço
11 adequado para estudar, e isso acontece efetivamente por não ter um espaço físico. A moradia e
12 o restaurante universitário constituem a maior política de permanência estudantil que esta
13 Universidade possui, e ressalta a questão da permanência, porque não é só sobre morar. Achou
14 interessante a colocação do professor Marco Antonio de que dentro da área da moradia
15 estudantil cerca de 30% do território está ocupado por moradia e o restante não é moradia. Ele
16 sugeriu a utilização desse restante para a expansão das vagas, mas acha que colocar isso é não
17 perceber o caráter do que é a moradia. A moradia não é só espaço de morar, é espaço de
18 permanência, é espaço de lazer, é espaço de convivência. A grande proposta que tinha sido
19 colocada até então na expansão das vagas no caso era a construção das vagas no campinho de
20 futebol. Para quem não convive na moradia, pode parecer muito claro e muito positivo isso,
21 mas o campinho de futebol é o único local de lazer que estudantes que não têm dinheiro para
22 sair aos finais de semana possuem para conviver com seus pares e poder se sentir bem dentro
23 desta Universidade que, constantemente e historicamente, colocou que esse espaço não era para
24 estar sendo ocupado por eles. É nesse espaço que se reúnem para conhecer as pessoas que
25 moram em volta deles e onde conseguem, por exemplo, organizar e chamar os estudantes para
26 ocupar o Consu aqui fora e expressar que eles querem uma moradia, que eles querem morar.
27 Então, efetivamente falando, a moradia não é só sobre morar, e é por isso que existe a predileção
28 por uma moradia física e não só pela BAM, só pelo valor de R\$600, que não paga aluguel em
29 local nenhum de Barão. E mesmo que haja aumento dessa bolsa, sabem que vão aumentar os
30 aluguéis também, pois aumentando a procura, sobem os valores dos aluguéis. Sobre o que foi
31 mencionado aqui de não existir uma oposição entre alugar apartamentos de forma urgente e a
32 questão da construção de novas vagas, discorda respeitosamente, porque existe uma posição
33 muito clara. Quando colocam aqui que uma política de permanência pode ser sanada com uma
34 compra de apartamentos, ignoram tudo o que vêm desenvolvendo até então, que permanência
35 estudantil é permitir que os estudantes permaneçam na Universidade. Observam uma evasão
36 estudantil cada vez mais clara entre alunos, ainda mais entre alunos que historicamente foram
37 excluídos, como os alunos indígenas, e sabem que são poucos os que conseguem terminar os
38 cursos dentre os alunos indígenas e periféricos. Conhece muito poucas pessoas do seu bairro,
39 por exemplo, que conseguiram entrar e terminar a Universidade. Isso em um apartamento longe
40 dos seus pares aumenta ainda mais a evasão escolar. Isso é não respeitar o significado do que é

1 permanência estudantil. Inclusão é fácil fazer, mas se se propõem a fazer reparação do que
2 historicamente foi feito aqui, devem fazer política de permanência séria, que é o que o GT vem
3 construindo de forma muito qualificada. Espera que toda a comunidade docente possa aprender
4 com o GT, com tudo o que eles vieram pesquisando e mostraram que existe uma possibilidade.
5 Existe a possibilidade provavelmente de separar o orçamento para essas próximas 300 vagas e
6 quiçá conseguir concluir a promessa que foi feita em 1989 dos 10% de vagas, que nunca foi
7 concluída. No período eram 1.500 vagas e hoje são mais de 2.000 vagas que não foram
8 concluídas. Espera que na próxima gestão ou nesta gestão da Reitoria consigam, mas espera o
9 voto favorável de todos os conselheiros para que no ano que vem separem um orçamento para
10 recuperar 300 ou 600 dessas vagas. Se conseguirem 600 dessas vagas para ampliação da
11 moradia, concluem essa promessa de três décadas. Lembra que não estão começando nada aqui;
12 achou muito interessante o companheiro Arlindo Baré colocar que a Taba começou algo que
13 agora estão concluindo. E se a Taba começou, não podem renegar a luta dessas pessoas que
14 moraram durante quase três anos dentro de uma sala de aula, sem água, sem banheiro, que
15 conseguiram uma promessa que vão continuar cobrando, de Consu a Consu. Os estudantes que
16 historicamente foram excluídos deste espaço ainda não ocupam esse espaço, e se desejam
17 reparar isso, precisam se comprometer seriamente, por isso espera voto positivo de cada um
18 dos conselheiros aqui sobre a ampliação da moradia. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO
19 parabeniza o GT pela proposta, cumprimenta todos os colegas que trabalharam arduamente
20 nesse projeto e declara seu voto favorável. Estão vendo nesta discussão diferentes formas de se
21 pensar a questão da permanência, e lhe parece que a proposta de aquisição de terreno e de
22 construção da moradia é a melhor política para a Universidade. Porque a questão da moradia,
23 como foi colocado agora pelo conselheiro Rafael, não é só uma questão de morar. É uma
24 questão que envolve não só uma dimensão econômica ou logística para a Universidade, mas
25 uma dimensão social e uma dimensão política. E enquanto projeto de Universidade, projeto
26 político, uma moradia lhe parece ser a melhor forma de contemplar a todas e todos, porque é
27 uma solução coletiva, abrangente, que visa assegurar a permanência em múltiplas dimensões.
28 Agradece ao conselheiro Arlindo por lembrar a história da Taba, um processo de mobilização
29 e de conquista do direito à moradia. Deixa seus cumprimentos e seu apoio a essa proposta
30 porque, como foi lembrado, é uma proposta que não individualiza, diferentemente da proposta
31 de bolsa, que deixa ao estudante a suposta escolha diante de um mercado que não dá muito o
32 direito de escolha. A solução da bolsa pode ser um paliativo, mas é um paliativo individual e
33 que deixa a pessoa tendo de se virar de acordo com as condições do mercado. Então, acha que
34 a proposta em discussão hoje é a melhor proposta do ponto de vista da construção desse
35 processo, que é um processo permanente. E também tem essa dimensão pedagógica de que a
36 solução para a comunidade tem de ser pensada internamente, com o envolvimento de todos. O
37 Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA apoia a proposta e parabeniza os envolvidos por
38 encaminhar essa proposta tão bem estruturada. Como afirmou na CAD, situações emergenciais
39 ou paliativas, como disse a colega, são resolvidas como situações emergenciais e paliativas,
40 com bolsas, por exemplo, e essa política a Universidade sabe fazer e acredita que ela vá ter

1 continuidade. Mas estão falando aqui de uma situação estrutural que envolve hoje uma decisão
2 que este Conselho tomará. E como situação estrutural, é claro que ninguém está pensando na
3 expansão para amanhã, mas sabem que precisam dar um passo para concluir aquilo que é uma
4 promessa de garantia de políticas de permanência. E que essa política da moradia vem junto de
5 outras que a Universidade faz, então toma com a maior naturalidade a proposta de compra,
6 junto de outras políticas que a Unicamp realiza, como política de saúde, de alimentação – tanto
7 aqui se falou do restaurante universitário e o seu funcionamento aos finais de semana –, como
8 a política de mobilidade com ônibus circular existente. Então, é claro que a política de moradia
9 tem de fazer parte de uma responsabilidade da Universidade em razão daquilo que os colegas e
10 as colegas que o antecederam já aqui citaram. É uma política fundamental contra a evasão, disso
11 não há dúvidas, porque a permanência significa uma possibilidade do encontro, como muito
12 bem já disse aqui o conselheiro Rafael, a possibilidade de coexistir. E uma expansão de uma
13 moradia em um único local significa justamente a convivência, a coexistência, a troca de ideias,
14 o lugar do encontro, então é muito mais do que uma política simplesmente de colocar em um
15 lugar para ficar. E também de terem a possibilidade na Unicamp de assumir a responsabilidade,
16 e não colocar a responsabilidade da moradia no mercado. Porque a responsabilidade do mercado
17 é com valores, é com dinheiro. A história da urbanização brasileira é que quanto mais recursos,
18 mais altos são os valores envolvidos com a organização, e colocando essa responsabilidade a
19 cargo da Universidade, podem fazer frente e ter com isso tranquilidade para manter aqui os
20 estudantes com maior dignidade. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que
21 o primeiro assunto que deseja abordar é a questão do transporte, que daqui a alguns anos pode
22 ser que envolva, por exemplo, um veículo leve sobre trilhos. Se pensarem em um horizonte de
23 20 ou 30 anos, podem vir a ter modais mais eficientes de transporte. Então, na hora de fazer o
24 projeto da moradia, devem pensar no transporte como algo integrado para trazer os estudantes
25 para cá. E da mesma forma, também pensar no próprio *campus* da Universidade, em como vão
26 fazer para receber no futuro um modal desse tipo. Lembrando que a USP não tem estação de
27 metrô dentro do *campus*, mas tem ao lado, e houve essa proposta em determinado momento,
28 que não foi aceita. Já participou de reuniões sobre o assunto e sabe que há uma resistência de
29 integração entre a universidade e bairro, inclusive com falas preconceituosas, de não querer
30 pessoas de fora dentro da universidade. O segundo ponto para o qual chama a atenção é que,
31 quando forem fazer o projeto arquitetônico e urbanístico da nova área da moradia, fazer de
32 forma com que os alunos possam participar de maneira efetiva. Isso é muito importante por
33 várias razões, uma delas é o pertencimento, ou seja, produzir alguma coisa em que os principais
34 interessados participam da construção da proposta. E não é só uma consulta, é participação
35 mesmo. Quando fazem um plano diretor, é muito difícil ter participação popular, mas talvez em
36 um espaço com menos pessoas tenham uma possibilidade muito maior de ter uma participação
37 efetiva. Participou há algum tempo de um projeto muito interessante, de como fazer o plano
38 diretor, juntamente com a senhora Flávia Brito e o senhor Vanderlei Braga, que estão na Depi
39 atualmente, que envolve participação, e que seria muito interessante que aplicassem. Ele
40 envolve uma oficina semanal com os alunos, dando muita oportunidade para que eles falem. O

1 terceiro ponto é a questão orçamentária; aprovaram hoje o reajuste salarial, e é importante
2 lembrar que todos os anos há a Lei de Diretrizes Orçamentárias que vai em abril para a
3 Assembleia Legislativa, e que prevê quanto as universidades vão ter. Não há nenhuma lei que
4 garanta, a longo prazo, quanto de recursos as universidades terão, e isso dificulta o
5 planejamento de longo prazo. Os municípios têm isso, eles sabem quanto vão receber e é
6 garantia constitucional, mas para as universidades não há garantia constitucional. Observa que
7 o artigo 5º da LDO sempre mencionava “no mínimo 9,57%”, e agora esse “no mínimo” não
8 consta mais. Portanto, é uma situação meio frágil a que possuem em termos de planejamento
9 de longo prazo, de repasse, e precisam insistir nisso; o governo do estado, os deputados
10 precisam saber que essa situação tem de ser resolvida para que possam ter uma autonomia
11 universitária efetiva. Em algum momento de suas vidas já foram estudantes, inclusive o
12 professor Antonio José, que é mais ou menos seu contemporâneo na graduação, assim como
13 vários conselheiros aqui, se lembra da Taba. Era o fim da ditadura militar e havia um desejo de
14 liberdade no ar, de liberdades civis, da possibilidade da construção de um país que não vivesse
15 mais debaixo da opressão, e foi nesse momento que surgiu a Taba no Ciclo Básico na Unicamp.
16 Para poderem realizar os seus sonhos, precisam ter possibilidade de planejamento de longo
17 prazo, então enfatiza a importância de, em algum momento, haver uma lei que garanta não as
18 leis de diretrizes orçamentárias que são renovadas ano a ano e são propostas pelo governador,
19 mas uma garantia constitucional efetiva. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA
20 destaca a importância do trabalho feito pelo GT, não só em termos de conteúdo, mas de forma,
21 porque quando uma proposta chega assim bem instruída, conseguem ter clareza e votar com
22 mais tranquilidade. Muitas coisas já foram ditas e se inscreveu para falar sobre um aspecto que
23 o conselheiro Rafael já abordou em sua fala, na qual já foi bastante contemplado, uma fala que
24 ele fez muito bem, muito melhor do faria, sobre a dimensão propriamente formativa e educativa
25 que a moradia tem, e que impõe sobre a Unicamp, uma instituição de ensino, uma
26 responsabilidade grande, não só dos conselheiros que vão tomar essa decisão, mas dos próprios
27 estudantes que vão morar lá. É um espaço formativo que se torna cada vez mais essencial, tanto
28 mais quanto mais a Universidade se diversifica. É preciso mesmo que invistam em espaços e
29 situações que permitam essa integração, esse conhecimento recíproco, essa formação recíproca,
30 para que se conheçam mais, conversem mais e essa diversidade seja de fato ocasião de
31 enriquecimento para todos. Não sejam conflitos culturais, mas encontros culturais. Então, essa
32 decisão de hoje realmente histórica é fundamental e impõe sobre eles uma grande
33 responsabilidade de que esse espaço caminhe nessa direção. Pelo menos é assim que interpreta
34 boa parte da fala do conselheiro Rafael. Também ficou bastante tocado com a fala do
35 conselheiro Arlindo quando ele lembrou dos ancestrais. Não sabe por que razão os estudantes
36 dos anos de 1980 deram o nome de Taba àquela experiência, não sabe exatamente o que levou
37 aquele grupo a adotar esse nome, mas agora, olhando retrospectivamente, acha que podem
38 perfeitamente pensar como o conselheiro Arlindo disse, talvez os seus ancestrais tivessem desde
39 lá anunciando um futuro melhor para a Unicamp. E agora eles podem se beneficiar do gesto
40 daqueles colegas dos anos de 1980. Cumprimenta o conselheiro Arlindo por essa fala

1 importante e tocante que ele fez aqui. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO
2 agradece ao GT, na figura dos professores Paulo César, Roberto e Sávio, especialmente a este
3 último, que ficou na gestão da moradia nesses últimos meses, segurando com muita qualidade
4 as dificuldades lá da administração. Informa que já foi designado um novo diretor, um
5 funcionário da Carreira Paepe. Estão muito contentes com a possibilidade de aquisição desse
6 terreno, era um desejo de toda a Administração, especialmente da PRG. Lembra que a Unicamp
7 tem um programa de permanência estudantil, como já foi falado pela professora Claudia
8 Medeiros, que é modelo no Brasil e talvez na América Latina. É um programa bastante
9 ambicioso, a Unicamp investiu mais de R\$110 milhões este ano em permanência, mas sabem
10 que há muito a melhorar. Apesar de terem reajustado bolsas, aumentado novas formas de
11 auxílio, a moradia ainda é insuficiente, mas agradece e comemora essa iniciativa da
12 Universidade de ampliação da moradia. O Conselheiro RENAN DIAS OLIVEIRA diz que
13 muitas coisas que havia anotado para falar já foram colocadas, principalmente pela
14 representação discente. É estudante de doutorado em Ciências Sociais, e como membro da
15 representação discente saúda a luta principal dos povos indígenas hoje contra o marco temporal.
16 Os povos indígenas estão desde cedo nessa luta, fecharam a Rodovia dos Bandeirantes em São
17 Paulo, e foram reprimidos no final. Saúda as falas maravilhosas dos conselheiros Arlindo e
18 Geovane, sabem que uma compra como essa e a ampliação das vagas deve privilegiar e atender
19 aos povos indígenas e à população negra, que tem entrado cada vez mais na Universidade, e
20 que precisam avançar muito mais na política de permanência. Destaca também que essa é a
21 melhor forma de assistência para a moradia, como disse a professora Andréia, porque a moradia
22 também tem uma dimensão afetiva, além da dimensão econômica, política, cultural. Acha que
23 todos se lembram com muito carinho onde moraram quando estavam cursando sua graduação,
24 seu mestrado, seu doutorado. Então, ter a possibilidade de uma área contígua, junto com a
25 socialização, junto com tudo o que é viver a Universidade nesse tempo de estudante é algo
26 muito importante. Morar não é só ter um teto, ter um chão, tem uma parede; a palavra “morar”
27 significa muita coisa, então manifesta seu voto favorável e a indicação de que a representação
28 discente continua lutando por moradia e por políticas de assistência. A Conselheira HELOISE
29 DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz, respondendo ao professor Renê, que o movimento
30 era chamado Taba por uma questão da convivência, mas também porque ela era redonda. É um
31 motivo bem mais prosaico. Convida o conselheiro Rafael a olhar o planejamento estratégico
32 2021-2025 quanto ao uso da palavra “inclusão”, que ele mencionou bastante. Vai dividir o
33 problema que estão analisando hoje aqui em dois: um problema imediato e uma questão de
34 longo prazo. É preciso lembrar que se adquirirem esse terreno, a expansão da moradia não estará
35 pronta no dia seguinte; continuam com um enorme problema de moradia ainda por alguns anos,
36 mesmo que venham a incluir o orçamento para o início da obra já em 2024. Vários argumentos
37 aqui a incomodam sobremaneira, por exemplo, a necessidade da convivência entre os alunos.
38 Não podem supor que todos os alunos da Universidade vão habitar essa moradia, então existe
39 uma convivência acolhida, o uso de campinho de futebol, refeitório para uma parcela da
40 população estudantil, não para toda ela. Continuam com pessoas que moram fora da moradia e

que são grande parte, são a vasta maioria, então esse argumento não se coloca. Sobre a questão do ônibus, já existem ônibus que trazem alunos para a Universidade, mas de qualquer forma vai precisar aumentar o número de viagens, o número de linhas, então o fato de estar ali do lado não soluciona tanta coisa. Há vários argumentos que realmente não são úteis. Traz de volta a fala do professor Marco Antonio, que citou várias outras possibilidades de moradia para estudantes na tentativa de fazê-los conviver mais de perto, de colocá-los conjuntamente em algum lugar, para não usar a palavra “incluir”. Então, existe um problema de fundo que a compra do terreno pode resolver, mas não será imediatamente, portanto coloca aos colegas e à Administração a necessidade urgente que colocou com muita propriedade o representante Rafael na reunião da CAD. Ali ele mencionou que tinha seis convidados em sua casa e que isso atrapalhou sobremaneira o início do seu dia e a vinda para a Universidade. Então há problemas na moradia que permanecem e que têm de ser resolvidos já, não daqui a um ano, dois, três ou 10 anos, como falaram alguns conselheiros aqui, com a construção da nova moradia. E esses só podem ser resolvidos pela bolsa que tem de ser tornada urgente, porque os convidados que o conselheiro Rafael mencionou na CAD eram recém-ingressos na Universidade, então precisa ser mais urgente, mais ágil esse apoio. Isso não virá com a moradia, é um problema que precisa ser resolvido imediatamente. Precisa ser resolvido também o problema relatado pelo professor Flávio, diretor da FOP. Não tinha conhecimento desse problema, mas deveria ter imaginado que um aluno de Odontologia precisa de todo esse material e que esse material custa caro. O professor Romão mais uma vez mencionou que a Unicamp gasta uma enormidade de recursos todo ano para manter os alunos com as bolsas BAM aqui em Barão Geraldo. Pergunta por que a Universidade ainda não entrou em contato, como já mencionou na CAD, com as imobiliárias e proprietários para organizar alguma coisa parecida com uma parceria público-privada – PPP para organizar a vida desses alunos aqui em Barão Geraldo neste momento. Então continua não instruída, como não estava instruída na CAD, a despeito de toda a sua tentativa de obter mais informações a respeito da proposta de compra. Continua achando que existem outras possibilidades, mas gostaria de estimular a Universidade a cuidar do problema imediato. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM solicita a palavra para a acadêmica Michelle, do DCE. A Acadêmica MICHELLE SIMÕES DA SILVA diz que também é conselheira suplente neste Conselho, mas está aqui representando a atual gestão do Diretório Central dos Estudantes. Também faz parte do Coletivo Juntos, coletivo do movimento estudantil aqui da universidade. Destaca a importante fala que o conselheiro Arlindo fez, resgatando o processo histórico de conquista dessa moradia, e coloca um elemento histórico importante que foi o processo de reivindicação dessa ampliação, que também não é de hoje. A greve pelas cotas em 2016, que culminou em uma ocupação da Reitoria naquele período, já reivindicava naquela época uma ampliação de mais 600 vagas, ao todo 1.500, para contemplar o que seria equivalente a mais ou menos 10% dos estudantes naquele período. Porque à medida que se reivindicava uma política afirmativa de ampliação da Universidade, uma política de reparação, como muito bem colocou o conselheiro Rafael, essa reparação necessitaria de um investimento da Universidade. É esse momento histórico que estão vivendo aqui hoje, que busca importantemente dar um avanço

1 para suprir essa demanda que já se arrasta desde a greve de 2016, mas que é anterior, pois desde
2 a ocupação Taba nos anos de 1980 a quantidade de vagas que foram cedidas não contemplava
3 todas as reivindicações dos estudantes. Existe uma urgência para se resolver a questão de
4 permanência de um modo geral na Universidade, a moradia é uma das dimensões mais
5 importantes, na sua opinião, para que consigam construir uma política de permanência que
6 reflita no médio e longo prazo. Acha que por isso é tão importante a escolha política de comprar
7 um terreno, construir novos prédios e parar com essa lógica que foi bastante presente
8 principalmente na Reitoria anterior, do professor Marcelo Knobel, de se investir em bolsas
9 BAM que vão diretamente para o mercado imobiliário. Existe a preocupação dos professores
10 aqui de resolver de forma imediata, mas não considera uma solução, mesmo que paliativa,
11 seguir investindo dinheiro público da Universidade, que imediatamente vai para o mercado
12 imobiliário de Barão Geraldo, que é um dos mais caros da cidade de Campinas, que já é uma
13 das cidades mais caras do país. É muito fundamental que decidam aqui por uma política de
14 construção, porque isso sim é investimento social. Quando pensam em como melhor investir o
15 orçamento público, o investimento social tem de ser a solução. A Unicamp hoje tem caixa, está
16 em uma condição financeira saudável para fazer investimentos, e é importante dar
17 encaminhamento a isso, é preciso construir, é preciso investir. A compra desse terreno ao lado
18 da moradia é importante, mas também reivindica outra pauta histórica do movimento da
19 moradia, que é a própria reforma do que já existe. Faz mais de 30 anos que existe a moradia e
20 ela nunca passou por uma reforma estrutural significativa, o que se reflete em uma série de
21 problemas. É moradora da moradia estudantil desde que chegou à Unicamp, em 2020, há
22 problemas no dia a dia dos estudantes, como inundação nas casas quando a chuva é muito forte,
23 insetos e pragas, que têm a ver com a falta de manutenção mais cotidiana e, principalmente, de
24 manutenção de longo prazo. Parabeniza a iniciativa de compra, que é um primeiro passo para
25 seguirem nesse processo de transformação da Unicamp, que está em expansão plena há mais
26 de 20 anos, e essa expansão por si só já seria suficiente para justificar a necessidade de uma
27 nova moradia. Com as cotas e com as ações afirmativas que vêm crescendo, e que esperam que
28 cresça ainda mais, contemplando pessoas transgênero no futuro, contemplando outros corpos
29 que não estão presentes dentro desta Universidade, para que essas políticas afirmativas de fato
30 não só existam no papel, mas se efetivem enquanto uma transformação na Universidade, esse
31 tipo de investimento como o que estão discutindo agora para uma nova moradia é essencial. E
32 completa a sua fala reforçando o que mencionou a professora Milena, que ainda é muito pouco
33 perto de tudo o que precisam construir enquanto Universidade, dado que os *campi* de Limeira
34 e Piracicaba, que nem ao menos moradia possuem. Muitos estudantes ali estão passando por
35 uma série de dificuldades financeiras e sociais, e não podem ter esse espaço da Universidade
36 para conseguir se encontrar. Solicita que construam, para além dessa compra do terreno, o
37 restante dos debates com relação a essas obras. Há um GT histórico na moradia sobre a moradia
38 sustentável, não sabe como está esse diálogo, e pergunta como está esse plano de construção
39 propriamente dito para além da compra. Solicita que nos próximos encontros possam seguir
40 desenvolvendo esse debate. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que, como já

1 mencionou a professora Heloise, a política de ação afirmativa e inclusão social de estudante é
2 tratada de maneira bem robusta no planejamento estratégico da Universidade, para garantir que
3 alunos oriundos de escola pública e os PPIs estejam aqui. Quando olham a série histórica de
4 perfis de alunos da Universidade, concluem que têm atingido essas metas, tanto no critério
5 socioeconômico como no critério étnico. Desde 2003, tomaram várias decisões aqui no sentido
6 de aperfeiçoamento das políticas afirmativas e de inclusão. E também é muito bem tratada na
7 avaliação institucional a questão do aperfeiçoamento da política de permanência, onde consta
8 que devem tratar da questão da construção da moradia estudantil para os *campi* de Limeira e
9 Piracicaba, fazer a ampliação da moradia de Barão Geraldo e a ajuda institucional através de
10 bolsa para aluno que não consegue vaga na moradia. Nesta pauta de hoje, estão tratando da
11 questão da ampliação da moradia de Barão Geraldo, que acha que tem consenso aqui, mas não
12 dá para ficar fazendo proposta que não cabe aqui, por exemplo, fazer um prédio no que sobra
13 de terreno na moradia atual, porque a política de urbanização de Barão Geraldo não permite
14 verticalização. Outro ponto é que ampliação de moradia e bolsa são complementares. Lembra
15 que quando trataram aqui da discussão do auxílio-criança, havia uma corrente que colocava que
16 o auxílio-criança ia acabar com a estrutura de educação infantil na Universidade. Já faz alguns
17 anos que ele foi implantado e veem que ele anda bem com a estrutura de educação infantil aqui
18 na Universidade. Não é especialista no assunto e também não tem pauta difusa, só não gosta de
19 indignação seletiva, então acha que a questão da bolsa caminha junto com a da ampliação da
20 moradia. E a questão aqui é bastante óbvia, para fazer a ampliação precisa de espaço, e o que
21 está na pauta aqui é a aquisição do terreno. Coisas que vêm depois ficam para depois. Votou
22 favoravelmente na CAD e vai votar favoravelmente aqui no Consu. A Conselheira ROBERTA
23 CUNHA MATHEUS RODRIGUES parabeniza o grupo de trabalho pela proposta estruturada,
24 qualificada, e registra o seu apoio ao que considera um avanço nas políticas de permanência
25 estudantil. Corrobora com algumas falas feitas aqui de que a moradia tem característica
26 formativa, inclusiva e de importante cunho social. Então, é favorável à proposta. O Conselheiro
27 RAFAEL DE JESUS SOUDRE agradece à conselheira Heloise pelas recomendações de leitura
28 e traz recomendações de leitura para ela também. Referente à questão de uma equidade, de uma
29 reparação, indica o livro “Racismo Estrutural”, do Ministro de Direitos Humanos Silvio de
30 Almeida. Receber e fazer indicações de leitura é um espaço de troca muito importante que estão
31 utilizando aqui. O conselheiro Adilson mencionou que as ações afirmativas têm trazido um
32 resultado muito bom, com o que concorda, pois estão vendo uma maior diversidade na nossa
33 comunidade discente. Contudo, pergunta se é levado em consideração se esses alunos
34 permanecem ou não na Universidade, pois há um abandono contínuo da graduação, diversos
35 alunos que não têm esse amparo. A conselheira Heloise falou que a permanência estudantil é
36 uma questão urgente que tem de ser solucionada de forma muito rápida. Concorde que é uma
37 questão urgente, porém relembra que está sendo discutida aqui a compra ou não do terreno;
38 além disso, a solução que ela dá é a ampliação das BAM, e questiona se a ampliação das BAM
39 resolve mesmo o problema. O problema não é só estar na Universidade, é permanecer, e
40 pergunta se os alunos que vão ter uma BAM vão conseguir permanecer na Universidade. Não

1 gostaria nem de trazer essa discussão, pois já foi amplamente discutida na CAD e havia uma
2 unanimidade muito clara ali. Não consegue compreender por que alguns conselheiros, assim
3 como a professora Heloise, vem trazendo recorrentemente essa questão da bolsa da BAM, se
4 têm algum interesse, porque estão aqui discutindo a possibilidade de compra do terreno para
5 futura ampliação. E dentro dessa questão é uma solução da permanência estudantil e não de
6 uma solução paliativa. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN agradece
7 ao conselheiro Rafael pela indicação de leitura e diz que vai acolher, vai ler sim. Sua insistência
8 na bolsa BAM não tem interesse, não é proprietária de imóvel em Barão Geraldo, não vai ganhar
9 nada com isso. É só porque, como o próprio conselheiro Rafael disse na CAD, é uma questão
10 muito urgente, inclusive ele enfatizou bastante a urgência disso, e a BAM é um mecanismo que
11 existe já, não precisa criar, não precisa passar por comissões. Na próxima gestão não estará no
12 Consu, mas diz que vai sentir falta do conselheiro Rafael, vai sentir muita falta de conversar
13 com ele, de ouvir os motivos dele. O MAGNÍFICO REITOR diz que duas coisas têm de alguma
14 forma conduzido esta Administração: a primeira é considerar importante contemplar os
15 interesses dos vários setores e segmentos da Universidade. Participa do Conselho Universitário
16 desde 2014, quando se tornou diretor da FEA, então não é um longo tempo, mas acha que esta
17 é uma das pautas do Conselho Universitário que mais contempla questões ligadas a todos os
18 setores da Universidade: decidiram aqui o reajuste, vão discutir um programa de incentivo aos
19 novos docentes, discutem agora a moradia estudantil. Acha que essa é uma visão de
20 Universidade que é importante ser compartilhada por todos. Isso implica, obviamente,
21 restrições ao que podem fazer, porque se colocarem todos os recursos na moradia, fazem uma
22 coisa, mas não fazem outra. Se resolverem colocar tudo nos salários, também resolvem um
23 problema, mas deixam o outro lado descoberto; se puserem tudo na pesquisa, também há o
24 mesmo problema. Então desenvolver esse espírito um pouco mais abrangente do papel da
25 Universidade seria uma coisa interessante. Outra coisa também é não criarem barreiras que não
26 existem necessariamente; como sugeriu o conselheiro Adilton, podem ter auxílio-criança e ter
27 escola, podem ter bolsa auxílio-moradia e ter moradia. Isso não gera conflito em si, inclusive a
28 vantagem da bolsa auxílio moradia é que ela permite justamente ajustar essa variação, pois não
29 conseguem construir uma moradia rapidamente. Pergunta qual é o inconveniente de comprar
30 um terreno, em uma situação extremamente positiva, e pensar um programa de manutenção de
31 longo prazo. Isso vai, inclusive, ajudar que usem as bolsas auxílio-moradia para incluir mais
32 pessoas, pensando de uma forma um pouco mais sistêmica. Quando discutem aqui o vestibular
33 paulista, estão pensando nisso também, a possibilidade de virem bolsas de inclusão e
34 permanência do Governo do Estado. Isso é positivo, terão chance de ampliar o espaço de ação
35 da Universidade, então chama a atenção para que não tentem criar barreiras artificiais. A chance
36 de compra desse terreno é magnífica, ele é ao lado da moradia atual, e qualquer pessoa que
37 pensa um pouco na gestão de um espaço desse sabe que vai ser muito mais fácil, vai ter uma
38 única equipe. Vão precisar aumentar o transporte, mas uma coisa é custo de investimento, outra
39 coisa é custo operacional. Obviamente, vai ser mais fácil colocar um transporte nesse local, que
40 já tem uma linha de transporte garantida, ampliá-lo, do que se tivessem de fazer linhas de

1 transporte distribuídas por aí. Então, do ponto de vista logístico, há imensas vantagens na
2 aquisição desse terreno para expandir a moradia atual nesse contexto. Já existe uma equipe
3 pensando na construção, e uma reclamação que havia na Universidade era de que utilizavam
4 muito pouco a *expertise* daqui para fazer coisas. Um professor da FECFAU está fazendo uma
5 proposta, fez para o Corpo de Bombeiros, fez para a Biblioteca da FCM e ele está também
6 analisando uma possibilidade de moradia. Então isso já está nos planos. Participou da equipe
7 também o professor Luiz Carlos da Silva, do *Campus* Sustentável, pois vão fazer a construção
8 apta a receber célula fotovoltaica nos telhados. Isso envolve sua equipe, inclusive o conselheiro
9 Arlindo é orientando dele, e envolve equipes da moradia que estão participando do
10 planejamento de como melhorar a sustentabilidade da moradia. Tranquiliza a todos porque já
11 estão pensando em tudo isso, então podem focar naquilo que é o essencial, que é aquisição do
12 terreno. Sobre Limeira e Piracicaba, há aqui um conjunto de demandas antigas, elas estão
13 acumuladas e precisam atender às pessoas, mas para Limeira há mais de R\$100 milhões
14 previstos, com construção do ginásio, do novo prédio, do local de acesso à FCA. Talvez
15 consigam, não nesta gestão, mas espera que sim, que a FT e a FCA compartilhem um mesmo
16 *campus* e expandam o espaço do Cotil no *campus* 1 em Limeira. No caso da FOP, há desafios:
17 um prédio está sendo terminado, tem esse problema que é muito grave, que o professor Flávio
18 mencionou e que precisam resolver, de os estudantes estarem pagando parte dos equipamentos
19 que eles usam para aprender. É gravíssimo isso, é uma das situações mais difíceis, e há o plano
20 de expandir lá; até para que a voz do professor Flávio tenha mais audiência aqui, precisam ter
21 Piracicaba mais forte dentro da estrutura da Unicamp, e há uma proposta em relação a isso.
22 Solicita que fortaleçam a ideia da inclusão e da permanência, e vai se permitir continuar usando
23 a palavra “inclusão” aqui. Isso tem um impacto, não é um impacto só na comunidade interna
24 da Unicamp, tem um impacto no futuro do país. É isso que precisam incorporar, pois formar
25 pessoas que reflitam melhor a sociedade é formar gente que vai trabalhar nos postos públicos,
26 nas outras universidades, no ensino público, no ensino pago, vai trabalhar nas empresas, e isso
27 traz uma outra dimensão para a sociedade. O papel da Unicamp é transformador. Ontem tiveram
28 aqui uma reunião com o Secretário das Pessoas com Deficiência, e ele deu o seguinte exemplo:
29 arquiteto nenhum projeta casa sem banheiro, sem cozinha, mas as pessoas às vezes projetam
30 casas que têm uma porta de 80 centímetros, e se uma pessoa sofre um acidente e precisa de uma
31 porta maior, ela não consegue entrar. Não são projetos adequados para pessoas com deficiência,
32 poderiam ser, ficariam mais baratos se fossem feitos assim antes. Essas coisas são aprendidas
33 aqui, então se transformarem a maneira como enxergam a inclusão dentro da Universidade,
34 daqui a cinco ou seis anos formarão pessoas que estarão aí fora divulgando essa mensagem.
35 Então é esse o impacto que possuem como formadores, e é esse espírito que precisam ter, um
36 espírito que envolva todo o conjunto da comunidade. Não havendo mais observações, submete
37 à votação a matéria, que é aprovada com 60 votos favoráveis, 01 voto contrário e 08 abstenções.
38 Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o MAGNÍFICO REITOR
39 passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-24250/1998 –, que trata de proposta de deliberação que altera
40 a Deliberação Consu-A-18/2013, que dispõe sobre Comissão de Vagas Docentes – CVD e a

1 Comissão de Vagas Não Docentes – CVND e o procedimento para o preenchimento de vagas.
2 Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que todos
3 já estão a par, trata-se daquela mudança necessária com relação à reposição automática das
4 aposentadorias desde que estejam falando de doutores dentro do quadro permanente. Hoje o
5 que a deliberação traz é apenas a reposição automática para falecimento ou exoneração. Estão
6 incluindo também aposentadorias de doutores do quadro permanente, porque nesse caso são
7 repostas automaticamente, possuem acesso ao cargo. O MAGNÍFICO REITOR diz que são
8 aqueles casos restritos à saída do docente que libera automaticamente uma vaga, e não teriam
9 mais a restrição de vaga para essa contratação. Então não é qualquer aposentadoria de assistente
10 ou de associado. Um assistente ou associado que se aposente do quadro em extinção não gera
11 essa situação. Um aposentado titular também não gera, enquanto a vaga dele não é preenchida.
12 Então, é exclusivamente para aposentados que liberam, ao se aposentar, ou ao sair da carreira,
13 imediatamente essa vaga. Enquanto não tiverem essa alteração no nível da Assembleia, há a
14 restrição do número máximo de pessoas. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
15 SILVADO diz que entraram em um acordo com relação à redação do projeto de lei com a
16 assessoria técnica legislativa e encaminharam oficialmente para lá a versão final. Estão
17 aguardando os encaminhamentos internos ainda, até que seja enviado à Alesp. O Conselheiro
18 HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO pergunta quantos cargos foram solicitados. A
19 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que de professor doutor
20 foram 192, porque estavam considerando todo o quadro da PS como professor doutor e houve
21 algum ajuste com relação às carreiras especiais, então algumas foram para MS. O MAGNÍFICO
22 REITOR diz que isso pensando em manter o *status quo*, o problema é que os aposentados dos
23 quadros em extinção não geram vaga. Então reporiam esse conjunto de vagas. O Conselheiro
24 PAULO ADRIANO RONQUI diz que a proposta foi apresentada em uma reunião no dia 19 de
25 maio e houve um relativo apoio em um primeiro momento dos diretores das unidades. Solicita,
26 e já o fez ao professor Fernando Sarti, a possibilidade de inclusão de reposição das
27 aposentadorias da Carreira MA também, uma vez que se trata de docentes que atuam no ensino
28 de graduação, pós-graduação e extensão. Além das aposentadorias de docentes MS-3 e MS-5,
29 previstas na deliberação que estão discutindo, ocorrerão no IA sete aposentadorias no período
30 de 2023 até 2025, sendo uma delas compulsória, duas de docentes que já estão usufruindo de
31 licenças e férias acumuladas, além de mais quatro que já manifestaram interesse. Esses docentes
32 da Carreira MA são responsáveis por disciplinas obrigatórias em cursos em que não há
33 possibilidade de substituição por outro docente do quadro, por serem especificidades artísticas.
34 Cita, por exemplo, um professor de escultura *versus* um professor de violão ou artes circenses,
35 são muito distintos. Estão ocorrendo essas aposentadorias e, não havendo a reposição, um
36 número considerável de disciplinas obrigatórias da unidade poderá ficar sem docente
37 responsável e elas não poderão ser oferecidas. Isso certamente implicará descumprimento da
38 legislação da Universidade no que se refere ao oferecimento de disciplinas obrigatórias. Fora o
39 prejuízo acadêmico para os discentes, uma vez que haverá atraso na conclusão dos cursos, caso
40 não seja possível oferecer essas disciplinas. Então solicita à Mesa a inclusão das aposentadorias

1 dos docentes da carreira MA, que fazem parte das carreiras especiais, mas que têm essa ação
2 direta nos cursos de graduação. Ou seja, a reposição dessas aposentadorias no mesmo período
3 de junho de 2023 até abril de 2025. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
4 HASHIMOTO diz que seu pedido é o mesmo do professor Paulo Ronqui. Já haviam conversado
5 na apresentação da proposta feita pelo professor Sarti, e naquele momento comentou sobre a
6 Carreira MA, cujos docentes exercem atividades de graduação e pós-graduação. Existe essa
7 crítica há muitos anos, desde a criação do Instituto de Artes, e mais um fato importante é que
8 ela não é um cargo, ela é uma função, a não ser que tenha mudado a legislação. E sendo uma
9 função, não concorreria com os cargos de MS. Então há esse outro fator, mas acha que o
10 princípio da proposta da Reitoria é realmente auxiliar nesse momento as unidades que estão
11 sofrendo com o enxugamento do quadro docente. Fazendo com que essa carreira de magistério
12 superior seja excluída, o IA acaba sendo tratado de maneira diferente, ou seja, sem isonomia
13 em relação às outras unidades. Não são poucos professores da Carreira MA, e como diz o
14 professor Paulo, em pouquíssimo tempo haverá sete aposentadorias. E isso, principalmente nos
15 departamentos menores no Instituto de Artes, que são Dança e Artes Cênicas, vai acarretar, de
16 fato, uma crise no oferecimento de disciplinas e na manutenção dos cursos. Então pede
17 encarecidamente que seja avaliado e se possível incluída a Carreira MA nessa reposição
18 automática. A Conselheiro ROSMARI APARECIDA RIBEIRO diz que sua fala vai ao
19 encontro do que o professor Paulo Ronqui e o professor Fernando Hashimoto já anteciparam.
20 Podem observar que essa reposição automática dos docentes aposentados é muito interessante,
21 porque vai agilizar o processo de reposição do quadro e garantir a oferta das aulas na graduação
22 sem transtornos ou prejuízos, principalmente para os discentes, que não vão atrasar a sua
23 graduação, então é muito válido. Mas pediu a palavra também para contribuir com as reflexões
24 e propor um olhar um pouco mais amplo sobre esse assunto, porque ele também interessa às
25 demais carreiras. Traz como exemplo a realidade do CEL: em relação ao déficit de vagas, na
26 disciplina de Alemão são duas vagas, na de Inglês duas, na de Francês duas, na de Espanhol
27 uma e na de Italiano uma. Há o caso da professora de Espanhol que está em vias de se aposentar,
28 já fez o pedido de afastamento para gozar licença-prêmio e a seguir a aposentadoria, mas não
29 haverá reposição automática. Com isso, ocorrerá um impacto direto na oferta da disciplina de
30 Espanhol, que é obrigatória nos cursos do IEL. E essa realidade não é única do IA ou do CEL,
31 ela também ocorre em outras unidades, inclusive nos colégios, onde o currículo é constituído
32 por disciplinas de carga horária anual, então a demanda de reposição de docentes da Carreira
33 MST é um assunto que requer atenção para poderem agilizar e garantir o cumprimento da carga
34 horária da disciplina de quem se aposenta. E agora estão em um momento de vários pedidos de
35 aposentadoria que estão aguardando para serem feitos. Sugere que a Administração analise mais
36 amplamente a situação das unidades que têm docentes das carreiras especiais para garantir o
37 mesmo tratamento na condução da reposição dos docentes de cada uma delas. O Conselheiro
38 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS pergunta se na solicitação para a Alesp estão
39 entrando os cargos também dos Paepe, e qual seria esse número. O Conselheiro FERNANDO
40 SARTI responde que são 8.525 cargos. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI

MARTINS diz que a bancada dos servidores técnico-administrativos reivindica a possibilidade de usar o mesmo argumento na reposição automática para aposentadoria dos servidores Paepe. Teriam de incluir o artigo 9ºA, não sabe como fariam isso, e gostaria de entender também qual a razão do período até 30 de abril de 2025. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que considera muito boa a resolução de permitir a contratação automática dos aposentados, mas observa que a FT muito provavelmente não fará uso dessa deliberação. Os professores MS em Limeira passaram a ser contratados a partir de 2007, então há pela frente pelo menos 10 ou 15 anos para ocorrerem as primeiras aposentadorias MS, com exceção para aqueles que foram contratados como titular há cerca de seis anos, que já estão efetivamente próximos da aposentadoria. Então não vai fazer efeito com relação às contratações da Carreira MS. Por outro lado, há na Faculdade aproximadamente 15 professores da Carreira MTS, que se trata de uma função estatutária, portanto não concorre com os cargos, que é uma das questões relacionadas, e esses sim têm uma janela de aposentadoria mais próxima. Então se soma aos outros conselheiros que falaram acerca das carreiras não contempladas nessa deliberação, pela dificuldade da FT em repor as aposentadorias dos MTS que porventura se aposentem nessa janela até 2025. O Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES diz que faz coro às falas anteriores de ampliar essa proposta para as demais carreiras. Pergunta por que limitar até 30 de abril de 2025, se não podem fazer algo sem uma data específica e caso a situação da Unicamp necessite, mudam depois. Chegaram a ele três casos concretos referentes a vagas para Paepe, que são reguladas pela mesma Deliberação Consu-A-03/2020: as três unidades possuem verba, mas a vaga está contingenciada porque a demissão ou o falecimento aconteceu antes da aprovação dessa deliberação. Então, as unidades têm uma vaga contingenciada, têm a verba e por uma regra interna da Universidade elas não podem repor. Solicita esclarecimento de por que estão limitando, sendo que eles têm a verba. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que talvez seja esse o prazo que consta na deliberação porque coincide com o fim da gestão atual da Reitoria. No entanto, sugere que o prazo seja retirado, pensando que isso é uma proposta que está chegando no Conselho Universitário, e com a aprovação do Conselho Universitário ela deixa de ser uma proposta da gestão e passa a ser uma proposta da Universidade. Possuem clareza de que ela talvez seja uma proposta que não conseguirão levar a cabo infinitamente, porque sofrem muito com as oscilações do orçamento, e se for necessário no futuro, que o próprio Conselho Universitário interrompa a reposição automática, como ele já fez em um passado recente. Entende a definição do prazo, principalmente para não criar uma dívida, talvez, para a próxima gestão, mas isso não será uma resolução GR, será uma deliberação do Conselho Universitário, então o Conselho tem de ser responsável por essa medida. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA pergunta ao professor Fernando Sarti se ele tem ideia do número de aposentados em 2023 entre os docentes nível MS-3 e MS-5. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que não possui o número agora, mas pode levantar. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que se o número não for muito alto de aposentados MS-3 e MS-5, poderiam pensar na possibilidade de considerar o ano cheio, a partir de 1º de janeiro. Claro que se o número for muito alto essa possibilidade já

1 estaria descartada, mas se não fosse, talvez pudessem pensar nisso. No mais, parabeniza a
2 proposta, que tenta de alguma forma minimizar as perdas que as unidades têm tido. A
3 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que, pelo que se recorda, essa
4 questão começou a ser discutida na época em que o professor Fernando Costa era Reitor. As
5 unidades precisavam solicitar como repor as vagas, isso era analisado pela CVD; não era
6 automático primeiro porque não havia dinheiro. Também porque havia unidades mais novas
7 que tinham necessidade de docentes, como, por exemplo, FT e FCA, e sendo unidades mais
8 novas, tão cedo a maioria dos seus docentes não iria se aposentar. Então isso foi levado em
9 consideração. Já fez parte da CVD durante um longo período, exatamente para verificar esse
10 desbalanceamento, principalmente em relação às unidades novas. É muito interessante esta
11 medida, mas o que a preocupa é a questão do automático, pois isso vai impedir a verificação de
12 necessidades adicionais que poderiam ser contempladas em vez de simplesmente repor,
13 reorganizando ou realocando, no fundo, esses cargos que são de entrada, em MS-3 e MS-6.
14 Então possui um certo receio de que isso continue mantendo as unidades mais tradicionais um
15 pouco mais confortavelmente que as unidades mais novas, como Faculdade de Ciências
16 Farmacêuticas, Faculdade de Enfermagem e outras. O Conselheiro CLAUDIO SADDY
17 RODRIGUES COY diz que concorda com a proposta, ela minimiza as perdas, mas não deve
18 ser a única política de contratação docente. Vê como uma iniciativa muito válida o aumento de
19 número de cargos na Alesp, mas acha que deve ficar muito claro como está o andamento. Já se
20 colocou à disposição eventualmente para ir junto quando a Universidade for até a Alesp.
21 Observa que se forem 120 vagas, é um número pequeno para a Unicamp, visto que só a
22 Faculdade de Ciências Médicas perdeu 80 vagas de 2017 para cá, um número bastante
23 expressivo. E como foi colocado em reunião anterior, algumas unidades têm de ser vistas com
24 as suas especificidades, o tempo, as suas áreas de atuação, mas é favorável à proposta de
25 reposição neste momento. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR pergunta
26 se as vagas de professores nível MS-5 se transformarem em vagas de nível MS-6, se isso
27 voltaria para a unidade, uma vez que aquela unidade está perdendo a vaga MS-5. A dúvida é se
28 em um concurso de titular, se o MS-5 se tornar MS-6, se essa vaga retorna. A professora Claudia
29 Medeiros falou há pouco das unidades mais novas, mas observa que existem problemas com as
30 unidades mais antigas também, que já perderam docentes ao longo dos anos. A FOP teve
31 aposentadoria de professores titulares, eles não serão contemplados nessa reposição automática
32 e não terão possibilidade de abrir novas vagas de professores titulares. Então a FOP vai ficar
33 engessada durante um período, a não ser que haja uma aprovação da Alesp para novas vagas.
34 A especificidade da FOP prevê um número máximo de alunos por docente em atividade clínica,
35 e já não conseguem cumprir isso hoje. Se houver ainda uma redução maior, principalmente dos
36 professores de clínica, vão passar a ter cada vez mais alunos sob cuidado de menos professores.
37 O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO pergunta se na reunião realizada pelos
38 representantes docentes no dia 19 foi discutido estender a proposta aos servidores técnico-
39 administrativos da Universidade. Muitos dos diretores presentes serão questionados pelos
40 servidores da sua unidade sobre a sobrecarga de trabalho, algo sem solução, pois não será

1 automática a reposição dos que em breve se aposentarão ou dos que já se aposentaram. Muitos
2 estão preocupados, pois os servidores técnico-administrativos não vêm sendo repostos
3 automaticamente nos últimos tempos conforme se deve, ocasionando, em muitos casos, estresse
4 e outras situações. Os trabalhadores estão sobrecarregados em muitos setores, portanto solicita
5 que reflitam sobre isso. São importantes as iniciativas para reposição automática dos servidores
6 técnico-administrativos, pois a crise fez a situação chegar ao ponto que se encontra hoje. Ao
7 mesmo tempo, solicita à Reitoria que aumente o número de contratações nas unidades e,
8 principalmente, nos órgãos da Reitoria. As necessidades que precisam ser realizadas não podem
9 ter como preço a saúde do trabalhador, por isso solicita que sejam estendidas as contratações
10 automáticas para servidores técnico-administrativos. O Conselheiro DIRCEU NORILER diz
11 que faz coro à proposta do professor Ricardo. Entende que esse tipo de iniciativa é uma
12 iniciativa institucional, que independe da gestão do momento, e dessa forma entende como
13 justificável uma iniciativa que não tenha data para terminar. Eventualmente, se no futuro a
14 Universidade tiver problema financeiro, como teve no passado, o Consu pode reavaliar a
15 situação do momento e, eventualmente, mudar as regras do programa de reposição. Outra
16 questão é que, na discussão anterior ao Consu, foi comentada a questão das aposentadorias dos
17 professores titulares, que as unidades mais antigas têm grande perspectiva de aposentadoria de
18 titulares, e que ficou muito clara a motivação da reposição automática ser dos níveis MS-3 e
19 MS-5, em função do número de vagas. Só que, na ocasião, sugeriram a possibilidade de se
20 pensar que houvesse abertura de vaga automática para concurso titular para essas unidades que
21 perderiam o professor titular. Em havendo esse concurso, uma vez que algum docente que
22 fizesse o concurso passasse eventualmente no concurso de titular, haveria uma vaga disponível
23 para contratação de doutor. Sua dúvida é se isso chegou a ser discutido ou se estão pensando
24 nessa alternativa. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA parabeniza a PRDU pela
25 proposta, que entende como algo mais emergencial na Carreira MS por conta da questão do
26 limite de cargos. E só para adicionar às questões das especificidades, relata que houve uma
27 reunião dos diretores das 24 unidades na semana passada; ainda não conseguiram todos os
28 dados para fechar, mas vão enviar uma proposta que proteja as unidades mais novas. Houve
29 concordância de todos os diretores de que existem especificidades, sendo a FCA o caso mais
30 gritante e que tem mais argumentos para isso. Precisam começar a ver o conjunto da
31 Universidade, não simplesmente cada problema individual. Não ficou claro para ela se as
32 Carreiras MA e MTS são cargos também, porque se não forem, isso basta ser uma proposta de
33 reposição, como foi feito para as propostas anteriores que surgiram aqui com um consenso da
34 comunidade. Vão ter reunião dos diretores provavelmente na sexta-feira e vão tentar enviar uma
35 proposta para a PRDU para as vagas livres que hoje existem, protegendo as unidades que têm
36 critérios específicos para repor a perda. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que
37 entende a proposta como paliativa, temporária para a questão das reposições mais urgentes. Já
38 havia mencionado, quando discutiam contratações e promoções, que a questão da lei de cargos
39 poderia virar um gargalo na Universidade. No caso dos servidores, há algum tempo a
40 quantidade de cargos também já está esgotada, e não é à toa que, de vez em quando, fazem as

contratações e os órgãos de controle destacam algumas, dizendo que não há cargo alinhado, referenciado para essas pessoas. A PG sempre faz a defesa e acaba de alguma maneira preservando essas contratações na Universidade. Não está dizendo para seguirem a mesma linha, porque ter um docente em uma situação de fragilidade de contratação é muito precário e muito perigoso para a prática da Universidade. Acha que a tratativa mais definitiva é realmente mudar a lei de cargos, e concorda que o valor aí colocado pode ser ainda baixo para as necessidades da Universidade, mas ficou com essa dúvida sobre as contratações de servidores. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER diz, como já mencionou o professor Marco, que para a Faculdade de Tecnologia essa proposta de reposição automática não resolveria os problemas. Encaminharam recentemente um ofício para a CVD descrevendo a situação da FT, com a previsão e as necessidades que possuem em termos claros de quantidade de vagas. Sublinha uma questão dita pelo colega do Instituto de Artes: na FT tradicionalmente os docentes têm tido sempre uma carga horária enorme, além do número de alunos atendidos por docente, que é de mais de 20 por docente, e estão chegando agora a um ponto praticamente de colapso. Por exemplo, no curso de Engenharia de Transportes, há disciplinas que não há ninguém na Faculdade que ministre, não há na Casa ninguém que entenda dos assuntos que essas disciplinas tratam, e elas começam a ser oferecidas no próximo semestre. Em Engenharia de Telecomunicações, há uma previsão de dois professores para se aposentarem, um de forma compulsória, em breve, não necessariamente no próximo semestre, mas outro para o próximo semestre, porque é de carreira especial. No curso de Engenharia de Telecomunicações, não há nunca dois docentes que atendem a uma mesma disciplina. Essa situação é histórica, ao extremo de que praticamente ninguém pode nunca se afastar para fazer um pós-doutorado, intercâmbio internacional, nada disso. Quando um professor se aposenta, ele deixa no mínimo umas cinco ou seis disciplinas desprotegidas, sem ter nenhuma outra pessoa que entenda daqueles assuntos para ministrar as aulas. Então, estão entrando em uma situação que já não é questão de falar de carga horária extremamente alta, já não é questão de falar do número de alunos extremamente excessivo. Já é questão de que quando esses professores, que são de Carreira MTS, comecem a se aposentar, e já há alguns que vão se aposentar em breve, entrarão em uma situação de colapso. O curso de Engenharia de Transportes surgiu em 2018, portanto a situação que tinham em 2016 não reflete para nada um curso que surgiu depois. E esse curso precisa de especialistas, precisa de professores para ministrar as disciplinas da especialização e não possuem na Casa esse professor, portanto é também uma situação muito complicada. Foram oferecidas para a FT seis vagas como titulares, e no curso de Engenharia de Transportes abriram concurso para titular e não se apresentou ninguém. Uma das propostas que estavam pensando é uma dessas vagas de titular poder se converter em vaga de professor doutor, para ver se assim há candidatos. São disciplinas muito específicas, a previsão de receber pós-doutorandos é uma esperança, mas se não se apresentam professores especialistas para cargos, têm dúvidas se se apresentarão pós-doutorandos também. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz, com relação às carreiras especiais, que elas não são cargos, são funções, mas no projeto que estão encaminhando, a ideia é transformar as funções em cargos. Da Carreira MA, hoje estão com a solicitação de 24 e o IA

1 possui 12 no quadro; não possui ainda os números de MST e MTS. Quem acompanha os
2 trabalhos da CIDD sabe que estão com GT em andamento, que está avaliando o perfil, as
3 progressões e os níveis de carreira de todas essas carreiras especiais. Honraram o compromisso
4 de fazer a progressão de todas essas carreiras, inclusive o professor Leonardo participava da
5 CIDD e sabe bem disso: progrediram 80% desses docentes. O que encontraram foi um problema
6 muito sério do ponto de vista exatamente desses três elementos, a questão da progressão, do
7 perfil e do nível de carreira. Foi feito um GT que trouxe resultados insuficientes, então
8 desdobraram, até pelo tamanho diferente que as carreiras apresentam, colocaram à parte a
9 Carreira MST e as demais carreiras especiais. Esse GT está sendo presidido pelo professor
10 Rafael Dias, e o grupo pediu na última CIDD uma extensão de prazo de 60 dias. Acha que seria
11 adequado esperar os resultados desse GT até para ter uma ideia realmente do que entendem no
12 perfil, das condições de progressão e dos níveis de carreira para elas antes de saírem atribuindo
13 e antes de terem o resultado da própria Alesp com relação à transformação dessas funções em
14 cargos. Essa é a posição da Reitoria, mas podem aqui debater. Com relação à questão que foi
15 colocada de titular, ficou muito claro na reunião com a bancada docente e com os diretores que
16 não podem incluir a passagem automática de quem está em qualquer um dos níveis de doutores
17 para titular, porque isso caracterizaria, dentro do concurso, um possível favorecimento para
18 professores da Casa. Isso poderia levar a uma judicialização automática. Imaginem um
19 candidato de fora concorrendo com o candidato da Casa sabendo que, no caso de esse candidato
20 da Casa ser o vencedor do concurso, aquela unidade ganha uma vaga automaticamente. A
21 primeira coisa que ele faz é entrar na justiça. Deixou muito claro isso aquele dia, as doutoras
22 Fernanda e Ângela explicaram isso. Outra questão que também foi colocada aqui é se, no caso
23 de uma aposentadoria de titular, repõem o próprio cargo a mais de titular. Lembra que fizeram
24 uma distribuição de titulares, há hoje 103 concursos em andamento na Universidade, então
25 podem até analisar casos específicos que tragam para cá, mas existem 103 processos em
26 andamento. Não entende a necessidade de distribuir mais cargos agora; devem fazer essa rodada
27 pelo menos avançar, ter um panorama melhor, uma estrutura, um quadro um pouco mais amplo
28 do processo. Distribuir em cima de 103 concursos em andamento lhe parece uma ação um pouco
29 açodada. Novamente estão aqui os diretores, a bancada docente, os demais representantes, e se
30 o entendimento for outro, podem conversar. Em relação à questão das vagas que foram
31 solicitadas naquela reunião, passou isso para a professora Mônica, que se reuniu com os
32 diretores e com a bancada. Aquele número que chegou em 32 é o número que vai ficar variando
33 a depender de aposentadorias, a depender de concursos; 32 vagas de doutores hoje, 32 cargos
34 disponíveis. Só pediu à professora Mônica que levasse uma informação no sentido de que, antes
35 do que vão votar hoje, a deliberação menciona que possuem uma reposição automática de
36 exoneração e de falecimento para os cargos de doutores. E não está especificado ali se é PP ou
37 PS, se é permanente ou suplementar; portanto, havendo uma vaga criada por um PS, devem
38 repor com PP. Então só pediu para que fosse concedida uma quantidade de vagas que
39 permanecesse com a gestão, para que pudessem cumprir o que a deliberação manda. Se
40 distribuem essas 32 e ocorre qualquer falecimento ou exoneração de um PS, não possuem vaga

1 para repor. A professora Mônica Ihes pediu um levantamento do que teria ocorrido nos últimos
2 10 anos, em termos de qual era a demanda de desonerações, de falecimentos, até para saber o
3 quanto seria necessário dessas 32. Ela disse que vai apresentar a proposta, sobre a qual já houve
4 acordo, inclusive contemplando algumas das excepcionalidades, que é o caso da FCA, e
5 certamente não é o único. Acha que a reposição para as outras carreiras deveria esperar os
6 resultados do GT que está em andamento. Em relação à Carreira Paepe, devem lembrar que ela
7 tem uma sistemática diferente. Fizeram uma distribuição de vagas no ano passado a partir de
8 um levantamento de que perderam, entre 2016 e 2021, 1.200 servidores. Distribuíram 400 vagas
9 entre unidades de ensino, órgãos centrais e a área da Saúde, sendo que esta última possui uma
10 dinâmica própria, porque uma parte, inclusive, é contratada via não orçamentária, através dos
11 convênios com a Secretaria de Saúde. A PRDU e a Aeplan já possuem um levantamento do
12 ponto de vista financeiro, para uma proposta a ser levada para a CVND de uma nova rodada de
13 distribuição para a Carreira Paepe. O estudo está pronto, mas estão aguardando um pouco todo
14 esse processo de discussão da progressão e do reajuste salarial para trazerem essa proposta, até
15 para entender qual é o número. Vão votar na sequência a primeira revisão orçamentária, para
16 entender o quanto é possível iniciar a reposição também Paepe durante esse período. Está tudo
17 devidamente planejado. Entende a preocupação e a ansiedade de se querer a reposição também
18 Paepe, mas vão aguardar esses desdobramentos, esses resultados. O senhor THIAGO BALDINI
19 DA SILVA diz que o senhor Everaldo Pinheiro, a quem agradece, passou o dado solicitado do
20 número de aposentadorias: em 2023, no nível MS-6 foram nove aposentadorias, no nível MS-
21 5 nove aposentadorias e no nível MS-3 duas aposentadorias. A Doutora FERNANDA
22 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz, em esclarecimento à professora Marisa, que
23 realmente a Universidade ainda recebe apontamentos do Tribunal de Contas quanto à origem
24 dessas vagas que não são cargos, e tem sido demonstrada a origem da vaga, que remonta a 1988.
25 A Unicamp não criou cargos nem funções depois de 1988, por isso a necessidade de ter a lei
26 criando cargos, para que no futuro a Universidade só admita servidores em cargos, e as funções
27 vão sendo extintas na vacância. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
28 HASHIMOTO agradece as considerações do professor Sarti, mas o caso do IA é um universo
29 muito pequeno de docentes. O Instituto é muito grande e possui cinco departamentos muito
30 distintos; nos cursos de Artes Cênicas e de Dança, quando se aposentam três professores, por
31 exemplo, é um impacto muito grande. Então, se não fizerem essa reposição, possivelmente vão
32 precisar recorrer à PRG, porque terão um problema muito sério na graduação. Entende que
33 houve um GT que estudou a progressão, acha que é importante, mas uma coisa não elimina a
34 outra, no seu ponto de vista. Considera a proposta de reposição muito boa, vai ajudar muitas
35 unidades, mas no caso específico do IA, ela está sendo tratada diferentemente. Não foi o IA que
36 criou esses cargos neste momento, é uma carreira muito antiga, e é muito difícil ter um quadro
37 dividido, ou seja, as regras de docência, atribuição de aulas e tudo o mais são iguais para MA e
38 MS, mas no momento da reposição, no planejamento, não haverá reposição dos docentes MA.
39 Isso vai causar um caos enorme para a graduação; não vai falar nem da pós-graduação, porque
40 conseguem ir sobrevivendo, mas na graduação, de fato, terão um problema. Então solicita

1 novamente que seja repensado. Sobre a questão da função, acha que é o caminho correto
2 mesmo, mas para ele não muda muito, porque é o mesmo caso dos MS. Se vão esperar uma
3 resolução da Alesp, também podem, mais para frente, se de fato for aceita essa transformação
4 de função em cargos novos, rever a posição que aqui está sendo estabelecida. Acha que uma
5 coisa não elimina a outra nesse caso, então volta a pedir uma certa empatia para avaliarem essa
6 posição. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que concorda com a argumentação do
7 professor Fernando Hashimoto, entende a necessidade. No entanto, sendo muito pragmático,
8 solicita que imaginem a abertura de um concurso cujo perfil, processo de progressão e nível de
9 carreira estão defasados, desatualizados. Pergunta o quanto é adequado que iniciem um
10 processo de contratação sob essas normas antigas, uma vez que em 60 dias, no máximo, terão,
11 por exemplo, os resultados do GT. Acha que deveriam aguardar para terem essa nova
12 institucionalidade a partir daí, até para a própria unidade se programar. Se a unidade entende
13 que é absolutamente fundamental, vão analisar, mas sabem o quanto as contratações
14 emergenciais são negativas do ponto de vista do Tribunal de Contas e do Ministério Público. E
15 se forem fazer isso, precisam lembrar que as demais carreiras também estão com perfis,
16 progressões e níveis de carreira defasados. O grupo de trabalho está se reunindo exatamente
17 para isso; o que achavam no mínimo assimétrico era ter aberto o processo de progressão para
18 os docentes da Carreira MS e não fazer o mesmo para as demais carreiras. Fizeram em cima
19 das regras anteriores, mas é verdade que os perfis MS estão muito mais atualizados, há uma
20 estrutura diferente para os MS, que todos desejam ver também para as carreiras especiais, mas
21 podem sentar e negociar. Entende a situação do IA com a reposição de oito aposentadorias, que
22 já estão em processo, e resultam em um desfalque muito grande para a unidade. O Conselheiro
23 MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que quando se referem à Carreira Paepe,
24 a distribuição de vagas vem para restituir o número de vagas anteriores, perdidas no decorrer
25 dos anos. Mas quando falam de reposição automática de aposentadoria, significa preservar
26 aquilo que possuem hoje. Por exemplo, 40% do quadro da Educorp pode se aposentar amanhã,
27 e não há reposição automática, pois se o servidor for estatutário não é repostado, se for celetista
28 talvez. Portanto, os servidores Paepe também precisam desse olhar, porque a distribuição de
29 novas vagas vem ampliar o quadro Paepe, mas não garante a estrutura que possuem hoje em
30 determinados órgãos, determinadas unidades. O MAGNÍFICO REITOR diz que possuem nessa
31 questão basicamente dois componentes: um é a questão dos cargos, uma questão antiga, que
32 não foi enfrentada em vários momentos, e que de toda forma depende de variáveis que não
33 estão completamente nas mãos da Universidade. É lógico que poderiam, no projeto, colocar
34 números maiores que esses 196, mas a dificuldade seria conseguir aprovação disso. Então,
35 focaram que as pessoas do quadro em extinção fossem transformadas em quadros e isso cria
36 uma situação que é tradicional da Unicamp, criando uma chance maior de ser aprovada. Isso
37 tem de ser aprovado pela PGE, precisa ter parecer favorável da instância jurídica e depois vai
38 ser encaminhada pelo governo, pela Assembleia Legislativa. Portanto, há um trâmite envolvido.
39 Poderiam ferir a lei, mas não se sentiria confortável em estar na posição do Reitor que fere a
40 lei, até porque será ele quem responderá por isso. Acha melhor tentar seguir os procedimentos.

1 Estão fazendo algo que tem um impacto, é uma coisa importante, mas que está sujeito a essas
2 restrições e tem um impacto orçamentário limitado. Adotaram várias medidas agora, como o
3 vale-refeição, o reajuste salarial, novas contratações, progressões, e tudo isso tem um impacto
4 orçamentário. Um dos temas que se discutiu na negociação com o Fórum das Seis é até onde
5 vai o compromisso orçamentário. A Unicamp está adotando uma tática de fazer a ampliação
6 desses recursos com a folha de uma forma gradativa, tomando cuidado para não se expor a
7 situações a que outras universidades se expuseram. Embora a questão orçamentária não seja a
8 questão mais preocupante no momento, quando uma pessoa sai do quadro ativo, ela continua
9 na folha, então o comprometimento aumenta. Embora isso não seja a questão do momento,
10 precisam ter cautela. Estão falando de reposição do quadro docente MS, é muito restrito; uma
11 boa parte das pessoas que estão se aposentando são do quadro em extinção e não vão poder ser
12 repostas. Há todos esses ângulos, então não é que a discussão não deva ocorrer, não é que não
13 possam repor, mas precisam pensar nesses ângulos outros que também são envolvidos. Foram
14 mencionados aqui alguns problemas, como o das carreiras especiais e da Carreira Paepe, mas
15 devem pensar com um pouco mais de calma nisso. Sua sugestão é que votem o que está em
16 pauta e solicitem à PRDU e à PG uma avaliação se podem dar esse passo adicional. Talvez o
17 caso mais extremo recentemente seja o do curso de Engenharia de Transportes, na FT. Em 2018
18 foi criado o curso, prometeram os professores e não contrataram, e agora esta gestão precisa
19 achar uma solução para isso, tomando o cuidado de não querer no contexto da solução geral
20 resolver todos os problemas particulares. Estão discutindo aqui uma solução que é geral, pois
21 abrange a maior carreira docente da Universidade. Precisam ter uma preocupação com casos
22 específicos, mas podem ter soluções mais ágeis, mais fáceis em função das contingências.
23 Fazendo um GT para pensar nas carreiras, estão pensando com mais calma e planejando; no
24 entanto, se no semestre que vem realmente se configurar toda essa situação no Instituto de
25 Artes, terão de tomar uma decisão rápida. Então existe a chance de ter alguma reação adequada
26 a casos tópicos e específicos, porque isso pode acontecer em qualquer unidade. Talvez seja
27 melhor não misturar as questões, o que não significa que o problema não tenha de ser levantado
28 aqui. O professor Flávio mencionou um problema da FOP com relação aos alunos, isso põe na
29 pauta a questão e ficam alertas. E a repetição também é positiva, porque chama atenção de todos
30 os membros do Consu, mas solicita que se concentrem, em termos de decisão, no tópico que
31 está na pauta e deixem essas outras coisas associadas ao andamento do GT, a uma avaliação
32 por parte da PRDU de qual é o impacto de ter algo desse tipo na Carreira Paepe. O Conselheiro
33 FERNANDO SARTI diz que estão trazendo aqui duas discussões diferentes. A primeira é quais
34 são os mecanismos e quanto a institucionalidade lhes permite hoje a reposição de vagas, que
35 remete à questão da regularização das funções com a criação dos cargos. A outra é a discussão
36 financeira, que é importante quando pensam em qualquer mecanismo automático de reposição.
37 Hoje na Universidade há 2.000 docentes, incluindo todas as carreiras, e aproximadamente 6.500
38 servidores, totalizando em torno de 8.500 pessoas. E há uma preocupação não apenas com a
39 questão previdenciária, mas também com o comprometimento da folha dos inativos. Hoje os
40 inativos na folha da Unicamp já representam mais de 40%. A USP tem 5.500 docentes e mais

de 13.500 funcionários, o que resulta em mais de 19.000 servidores. A USP tem aposentados 5.100, e a Unicamp tem 5.500, portanto a Unicamp possui um peso maior de aposentados em relação à USP, que é uma vez e meia maior que a Unicamp. Então, quando a PRDU tem de planejar, junto com a Aeplan e com a CGU, o processo de reposição, obviamente entende a demanda de cada unidade, a demanda dos servidores dentro dos seus órgãos, pois a Universidade hoje tem um quadro muito mais enxuto, tanto de docentes quanto de funcionários do que já teve há 10 anos. Isso é óbvio, ninguém está negando, mas sabem também que terão de aprender a trabalhar com um patamar menor do que havia 10 anos atrás. Essa questão tem surgido diretamente no processo de certificação de todos os órgãos, e vai aparecer para os diretores na discussão nas unidades de ensino. Não vão repor integralmente o que já tiveram há 10 anos, e observa que dentre os 6.500 funcionários, mais ou menos a metade é CLT e metade é Esunicamp, diferentemente da USP, que há muito tempo só contrata celetista. Não está dizendo que é o melhor caminho, pelo contrário; não é o que fazem aqui na Unicamp, mas a USP, após um Programa de Demissão Voluntária muito pesado feito anos atrás, passou a só contratar celetistas. Isso significa que quando esse funcionário se aposenta, ele não fica na folha de pagamento da USP. São duas dinâmicas completamente diferentes, por isso fica um pouco chateado quando vê comparações com a USP em relação a salários de entradas, salário médio. Este Conselho Universitário tomou a decisão de contratar estatutários, então isso tem de ser levado em consideração no planejamento da Universidade. Não é uma crítica a ninguém, mas estão pagando hoje uma falta de planejamento lá atrás. Se a Unicamp tivesse planejado, olhado para essa questão dos cargos, não estariam nessa situação. Assim que alertados pela PG, entraram com um processo de regularização da estrutura de cargos docentes e também de pesquisadores, que também estão demandando novas contratações. Também há um processo de progressão dos funcionários, que se tivesse se iniciado há muito mais tempo, provavelmente não estariam passando pelo que estão passando hoje. Então, existe sim um custo, e ninguém aqui está sendo insensível à necessidade de reposição de servidores, de docentes, de pesquisadores. A questão é que precisam enfrentar simultaneamente a dimensão financeira, que exige planejamento; há uma dimensão institucional jurídica da qual a PG vem cuidando e cujo trâmite não depende da Universidade, ele envolve uma negociação com a PGE, depois com a Secretaria da Fazenda, com a Secretaria de Ciência e Tecnologia hoje, a partir daí vai um decreto para o Governador, que o encaminha para a Alesp. Portanto, não dominam esse processo. O professor Coy na última reunião até sugeriu de ir com um grupo de diretores, de docentes e servidores pressionar, mas sabem a dificuldade de agenda da Alesp. A Universidade faz parte dessa agenda, mas não é certamente prioridade. E a questão financeira também é muito importante; a Universidade vai ter, em algum momento, que parar e olhar para um cálculo atuarial sério, para entender o que vai ser a Unicamp daqui a 20 anos. Não está dizendo que é obrigação dos diretores, nem dos servidores, nem dos docentes que estão aqui, mas certamente as gestões que virão terão de olhar isso. Vão trazer essas informações devidamente, mas os problemas têm de ser enfrentados. É só isso que está pedindo, que essa construção, essa solução, seja coletiva, e cabe a este Conselho fazer isso. O MAGNÍFICO REITOR lembra que existe

1 uma diferenciação entre as universidades. A USP tem uma legislação interna que impede que a
2 folha ultrapasse 85% do orçamento, acarretando em punições e procedimentos caso isso ocorra.
3 O reajuste de 10,51% implica, na previsão de hoje, 84,8%, e se a previsão se comprovar, isso
4 vai comprometer a chance de a USP repor cargos. Isso foi dito pelo professor Carlotti
5 publicamente na reunião com o Fórum das Seis. A USP já está repondo menos do que a
6 Unicamp, e se se configurar essa situação, ela terá problemas de reposição. Então essas coisas
7 precisam ser consideradas para andarem com cautela. Lembra que a Unicamp possui 12 mil
8 vagas na graduação, ao passo que a Unesp tem sete mil vagas com orçamento muito parecido
9 com o da Unicamp. O Conselheiro FERNANDO SARTI observa que o regimento da USP
10 coloca que é 85% de comprometimento para um exercício superavitário, se o exercício sinaliza
11 para deficitário, é 80%. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz,
12 retomando sua dúvida anterior, que não considerando os nove titulares, porque não entrariam
13 nessa conta, seriam então nove docentes nível MS-5 e dois docentes nível MS-3 aposentados,
14 totalizando 11 este ano. Nesse caso, pergunta se haveria a possibilidade de considerar a data de
15 1º janeiro, considerando esse número de 11 docentes aposentados. O Conselheiro FERNANDO
16 SARTI responde que essa decisão vai ter de vir dos diretores, porque certamente essas
17 aposentadorias são assimétricas. A proposta foi daqui para frente. Não conseguem dizer daqui
18 para frente quem vai aposentar, mas daqui para trás sabem quem se aposentou. Portanto, vão
19 jogar um jogo já sabendo quem é o beneficiado e quem é o prejudicado. Não vê nenhum
20 problema de se reunirem novamente e conversarem, mas terá de vir dos diretores a proposta,
21 conforme se acertem que quem se sentiu prejudicado por não ter tido essas aposentadorias aceita
22 essa regra. A proposta da Reitoria foi daqui para frente. O MAGNÍFICO REITOR diz que a
23 questão da fronteira móvel é complicada, estabelecem janeiro, depois a metade do ano que vem,
24 depois janeiro de 2022, e onde parar é sempre um problema. No momento em que é a partir da
25 decisão tomada, não sabem direito; só conseguem garantir aposentadorias que são
26 compulsórias. Fora disso, não há como saber se as pessoas vão se aposentar ou não. Então tudo
27 bem se os diretores se acertarem entre si, mas sem fronteira móvel disso, para não ficarem
28 deslocando de acordo com o número de aposentadorias. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO
29 sabe que o professor Antonio José pediu que se concentrassem no ponto, mas a discussão aqui
30 vai abrindo várias portas e janelas que vão se misturando. Pede desculpas por insistir em um
31 aspecto que entende que a Reitoria não está querendo discutir, mas acha que se estão pensando
32 em uma perspectiva de planejamento de médio prazo, pelo menos, precisam levar em
33 consideração todas as possibilidades. Por mais que essa medida que está sendo proposta hoje
34 seja importantíssima, e entende que deva ser uma reposição automática sim, há uma situação
35 que é emergencial nas unidades, inclusive naquelas tidas como tradicionais ou mais velhas, para
36 fazer referência ao comentário da professora Cláudia Medeiros. Acha que há problemas nas
37 unidades mais velhas e essa garantia da aposentadoria automática é uma medida que ajuda a
38 contornar esse problema, embora também não resolva. Há muitas aposentadorias de titulares
39 que não estão sendo contempladas aqui, mas devem pensar em medidas associadas. Ninguém
40 está pedindo que a Reitoria desobedeça à lei, mas insiste em um ponto que é institucional,

1 inclusive, que é o de poderem fazer um planejamento olhando para o passado, e isso não é
2 ilegal. Se consideram a taxa de sucesso de professores da Unicamp nos concursos titulares, acha
3 que isso pode lhes dar uma ideia do número de vagas que podem ser liberadas no curto prazo.
4 Isso permitiria fazer uma programação considerando esses números também juntamente com
5 essas vagas que já estão automaticamente disponíveis no quadro. E isso permite prever, portanto
6 é uma questão de planejamento. Já tinha falado isso para o professor Fernando, vai insistir aqui
7 nessa questão de que devem pensar na trajetória anterior para fazer esse desenho. Para que não
8 fiquem esperando uma resposta da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, pois já estão
9 há um ano nessa conversa. Acha que isso vai colocá-los em uma situação de urgência maior
10 ainda, então se pergunta quão razoável é ficarem em uma situação de dependência que não lhes
11 permite responder a essas necessidades, que são muito diversas. Há na Universidade as
12 realidades das diferentes unidades, mas acha que precisariam considerar também a
13 possibilidade de discutir esses outros elementos nessa proposta. Então quando a Reitoria coloca
14 a importância de analisar, olhar os dados, olhar os impactos, solicita que esses dados dos
15 concursos que estão em andamento também sejam considerados nesse planejamento para terem
16 um horizonte de médio prazo. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que
17 concorda com as falas de cautela e que devem se concentrar no que está em pauta agora. Essa
18 reposição é bem-vinda, só enfatiza a pergunta sobre o prazo final desse plano; acha que ele
19 pode seguir até o momento em que perceberem que não seja mais salutar para a Universidade.
20 Mas é favorável a essa reposição automática pelo menos desse subgrupo de docentes. O
21 Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz, dada a extensão da discussão,
22 que reforça a simetria nas aposentadorias que tiveram de 2016 a 2023. Não há como considerar
23 taxas uniformes tendo unidades tão diversas em número. A taxa de variação que estão utilizando
24 é muito cruel com a Faculdade de Ciências Médicas, por exemplo, que teve 80 aposentadorias
25 no período de 2016 a 2023. Considera que o Instituto de Biologia teve uma situação crítica, mas
26 foram 30, e comparado com os demais, isso são índices bastante grandes. E qualquer coisa que
27 não respeite esses índices é desrespeitosa com a estrutura das unidades. Embora tenha um
28 cuidado enorme com a FCA e com a FT, também devem olhar para as unidades velhas de forma
29 muito cuidadosa. Não entende por que saber o número de aposentadorias não implica ter ações
30 específicas. Também o preocupa o fato de terem situações que vão acontecer no futuro, como
31 a relatada pelo diretor da FT, e estarem aqui discutindo a distribuição de vagas, quando há esses
32 casos críticos acontecendo. Solidariza-se bastante com a FT e com a FCA, que estão em uma
33 situação muito complicada. Acha que precisam trabalhar conjuntamente, os diretores e a gestão,
34 não se pode dizer que são só os diretores que poderão resolver essa situação entre si, uma vez
35 que há 32 vagas para dividir e resolver todos esses problemas. Então, enquanto não tiverem
36 uma matriz em que vários parâmetros são utilizados, vão continuar em uma discussão
37 polarizada em relação às aposentadorias. Acha que precisam discutir bastante essa questão,
38 porque senão, a cada proposta que vier da Reitoria, vão voltar no mesmo assunto. O
39 MAGNÍFICO REITOR esclarece que a ideia é que as 32 vagas fiquem de reserva, porque há
40 aquelas aposentadorias e exonerações que não criam vagas, mas que precisam preencher por

1 causa da resolução, a não ser que mudem a resolução. O que falou que talvez fosse interessante
2 os diretores acordarem é a fronteira; o professor Petrilson estava propondo 1º de janeiro, mas a
3 Reitoria achou que é melhor propor a partir de agora, porque não conhecem exatamente o
4 futuro, então não vão estar com a data inicial definindo nenhum privilégio para nenhuma
5 unidade. É só essa questão que sugerem, mas se os diretores chegarem em um acordo diferente,
6 existe uma possibilidade; porém, precisam ver o impacto orçamentário, por isso o professor
7 Petrilson quis saber o número de aposentados em geral. Esse número está distribuído de alguma
8 forma; se definirem 1º de janeiro, vão provavelmente atender a alguns lugares e não atender a
9 outros. Essa questão é que sugeriu que os diretores discutissem. Há outras propostas também
10 que permitem trazer um pouco para eles o poder de decisão, que é o edital de pós-doutorandos,
11 que foi uma preocupação de tentar minimizar o problema dentro daquilo que é a margem de
12 manobra da Universidade. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM diz que, um pouco na
13 linha do que o professor Petrilson colocou, se definirem 1º de janeiro, pelo que entendeu da
14 reunião de sexta-feira passada, teriam de cobrir essas reposições que já possuem o número, que
15 são 11, com as 32. Portanto, se fizerem essa definição sem ter claras quais são as origens, as
16 unidades que tiveram essas aposentadorias, vão ferir uma discussão que estão fazendo ainda no
17 âmbito das unidades, entre os diretores. Entende que essa medida, como foi colocada, não dá
18 conta de toda a variação, de toda a perda, mas ela é uma sinalização para que não haja para as
19 unidades mais jovens um prejuízo maior. Se entendeu bem, que estariam gastando 11 vagas das
20 32 que possuem hoje disponíveis, acha que deveriam discutir isso no âmbito da base dos
21 diretores. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que tende a ser favorável à
22 proposta como está, também olhando só para frente, pelas razões que a professora Milena expôs
23 agora, mas também acha inevitável que pensem. É tarefa dos diretores, e isso está sendo
24 discutido com as dificuldades inerentes a esse tipo de assunto delicado. Externa suas
25 preocupações diante de tudo o que foi dito aqui, inclusive desses dilemas de longo prazo, do
26 financiamento da Universidade, mencionados com a questão da insuficiência financeira para
27 cobrir aposentadorias. Parece haver algumas linhas paralelas de discussão de vagas; há aquela
28 proposta do programa piloto de 120 vagas numeradas, que incluem as ações afirmativas e mais
29 90. Está entendendo que isso depende explicitamente da aprovação na Alesp, é algo que está
30 um pouco reservado, ninguém sabe quanto vai durar. E existem 32 que não devem ser tomadas
31 pelo valor de face, tem de ser menos que isso para dar conta dessa possibilidade de
32 aposentadoria que não abre espaço, mas também deve crescer esse número com o conjunto
33 grande de concursos de titular em andamento. Acha que esse número de 32 é dinâmico, agora
34 são 32, mas devem reservar e também não tem ideia de quanto reservar, se 10, 12 dessas para
35 esses casos de reposição de aposentadoria da parte suplementar. Mas acha que o critério tem de
36 ser, diante do que está sendo dito há muitas reuniões, a correção das assimetrias, tanto em
37 relação ao quadro de 2016 quanto aos pontos de partida muito distintos e a situação
38 notoriamente crítica da FCA e da FT. Em síntese, acha que a reposição automática de
39 aposentadorias daqui para frente mantém mais ou menos o *status quo*, e é importante porque
40 isso serve para planejamento também. A outra proposta tem de levar em conta esse quadro de

1 assimetrias na Universidade, que são assimetrias diferentes, portanto não devem olhar só para
2 2016. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER diz que às vezes dá
3 impressão de que vêm aqui colocar os problemas para os demais diretores ou para a
4 Administração Central tentando que se consigam fórmulas mágicas. Está muito ciente do
5 esforço que faz a Administração Central, todas as explicações que o professor Fernando Sarti
6 dá são sempre muito coerentes, muito claras, muito transparentes. O problema é complexo, é
7 muito técnico, inclusive sugere a criação de um GT. Participou da primeira reunião dos
8 diretores, e a acolhida é sempre muito boa quando colocam os problemas, mas há coisas que
9 são técnicas e às vezes nem os diretores entendem. Há desdobramentos, implicações financeiras
10 de outro tipo, dados que faltam etc. Dada a heterogeneidade e a divergência de características
11 de cada unidade, já ficou claro entre os diretores que não é possível aplicar um critério único,
12 então poderiam aplicar dois ou três critérios agrupando unidades que tenham mais ou menos as
13 mesmas características. Então o que sugere é basicamente a criação do GT e a adoção de alguns
14 critérios agrupando unidades com características similares. O MAGNÍFICO REITOR observa
15 que normalmente tem sido uma coisa multicritérios; na distribuição anterior ela já foi, e a
16 sugestão de distribuição das bolsas de pós-doutorado é também multicritério. As 120 vagas com
17 a política afirmativa não foram distribuídas porque há a dificuldade de se realizar; ela depende
18 de deslocar o limite de vagas, e está considerado até na distribuição das últimas vagas docentes
19 que foram distribuídas. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que
20 concorda com a fala relativa à simetria das unidades feita pelo professor Hernandes. Precisa
21 haver realmente uma política de reposição, e discutir 30 vagas não resolve o problema de
22 ninguém agora. Então se pode discutir uma reposição de aposentadoria em janeiro, em junho,
23 isso ajuda, mas não resolve o problema. Talvez devam ter uma discussão com algumas
24 particularidades e ver uma reposição a médio prazo, com uma perspectiva de novas vagas.
25 Porque ficar discutindo aqui se das 30 vão duas para uma unidade, três para outra,
26 definitivamente não resolve o problema. Acha que essa é a posição com uma perspectiva de
27 vagas, não sabe quantas vêm, e com uma resolução pensando na Universidade como um todo,
28 não em determinadas unidades, pois existem assimetrias e particularidades nas mais antigas e
29 mais novas. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz, em relação a essa
30 diversidade entre as unidades, que já que não vão resolver de imediato a situação de todos, que
31 talvez fosse o caso de começarem um estudo mais aprofundado, de maneira que tivessem
32 condições, a médio prazo, de pensar no que consideram como a situação ideal para cada unidade
33 dentro da sua especificidade. Se conseguiriam estabelecer algum denominador comum entre as
34 unidades que permita pensar não só em recuperar o prejuízo, recompondo perdas, mas o que
35 esperam para o futuro. O professor Sarti já disse que reposição igual à que tiveram 10 anos atrás
36 é impossível, portanto aquele não é mais o ideal. Nas condições atuais, o ideal seria uma
37 condição razoável para cada uma das unidades, número de docentes, carga horária, número de
38 alunos. Pergunta se não conseguem, com a condição intelectual que possuem, pensar juntos
39 nessa diversidade de uma forma um pouco mais avançada. Por exemplo, a LDB, que é a lei que
40 regulamenta a todos, estabelece oito horas mínimas de trabalho para o professor universitário.

1 Talvez pudesse ser esse um critério inicial. Todos os docentes devem dar oito horas/aula todos
 2 os semestres, segundo a lei. Alguns dão muito mais, outros talvez menos, mas pergunta se não
 3 conseguiriam se organizar para pensar um pouco mais prospectivamente, não só no sentido de
 4 recuperar perdas. Então talvez a proposta do professor Leonardo pudesse ser interessante, de
 5 organizarem um grupo de trabalho, que não precisa ser muito grande, mas que tenha nele
 6 representada essa diversidade de unidades para tentarem pensar um pouco mais adiante, como
 7 seria quando tiverem condições de buscar esse ideal. Acha que saem assim um pouco dessa
 8 situação de ficar sempre tentando repor aquilo que nunca mais terão. O MAGNÍFICO REITOR
 9 diz que não sabe se deveriam aprovar isso aqui. Acha que devem pensar um pouco como
 10 Administração nessa questão e procurar também referências, padrões, *benchmarks* em
 11 outras universidades, porque podem ter aqui referências que estão defasadas, seja para cima,
 12 seja para baixo. A ideia o agrada, mas precisam olhar para fora também; a questão das oito
 13 horas/aula talvez seja uma ideia, mas podem olhar para fora e pensar essas referências. Por
 14 exemplo, algo que o preocupa é o número de vagas que fornecem no vestibular, por exemplo,
 15 comparativamente às outras duas universidades estaduais paulistas. A Conselheira MARIA
 16 LUIZA MORETTI diz que a ideia do professor Renê é boa, de cada unidade pensar seu ideal,
 17 mas precisam considerar os objetivos, o que desejam levar em conta na unidade para a
 18 graduação, para a pós-graduação, para especialização, para treinamento, para pesquisa, para
 19 produção, em conjunto com a Universidade, o que a Universidade quer para si. Então acha que
 20 isso é uma excelente ideia, extremamente complexa de ser efetivada, mas acha que podem
 21 começar a pensar. Porque cada unidade tem realmente uma especificidade muito diferente, há
 22 áreas muito teóricas, cuja teoria é o norte da área, e tem áreas que são muito práticas, cuja
 23 prática é o norte da especialidade e requer diferentes *expertises*, diferentes especialistas, número
 24 diferente de docentes, mas ela é ampla. E precisam pensar que isso não é só para a graduação;
 25 é o que a Universidade pensa para a pesquisa, qual é a meta de aluno de pós-graduação. Hoje
 26 possuem uma grande liberdade de escolha, de vagas; não na graduação, mas na pós-graduação
 27 varia muito com o número de vagas de bolsas. Não é a Universidade que regula, há alunos sem
 28 bolsa, alunos que trabalham e que fazem pós-graduação, então existe essa variedade. Pergunta
 29 qual é o ideal, por exemplo, de orientandos por professor, qual o ideal de horas aulas por
 30 semana, qual deve ser o tamanho da classe de aula. O tamanho da classe de aula para o curso
 31 de Música é um, e para outras áreas pode ser outro. Tem áreas no IA que talvez demandem que
 32 um aluno precise ter aulas quase que individuais, por serem muito especializadas, e outras que
 33 podem ter aula conjunta de canto, por exemplo. A gestão tem de fazer esse primeiro exercício
 34 de pensar o que quer para a Universidade se destacar e que tipo de profissional deseja formar,
 35 para que ele não se desconecte da sociedade, para que tenha um engajamento na sociedade.
 36 Então é aquilo que estão esperando que a Universidade ofereça. O professor Antonio José já
 37 citou várias vezes o exemplo do programa de bolsas para meninas vulneráveis na área das
 38 Ciências Exatas, as ciências duras, que foram oferecidas pela Qualcomm, cujo CEO
 39 internacional foi aluno da Unicamp. No dia da entrega das bolsas, o CEO daqui do Brasil
 40 mencionou em seu discurso que não existe uma igualdade de gênero na empresa. A empresa foi

1 questionada por que há tantos mais funcionários do gênero masculino do que do gênero
2 feminino, então ela veio à Universidade buscar a formação de alunas que ela possa empregar
3 na empresa. A Universidade tem essa obrigação com a sociedade, que está pedindo que se
4 formem jovens do gênero feminino para serem empregadas, para dar equidade às empresas que
5 utilizam a área das ciências mais duras. É só um exemplo de que devem pensar nisso; a ideia
6 do professor Renê é boa, precisam pensar no que desejam, mas também verificar o que a
7 sociedade espera que formem. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que foi citada
8 a reposição Paepe, e lembra que para além da questão da diferença de função autárquica estável
9 e cargo, que já foi esclarecida, a Carreira Paepe tem regimes diferentes, tem um grupo que é
10 celetista, tem um grupo que é estatutário. No grupo de estatutários, há um grupo que está na
11 regra antiga, outro grupo que não é pequeno que está na regra nova, que se aposenta no teto do
12 INSS. No caso da reposição Paepe, há deliberações que tratam do assunto e possuem fluxo
13 estabelecido. Acha que ainda operam a reposição Paepe com a regra que foi definida na época
14 em que a Universidade gastava mais com folha do que arrecadava com ICMS. Não é novidade
15 falar da defasagem do quadro Paepe; embora tenha havido a reposição de mais de 400 vagas
16 autorizadas pelo Conselho Universitário, sabem que não é um número suficiente, mas também
17 não está dizendo que devem repor na totalidade. Esse é o alerta que dá para quem faz a
18 discussão, ver primeiro as deliberações vigentes e considerar o momento em que elas foram
19 definidas. Acha que esse é um elemento importante. E no caso de reposição automática, não é
20 um assunto tão simples assim. Por exemplo, na enfermagem já tiveram reposição automática,
21 mas antes disso precisam discutir a recomposição do quadro, a relação do tamanho do quadro
22 Paepe com o quadro Funcamp, que no caso do HC, por exemplo, não é pequeno. Há também a
23 questão do índice de segurança técnica, e essas são coisas que foram deixadas de lado, por conta
24 da restrição orçamentária que sofreram. Ressalta que existe deliberação que trata da questão da
25 reposição Paepe que foi desenhada em um momento que não é condizente com o momento
26 atual. Então precisam ver isso primeiro, porque possuem fluxo estabelecido, que é derivado das
27 deliberações vigentes, e para começar uma discussão mais elaborada, precisam rever isso, assim
28 como verificar a questão de dados, o tamanho do quadro, quantos servidores há no regime
29 estatutário, quantos há no regime celetista, qual foi o tamanho da perda que sofreram nos
30 últimos anos. Isso tudo está disponível no S-Integra da PRDU, e deveria ser consultado para
31 possibilitar uma discussão mais elaborada. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA
32 diz que boa parte das questões colocadas aqui deveria partir da CVD, uma comissão já instituída
33 para tratar desses assuntos. Considera boas as ideias levantadas pelos professores Renê e Coy,
34 mas acha que tem de partir da CVD mesmo, que é uma comissão montada com esse propósito
35 e que poderia orientá-los para terem um planejamento de médio e longo prazo. O Conselheiro
36 RICARDO MIRANDA MARTINS diz que a ideia da criação de uma espécie de carteira de
37 indicadores para distribuição de cargos é muito boa. Entretanto, existe bastante dificuldade em
38 comparar hora aula e carga didática de cursos muito distintos. Por exemplo, é muito difícil
39 arrumar um denominador comum quando estão distribuindo cargos para cursos de Matemática,
40 de Medicina e de Música. Devem tratar de forma diferente os que são diferentes. Certamente

1 conseguem um denominador comum para o Imecc e para a FEA, talvez o estilo de aula seja
2 parecido, e talvez consigam agrupar em alguma distribuição a FCM e a FEnf, cujos cursos já
3 até estiveram na mesma unidade, mas deve haver pelo menos quatro ou cinco situações
4 diferentes para cada grupo de unidades, e não há problema nenhum que as pessoas sejam
5 atendidas de forma diferente. Sobre a diferença de tamanho das universidades, devem levar em
6 conta também a quantidade de *campi* que cada uma delas tem. A Unesp tem cerca de 24 *campi*,
7 a USP, se contar os dois da capital, tem oito, e a Unicamp tem três. Quando uma universidade
8 abre um *campi*, naturalmente coloca muitas pessoas ali; entende a conta que o senhor Reitor
9 faz quando divide o orçamento por número de alunos, mas acha que devem tomar cuidado,
10 principalmente porque se começam a tentar resolver esse problema ampliando o número de
11 vagas da Unicamp, e talvez devam aumentar mesmo um pouco, vão empacar em uma questão
12 de espaço físico. Hoje em dia o Imecc não consegue abrir turma de Cálculo porque não tem
13 sala para dar aula. Talvez o IFGW esteja na mesma situação. A USP teve uma reunião temática
14 do Conselho Universitário, em abril, para conversar sobre os vários tipos de ingresso, sobre
15 cursos de graduação, o que não têm muito o hábito de fazer na Unicamp. Sabe todas as
16 implicações de chamar a reunião do Conselho para deixar todos aqui o dia inteiro, mas estão há
17 duas horas nessa discussão que não tem nada a ver com curso, mas que recai nisso. Recai em
18 carga horária e tudo o mais, então, até para aliviar um pouco as tensões no meio dessa discussão,
19 talvez esse tópico pudesse ser discutido em uma reunião do Conselho específica para esse
20 assunto. Ou então que se crie um GT, como foi sugerido, o que acha uma boa ideia, mas tem a
21 impressão de que já houve um GT para decidir isso, acha que a PRDU fez alguma coisa, definiu
22 alguns indicadores, mas devem passar a entender que são muito diferentes e criar essas
23 “caixinhas” acha que pode despressurizar bastante a discussão. O MAGNÍFICO REITOR diz
24 que um pouco da pressão é porque ficaram muito tempo sem enfrentar esse problema, seja por
25 uma justificativa orçamentária, seja por lei complementar 173, pandemia, tudo isso. Então
26 precisam enfrentar a situação com uma certa tranquilidade. Pessoalmente, acha que há uma
27 diversidade, a Unicamp é diferente, mas podem procurar referências fora daqui. Provavelmente,
28 se compararem a maioria dos cursos daqui com cursos em outras universidades de boa
29 qualidade, a Unicamp tem mais docentes. Arrisca dizer que na maioria das unidades há mais
30 docentes do que em unidades correspondentes em várias universidades brasileiras e de fora.
31 Então deveriam procurar essas referências também, porque senão vão ter dificuldade de critério,
32 que é comparar, por exemplo, Medicina com Matemática, com Engenharia. Há esse problema,
33 mas possuem referências de cursos bem avaliados fora daqui para verificar quais são os
34 exageros que podem ter aqui dentro para talvez calibrar melhor. Vão pensar no que fazer, talvez
35 uma discussão, talvez um GT, mas colher essas informações e fazer essas comparações. A
36 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que a discussão apontou e todos reconhecem que
37 precisam de uma medida paliativa para distensionar as necessidades. Acha que todos que estão
38 na Universidade utilizam o método científico; primeiro é necessário verificar os estudos que
39 foram feitos, a CVD e a PRDU fizeram estudos anteriores da questão distributiva, que é o
40 grande problema da Universidade. O professor Pascoal, ex-diretor do IFGW, foi uma das

1 pessoas que participou muitíssimo das proposituras; era uma construção de indicadores
2 multidimensionais, vários deles acadêmicos, comparando inclusive com pares no exterior.
3 Lembra-se que evitaram fazer comparações com Harvard, por exemplo, mas buscaram alguns
4 indicadores de como eram feitas as questões distributivas em universidades como a
5 Universidade do Porto, em que o próprio orçamento é dividido em cima desses indicadores já
6 há muito tempo. Então acha que devem buscar os estudos já realizados, verificar por que parou,
7 onde parou, mas a retomada dessa discussão mais ampla é muito importante. Acha que é o papel
8 primordial da CVD, porque se fizerem tudo ficar automático, não precisam mais dessa
9 comissão. Precisam da CVD atuante, expandida, se for caracterizar um GT, e resgatar esses
10 estudos que são extremamente importantes com a multidimensionalidade e a diversidade dos
11 cursos, das naturezas que existem, mas de qualquer maneira um curso de Engenharia em uma
12 determinada região do país pode ser comparada a outros, ou outros do exterior, podem pegar
13 seus similares para fazer esse tipo de comparação. O Conselheiro ANDERSON DE SOUZA
14 SANT'ANA reforça a sugestão do professor Renê; têm trabalhado muito em uma questão de
15 distribuição desses cargos, das vagas docentes para as unidades, e acha que devem mudar para
16 um planejamento de médio e longo prazo. O que seria realmente ideal para que as unidades
17 funcionem no melhor das suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, e a Universidade
18 como um todo, onde a Unicamp está e onde ela quer chegar. Nesse sentido, cabe às unidades
19 trazer essas informações sobre o que cada uma considera adequado ou ideal para o
20 desenvolvimento de suas atividades e depois isso ser levado a outras instâncias. Então seria um
21 um mecanismo invertido de conduzir essa discussão, começar justamente nas unidades, porque
22 depois podem ver se conseguem agrupar unidades que vão apresentar demandas parecidas ou
23 que critérios servem para mais do que uma unidade. O MAGNÍFICO REITOR sugere que
24 façam a votação do que está em pauta, levantem as questões que ficaram pendentes, como fazer
25 reposição das carreiras especiais, a Carreira MA que foi colocada pelo pessoal do IA, também
26 pela professora Rosmari, pela FT, há também a questão da reposição Paepe, então são pontos a
27 serem analisados. E há a questão de planejamento de prazo maior. A Administração vai pensar
28 algumas ideias e ver se consegue sugerir ao longo dos próximos meses. O próximo Consu será
29 em agosto, mas isso não os impede de ter soluções típicas, se ocorrerem urgências, mas no
30 geral vão pensar com mais calma. Sobre a questão do planejamento de longo prazo, insiste em
31 algumas coisas, como a importância de terem referências externas. A Unicamp possui as suas
32 particularidades, mas é sempre difícil se não tiverem também alguma referência de outros
33 lugares que funcionam bem, talvez com distribuição de recursos humanos diferentes do que
34 aqui utilizam, para pensarem se há alternativas. Referiu-se à questão das vagas porque lhe
35 chama muita atenção o tamanho da diferença, não que não exista diferença. Há aqui um peso
36 muito grande da pós-graduação, e isso em parte justifica a diferença. Outra característica é ter
37 estrutura hospitalar como parte do seu orçamento, mas a diferença é muito significativa e isso
38 joga um peso na imagem pública da Universidade também. Está há um certo tempo tentando
39 chamar a atenção para pensarem nisso, porque fará com que reflitam sobre o futuro da
40 Universidade. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que foi

1 levantada a discussão da questão do tempo, de não terminar em 2025, e não obtiveram resposta.
 2 O MAGNÍFICO REITOR diz que para ele não teria problema excluir o período, deixando como
 3 uma decisão que pode valer depois de abril de 2025. Essa foi uma proposta feita pelo professor
 4 Ricardo e que mais de um conselheiro apoiou. Não limitariam a data, e se houver algum aperto
 5 podem rever, se não houver, continua e é uma decisão do Conselho Universitário. Mas deixa
 6 claro que a Administração fez uma proposta bem autocontida. O Conselheiro FERNANDO
 7 SARTI diz que também ressalta que a proposta de reposição automática veio dos diretores. A
 8 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU pergunta se a ideia então é que não seja medida
 9 paliativa, mas uma medida perene. O MAGNÍFICO REITOR responde que o paliativo pode
 10 ser perene; se mudar a situação, mudam o lado paliativo da medida perene. Estão resolvendo o
 11 que conseguem resolver hoje, e talvez seja desnecessária essa discussão, mas não tem nenhum
 12 problema para ele que seja mantido. Vai fazer a votação do que está na pauta e depois votam
 13 separadamente se excluem ou não a data. Não havendo mais observações, submete à votação a
 14 matéria como está na pauta, que é aprovada com 47 votos favoráveis, 02 votos contrários e 07
 15 abstenções. A Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que estão fazendo
 16 um planejamento a longuíssimo prazo para resolver uma situação em que há recursos
 17 envolvidos, e já está mais do que provado que é muito mais fácil liberar do que cortar. Para
 18 reverter essa situação de reposição automática, foram várias reuniões do Consu, então propõe
 19 que se mantenha a data de acordo, como foi aprovado. Com o argumento dos seus 28 anos de
 20 Consu, que já mostrou que liberar geral em um futuro infinito não funciona. O Conselheiro
 21 HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO sugere votar a proposta do professor Ricardo.
 22 Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a exclusão do
 23 prazo final, que é aprovada com 31 votos favoráveis, 19 contrários e 07 abstenções. Então a
 24 resolução foi aprovada, excluindo o trecho que limitava até abril de 2025. Passa ao item 05 –
 25 Proc. nº 01-P-21598/2011 –, que trata de proposta de Deliberação que altera a Deliberação
 26 Consu-A-03/2018, que dispõe sobre o Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado (PPPD) e
 27 dá outras providências. Solicita uma breve apresentação ao professor Fernando Sarti e à
 28 professora Rachel. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que se trata do Programa de
 29 Pesquisador de Pós-Doutorado, que já discutiram. A ideia aqui é trazer os números da
 30 distribuição de bolsas, os valores envolvidos, e depois a professora Rachel detalhará a proposta.
 31 Basicamente o que vão votar é a alteração do item que permite que a Universidade possa usar
 32 os seus recursos orçamentários para essas bolsas. Como está hoje na deliberação, esse
 33 financiamento pode vir das agências de fomento, do próprio salário de um docente de uma
 34 universidade federal e assim por diante. Então, o que estará em votação aqui é a mudança da
 35 deliberação, permitindo que utilizem recursos do orçamento da Universidade para a distribuição
 36 de 153 bolsas de pós-doutorado por dois anos, com valor final de R\$31 milhões, diluídos em
 37 24 meses. O objetivo é atrair e reter os jovens pesquisadores para as atividades de pesquisa,
 38 mas também na sua formação docente e, ao mesmo tempo, criar condições para que os docentes
 39 da Universidade possam fazer um aperfeiçoamento das suas carreiras, preparando suas livre-
 40 docências, fazendo um estágio de pós-doutoramento no exterior, usando uma licença sabática

etc. Porque a contrapartida desse pesquisador vai ser assumir também atividades docentes dentro da unidade. A contrapartida é essa, os resultados, a realização tanto de pesquisas que imaginam inovadoras de excelência, esse é o perfil da Unicamp, e ao mesmo tempo o desenvolvimento da capacitação em atividades docentes por parte desse pesquisador. Isso é tanto do interesse da Instituição quanto do interesse do próprio pesquisador, que provavelmente vai estar se concursando aqui ou em outra universidade de ponta, portanto, essa experiência docente é importante. O valor da bolsa tomará como referência a bolsa de pós-doutorado da Fapesp, que está hoje no valor de R\$8.479 líquidos, que acreditam que é um valor bastante atraente. Haverá um edital padrão, mas cada unidade vai ser responsável pelo detalhamento do seu edital e sua aplicação no que diz respeito à inscrição e ao processo de seleção, seguindo, evidentemente, a Deliberação Consu-A-03/2018, que trata do Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado, e a resolução que sairá daqui, uma vez aprovada a autorização para uso dos recursos orçamentários para as bolsas. Os critérios de distribuição de bolsa são: o indicador do número de docentes MS e da razão entre o número de alunos e de docentes por unidade, ou seja, as 24 unidades foram ranqueadas a partir desses dois indicadores e depois novamente ranqueadas, atribuindo o mesmo peso para cada um dos indicadores. E foi concedida uma bolsa adicional para aquelas unidades que têm três ou mais cursos de graduação. Além disso, como sugestão no processo de discussão com a bancada docente e com os diretores, uma bolsa adicional por unidade, portanto totalizando mais 24 bolsas para a realização das ações afirmativas, as cotas. Adianta que essa definição da cota, se ela vai ser uma cota apenas para PP ou se vai ser para PPI, fica para a própria unidade. Por isso estão colocando que há uma parte do edital que cabe à própria unidade definir. Somando 153 bolsas, ao valor de R\$8.479, o programa todo envolve R\$31 milhões em 24 meses. Apresenta o *slide* contendo os critérios utilizados para o ranqueamento, com o número de docentes, depois o número de alunos, e a razão entre o número de alunos por docente. A primeira coluna é o *ranking* a partir do critério A, depois o *ranking* do critério C, que é a razão entre alunos e docentes, e o ranqueamento final, entre A e C. A partir desse ranqueamento de 1 a 24, as unidades foram separadas em três grandes grupos: do 1º ao 8º; do 9º ao 16º; e do 17º ao 24º. Com isso, quem está entre as oito primeiras ficou com a média; se pegassem as 120 vagas e dividissem por 24, seria cinco a média, então quem está no primeiro grupo é cinco mais um. Quem está entre o 9º e o 16º lugar, fica na média, receberia cinco, e quem está abaixo fica cinco menos um, quatro. Além disso, a bolsa adicional para unidades com mais de três cursos e na penúltima coluna uma bolsa adicional para as ações afirmativas, totalizando 153. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO ressalta o que o professor Fernando já mencionou: o que motivou esse programa foi atrair e reter jovens doutores, que estão vendo que estão indo embora, estão perdendo muito ou na capacidade de atração, ou na capacidade de retenção de doutores muito promissores que são alunos da Universidade, ou mesmo que não sejam alunos, doutores jovens que aqui estão nas várias áreas. Então, em primeiro lugar, a preocupação é manter a produção acadêmica da Universidade, que está muito bem colocada em *rankings* internacionais, e isso não é à toa, isso é produção científica. Então consideram que um programa para pós-doutoramento seria muito importante.

A segunda questão é responder a uma demanda que sabem que existe, que escutam nos departamentos e aqui nas câmaras mais amplas da Universidade, que é o fato de os professores da Universidade terem muitos impedimentos ou constrangimentos para fazer as suas carreiras, para fazer seus pós-doutorados, suas livre-docências ou outros patamares da carreira por conta dos constrangimentos da própria função de professor, que precisa ministrar cursos, que é responsável por disciplinas, e não consegue, na verdade, se liberar. As pessoas têm os seus compromettimentos pessoais, então vai também nessa direção, mas independentemente das questões que coloca aqui como argumento, chama a atenção para a importância da reunião com a bancada docente e com os diretores. Nela, ampliaram o que estavam pensando sobre o programa de pós-doutorado com as bolsas para ação afirmativa. Isso foi importante, todos reconhecem, e a Administração mais ainda, com a sua política de inclusão que deseja cada vez mais aperfeiçoar. E dessa reunião veio exatamente a reflexão de que precisavam traduzir essa demanda e essa política nas bolsas. Na discussão anterior, falavam das diferenças entre unidades, e a maneira como foram distribuídas essas bolsas, que foi independente dessa reflexão que tiveram aqui no item anterior, varia entre cinco e oito bolsas, ou seja, essa variação reflete as diferenças que possuem. Há unidades que possuem quatro cursos de graduação, unidades que possuem apenas um, outras que têm uma quantidade enorme de alunos, caso da FCA, da FCM, do IFCH, com um número de professores que em proporção pede um número de bolsas maior. Então acha que, independentemente da discussão anterior, conseguiram dar alguma tradução real dessas diferenças para esse número de bolsas. O professor Fernando já mencionou todas as questões mais objetivas de números, e acrescenta que vão apresentar para a Universidade um *template* de edital, porque cada unidade vai ser responsável pelo seu edital, mas precisam de alguns critérios mínimos. Haverá pelo menos dois períodos de abertura de edital, mas ele vai ficar aberto a partir do momento da aprovação até meados do ano de 2024, para a composição desses editais e dessas bolsas. Porque pode haver, por exemplo, oito bolsas à disposição e a unidade queira hoje colocar em edital apenas duas no semestre, então isso fica a critério da unidade. O ponto importante são os requisitos para a candidatura que desejam que sejam iguais para todos, para que não haja diferenças na demanda dos possíveis candidatos. Uma delas vem da discussão que tiveram aqui nesta sala, que é ter obtido o título de doutor há menos de sete anos, incluindo a data final de inscrição, com duas ponderações: eventuais períodos de gestação e amamentação, claro que comprovados, poderão descontar desse período de titulação; e casos especiais de candidatos que extrapolem esse prazo máximo de titulação podem ser considerados pela banca. Foram dados alguns exemplos de candidatos que estão aqui com oito ou nove anos de titulação e são candidatos que a banca pode considerar importantes fazerem parte. Então, desde que isso seja comprovado, fica a critério da própria banca, mas é uma exceção. E casos de mães que tiveram seus filhos, amamentaram, poderão neste período ter desconto desse prazo. Casos específicos de notórios candidatos igualmente. Deverá ser apresentada uma declaração formal de não ter qualquer vínculo empregatício ou bolsa de outra agência de fomento, seja estatal ou privada. E uma outra exceção colocada pela reunião, que são casos de candidatos pesquisadores ou profissionais que se apresentarem com vínculo

1 empregatício, mas sem remuneração no período da bolsa, que também poderão ser
2 considerados. Estão falando de um pesquisador de um instituto de pesquisa que ganha a
3 dispensa por dois anos para fazer o pós-doutorado, só que vai ser uma dispensa sem
4 remuneração. Se ele comprovar isso, pode vir para cá e pleitear a bolsa. Ou mesmo um professor
5 que tem uma dispensa da sua escola para fazer um pós-doutoramento sem remuneração, pois
6 ele manteve o vínculo, mas não manteve o seu salário, então isso também está contemplado
7 aqui. E uma declaração formal que já está no artigo 10 da Deliberação Consu-A-03/2021 de
8 compromisso para o cumprimento total da carga didática semestral, caso o bolsista tenha de
9 abrir mão da bolsa por algum motivo durante a vigência. Ou seja, no meio da bolsa, ele presta
10 concurso e entra em uma universidade, algo que acontece com frequência, então vão pedir para
11 que ele termine o semestre, terminam as aulas e se desvinculam do programa. Então, esses são
12 os três pontos que desejam que constem como requisitos de candidatura. Tem dois pontos que
13 são importantes que estejam no edital, o primeiro é que o candidato, uma vez selecionado, vai
14 ter de se incorporar ao programa de pesquisador pós-doutorado da Unicamp. Todas aquelas
15 regras, todas aquelas exigências burocráticas que já possuem desde o programa existente. E a
16 outra questão que tem de estar no edital é o professor que fará a supervisão desse bolsista. Por
17 exemplo, a unidade resolve abrir o edital para três bolsas, três disciplinas de graduação
18 diferentes; o edital trará o nome do docente que será o seu supervisor. Todo pós-doutorando
19 tem um supervisor, que o candidato já saberá quem é, porque ele sabe para qual disciplina está
20 prestando a sua candidatura. Isso estará dentro do edital. No momento da seleção que a banca
21 fará, e a banca é responsabilidade da unidade, entendem que pelo menos quatro pontos são
22 importantes que estejam presentes na avaliação: a compatibilidade do projeto de pesquisa e o
23 plano de atividades didáticas que o departamento tem naquela disciplina que está no edital; o
24 mérito do projeto; o currículo e os pontos do currículo; uma entrevista e outra avaliação. E
25 podem ser outras avaliações, pois algumas áreas podem querer saber como a pessoa trabalha
26 no laboratório, ou queira fazer algum teste específico, as variações são muitas, mas a entrevista
27 cara a cara, remota ou presencial, deve acontecer. E uma outra adição de prova, dependendo da
28 unidade ou da disciplina para a qual o edital está sendo aberto. São questões que vão apresentar,
29 esta é uma proposta, que não está aqui pronta para entregar para todos, porque desejam ouvir o
30 que todos acham dessas colocações. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai abrir a discussão,
31 mas deixa claro que não precisam decidir os detalhes do programa aqui, já que ele pode ser
32 feito via resolução GR. O que precisam decidir aqui é a possibilidade de usar recursos próprios
33 para financiar o programa. Terão um tempo para receber essas informações e tentar estabelecer
34 o melhor edital possível. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que a decisão é só sobre
35 poder utilizar recursos próprios nesse programa de pós-doutorado. É isso que estão avaliando
36 para votar, mas a resolução talvez traga alguns detalhes, e é por isso que estão abrindo para
37 essas propostas que o *template* do edital vai trazer. Mas são requisitos, por exemplo, um
38 requisito de candidatura estará na resolução, com certeza, então por isso essa discussão já veio
39 aqui. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que ia fazer exatamente uma pergunta de
40 questão de ordem, mas acha que o senhor Reitor já respondeu. Ia dizer que o que está em pauta

1 é a modificação da Deliberação Consu-A-03/2018, então está se permitindo o pagamento de
2 PPPD com recurso orçamentário, o que acha que é ponto pacífico. Acha que é importante trazer
3 o detalhe, porque como vai funcionar o programa PEPDU faz toda a diferença no que vão
4 decidir. Perguntou na COP qual era o objetivo primordial, se era a retenção de talentos, pois os
5 pós-doutorandos ficariam abrigados com esse recurso orçamentário, ou se seria de utilizar esse
6 recurso para ter substitutos para que os docentes pudessem ter garantias de saídas de sabático
7 ou o que for. E na COP lhe foi respondido que era primordialmente a parte de retenção dos
8 talentos. Viram que em uma reunião anterior realizada pela Administração com a bancada
9 docentes e diretores houve muita inquietação em relação ao poder de retenção dessa bolsa nas
10 diversas áreas, que são muito diferentes. A bancada trouxe o pleito da garantia de uma
11 contratação de um professor substituto temporário exatamente para aquelas unidades que têm
12 muita dificuldade de liberar docente para o seu aprimoramento, em função da carga didática
13 extensa que eles possuem. Acha que este programa não assegura essa necessidade que foi
14 colocada, e seria muito importante ouvir a PG nesse aspecto, mas talvez a obrigatoriedade da
15 carga didática possa até criar um passivo trabalhista. Entende que para um professor substituto
16 temporário os valores atuais, com carga horária pré-definida ou parcial, não são tão atrativos, o
17 que é um reflexo de como a própria carreira nos estágios iniciais não está atrativa, e quiçá nos
18 estágios finais também, e é isso que têm discutido bastante. No entanto, acha que é uma
19 ferramenta sendo usada para outra finalidade, por isso sugeriu na COP que este recurso pudesse
20 ser flexivelmente decidido pela unidade como utilizar. Se ela quiser utilizar para a disposição
21 do PPPD, ou especificamente do PEPDU, que seja, mas se quiser converter para contratação de
22 professor substituto temporário para ter então a possibilidade de saída desses docentes em
23 sabático, seria bem mais interessante. Acredita que dessa forma utilizam ferramentas
24 específicas para suas finalidades específicas, e não uma tentativa de fazer algo que cubra várias
25 coisas ao mesmo tempo e talvez cubra de maneira frágil, de maneira um pouco a precarizar
26 essas atividades também. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN solicita
27 confirmação de qual parte da legislação está sendo modificada, se são os trechos grifados em
28 verde. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO esclarece que o que está sendo modificado é
29 o parágrafo 6º do artigo 3º. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS pergunta para a
30 professora Rachel se as normas de distribuição de vagas vão sair na resolução GR. Observa que
31 esse modelo de bolsa é um pouco parecido com o PNPD da Capes, no qual a pessoa tinha
32 alguma obrigatoriedade letiva, e queria entender um pouco melhor o que ela comentou sobre o
33 edital. A ideia é que tenha o nome de um supervisor já, para que a pessoa já saiba ali com qual
34 supervisor ela vai trabalhar. Em algum momento havia entendido que poderiam abrir, por
35 exemplo, em uma área geral e contratar os quatro melhores e aí eles se espalham como
36 supervisores. Se tiver o nome do supervisor, tem uma coisa que talvez seja complicada, pelo
37 menos para o Imecc, que é a história de vincular a uma disciplina. Porque em geral vão solicitar
38 para esse pós-doutorando provavelmente lecionar uma disciplina básica, não uma disciplina
39 muito específica, até para facilitar um pouco a vida dele, para que não gaste tanto tempo com
40 isso. Só chama a atenção para talvez não deixarem tão engessado esse edital. O MAGNÍFICO

1 REITOR diz que essas ideias do professor Ricardo são importantes e que a professora Marisa
2 captou a ideia, que é justamente querer resolver mais de um problema com uma solução, o que
3 considera positivo e não negativo. Então, é essa discussão que devem fazer; exatamente pensar
4 que talvez a pessoa pode ter uma pesquisa em uma área muito específica, mas dá aula em uma
5 área mais geral, por exemplo. Isso é uma virtude, na sua visão também não é necessariamente
6 negativo. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que entendeu a observação do
7 professor Ricardo, ela é bastante válida. Esse pesquisador deverá ter um supervisor, e a ideia
8 seria já resolver isso no edital, mas estão ouvindo as sugestões. O Conselheiro MARCO
9 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que fará vários comentários, e com isso não tira o
10 mérito da proposta de criar um programa de incentivo com recursos orçamentários para atrair
11 pós-doutorandos, mas preferia que tivessem aqui já em mãos uma resolução ou pelo menos uma
12 minuta de resolução para entenderem com mais propriedade o que está sendo proposto. Porque
13 uma coisa é só alterar o parágrafo 6º do artigo 3º, mas outra coisa são as ideias que foram
14 colocadas pela professora Rachel, que são de natureza bem ampla, são muitas coisas que devem
15 ser estudadas nessa resolução. A professora Marisa comentou sobre uma proposta do ano
16 passado, que revivia a Resolução GR-26/2012, que tratava especificamente da contratação de
17 professores substitutos para o caso de ausência, da saída de professores das unidades para
18 realização de pós-doutorado no exterior. Então, era uma resolução que tinha esse objetivo bem
19 específico, bem definido, elencava os critérios para poder ter acesso a essa reposição, essa
20 possível contratação de professor substituto. Relembra uma outra resolução GR, a 29/2011, que
21 instituiu o Programa de Professor Visitante do Exterior. Era uma resolução que atraía
22 professores estrangeiros para a Unicamp, dava enxoval, proporcionava uma bolsa proporcional
23 ao perfil do professor que aceitava e vinha aqui para a Unicamp. Estabelecia critérios para que
24 ele permanecesse na Unicamp, escrita de relatório intermediário, e que também tinha o papel
25 de retenção desse professor visitante. Está prevista nesta Resolução GR-029/2011 a
26 obrigatoriedade de a unidade abrir um concurso na vaga desse professor. Relembra esse
27 programa justamente também porque o objetivo é muito similar ao que foi agora apresentado,
28 de atração e retenção de pesquisadores qualificados. Essa resolução pagava as despesas de
29 deslocamento do professor que estava fora do Brasil e dava um enxoval, se ele aceitasse, se a
30 unidade assim também após o edital o selecionasse, e tinha esse papel claro de retenção. Além
31 disso, também tinha o objetivo de aumentar o grau de internacionalização da Unicamp na época.
32 Então, era um programa bastante completo. Acha que esses elementos deveriam fazer parte de
33 um programa como esse que está sendo proposto agora, o aumento de internacionalização e a
34 retenção deveria estar prevista de alguma forma. Além de, claro, também algum processo de
35 avaliação. A Unicamp está oferecendo uma bolsa de R\$8 mil para o possível pós-doutorando,
36 e não se lembra de nenhuma outra bolsa da Universidade que, no mínimo, não exija relatórios
37 intermediários. No entanto, na deliberação proposta não há isso, a exigência do relatório está
38 ao final do processo. Então, talvez precisassem também propor uma mudança que exigisse um
39 relatório intermediário desses dois anos de duração do programa. A Conselheira MURIEL DE
40 OLIVEIRA GAVIRA diz que já colocou alguns pontos na reunião com a bancada e os diretores,

1 mas espera ser um pouco mais clara desta vez. Volta a elogiar a iniciativa de atrair pós-
2 doutorandos para a Unicamp, inclusive esse ponto que considera a questão do tempo da
3 maternidade é muito louvável. Entretanto, o objetivo 2, com base na sua vivência de 13 anos
4 na FCA, não vai ser cumprido na Faculdade, não há como oportunizar o pós-doutorado ou
5 sabático dos docentes da Faculdade. Primeiro, porque a vinda de um pós-doutorando com
6 exigência de aula vai desafogá-los, mas não vai liberá-los; vão apenas ter algumas horas a mais
7 para conseguirem cumprir outras obrigações. Além disso, também cria algumas incertezas a
8 respeito de quem vai supervisionar se o docente tirar licença. Na FCA há múltiplas áreas, então
9 isso é bem complexo. Tem também a questão de que o pós-doutorando possa sair a qualquer
10 momento, então há vários pontos importantes. Dessa forma, solicita um programa específico
11 de apoio à saída de docentes que considere várias estratégias ou várias ferramentas, inclusive a
12 contratação de substitutos. Já falaram a esse respeito, mas reforça porque isso cria um contrato
13 que a pessoa precisa cumprir. Uma outra questão que coloca no caso do ponto 1, de atração de
14 novos docentes, é que entende que uma parte da Universidade foi excluída ao não considerar
15 os centros e núcleos, que embora tenham menos aulas, têm pesquisa. Então, se é para atrair
16 jovens doutores para a pesquisa da Unicamp, deveriam contemplar também os centros e
17 núcleos. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI diz que se manifestou também
18 na reunião que foi convocada para discussão desse tema, e vai retomar alguns pontos que
19 considera relevantes. É bastante simpático a iniciativas que visam atração, fixação, valorização
20 de jovens talentos na Universidade, pois isso é fundamental quando pensam a Unicamp do
21 futuro. O investimento feito agora vai trazer bastante frutos para o futuro, e também vê com
22 muitos bons olhos qualquer iniciativa que vise promover a qualificação dos docentes, a
23 diversificação das atividades. Entende que várias das unidades e alguns departamentos têm uma
24 carga didática bastante grande e que algumas iniciativas podem ajudar esses docentes a se
25 qualificarem. Entende, a partir da discussão na reunião anterior e a partir da apresentação e
26 discussão agora, que existe uma proposta de iniciativa que tente contemplar as duas coisas, mas
27 gostaria de ir na linha do que o professor Marco comentou. Sentiu falta de um edital um pouco
28 mais pormenorizado para que pudessem discutir com a comunidade e tentar contribuir para que
29 essa iniciativa realmente seja bastante efetiva. Existem algumas dúvidas, alguns detalhes que
30 são importantes, inclusive para tomada de decisão que terão de fazer agora. Uma delas é
31 justamente o ponto que trouxe na reunião anterior: exigir carga horária de um pós-doutorando
32 acaba criando um tipo de posição que é diferenciado do pós-doutorando que conhecem hoje.
33 Hoje o pós-doutorando que recebe bolsa da Fapesp, da Capes, do CNPq, tem um foco em
34 pesquisa, ele pode se voluntariar para dar aula. Acredita que isso seja positivo, mas existe um
35 limite de carga horária que não compromete as atividades de pesquisa. Nessa versão que estão
36 propondo aqui, a carga horária vai ser uma carga horária mínima e vai ser obrigatória. Acha
37 que talvez isso não tenha sido muito bem interpretado na discussão que fizeram anteriormente,
38 mas considera positivo atrair pesquisadores e possibilitar a capacitação desses pesquisadores
39 na área de ensino. No entanto, acha que isso precisa ser diferenciado em termos de valorização,
40 talvez valorização salarial, talvez algum tipo de destaque, algum tipo de benefício para o pós-

1 doutorando. Entende que existem várias exigências que esse pós-doutorando precisa cumprir
2 com o programa para receber a bolsa, mas acha que se estão realmente visando atração de jovens
3 talentos, devem deixar mais claro quais são os benefícios que eles terão ao serem financiados
4 por esse tipo de bolsa. E acha que esses benefícios podem acontecer de diferentes formas, como
5 já citou, então gostaria que esse edital fosse mais discutido com a comunidade, em uma outra
6 oportunidade, e que houvesse algum tipo de diferenciação dessa posição na Universidade.
7 Podem chamar de instrutor, de professor visitante, o que seja, mas que seja diferenciado e que
8 tenha como foco o benefício que esse jovem doutor vai receber ao ser atraído para a Unicamp.
9 O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que na reunião que tiveram
10 com a bancada docente e diretores discutiram isso e agradece pela inclusão da questão das cotas,
11 acha que foi muito bem-vinda a ideia. Sobre o fato de o pós-doutorando ter de dar aula, vê como
12 algo extremamente positivo. A Capes lança edital de pós-doutorado que exige que o pós-
13 doutorando dê aula, então não há nenhum problema aí. O PNPD da Capes exige que a pessoa
14 dê uma disciplina na graduação, mas para além da questão da exigência, o grande benefício que
15 vê é para o pós-doutorando, porque ele vai fazer um concurso público, então ele precisa ter
16 experiência docente. Ele vai ganhar uma bolsa de R\$8.500, vai ter uma experiência de pesquisa,
17 ele não vai dar uma carga horária de 20 horas, vai dar uma disciplina. Nesse tempo, ele vai
18 desenvolver sua pesquisa, a disciplina pode ter maior ou menor relação com a pesquisa que ele
19 realiza, mas vê uma vantagem, obviamente, para o programa, para os professores que podem
20 eventualmente se afastar, já foi falado que isso não era uma exigência pelo menos no curto
21 prazo, mas vê uma vantagem sobretudo para o pós-doutorando. Porque ele vai ter experiência
22 docente, experiência de pesquisa em uma universidade de ponta, então só está vendo vantagens
23 nessa proposta. Hoje seria muito mais difícil contratar um professor doutor temporário, pois o
24 valor que se paga não é atrativo. No IEL, a pessoa desistiu em um mês porque quando ela soube
25 o quanto ela ia ganhar, ela nem quis vir. Acha que no caso do pós-doutorando, de forma alguma
26 é precarização, porque beneficia sobretudo a ele próprio. Pergunta se tem uma previsão de
27 quando vai sair, porque o IEL já está interessado. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
28 MEDEIROS diz que alguns estão falando da Capes, mas destaca que há uma diferença. Estão
29 aqui tratando de verba orçamentária para pagar pós-doutorando, e portanto pode, sim, criar
30 vínculo trabalhista dependendo de como isso for interpretado legalmente. Estão fazendo uma
31 resolução que altera uma deliberação para permitir pagar pós-doutorandos com verba
32 orçamentária, e a seguir um edital que, quando sair, vai usar esses recursos. Se esse programa
33 do edital der certo, ótimo. Se não der certo, a deliberação vai ter de ser alterada novamente para
34 eliminar essa possibilidade de a verba orçamentária pagar pós-doutorandos. Porque ninguém
35 está dizendo que só vai poder usar verba orçamentária nos termos de um edital que ainda não
36 saiu, então pergunta por que, em vez de mexer nessa deliberação, não dotar o Faepex de mais
37 recursos para editais de bolsa pós-doutorado. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
38 PASTORE JENSEN diz que deseja continuar mais ou menos de onde parou o professor Mori,
39 que é exatamente a questão do sucesso que foi e os colegas de nível bastante alto que trouxeram
40 quando fizeram aqueles editais de atração de talentos do exterior. Lógico que não precisa ser

1 necessariamente do exterior, mas naquele caso foi. Então isso seria uma boa ideia, mas o seu
2 ponto principal aqui é que estão discutindo o que não está na pauta. Estão discutindo aqui como
3 vão fazer esse processo, como vai ser o edital, o que vai acontecer, como essas pessoas vão ser
4 engajadas, qual é o tipo de contrato que elas vão ter, coisas que não estão na pauta. A professora
5 Rachel falou que haverá um *template* que as unidades deverão completar para poder explicar
6 quem é o professor que vai ser o tutor ao longo desse processo, quais são as condições todas
7 que têm de ser obedecidas para que isso seja efetivo, e não possuem ainda nem o *template*.
8 Acha o programa excelente, é uma excelente ideia, contanto que algumas coisas sejam
9 modificadas, por exemplo: esse processo todo está invertido. Primeiro, devem determinar qual
10 é o mecanismo pelo qual vão engajar essas pessoas, e depois decidir qual é a fração do
11 orçamento que vai ser empregada nisso, fica mais simples. O segundo ponto é que não pode ter
12 o nome de pós-doutorado; um pós-doutorando que dá aula é um PNPD, como o professor
13 Petrilson acabou de falar. Então, quem quer fazer isso nessa modalidade, que peça uma bolsa
14 PNPD, não entra nessa modalidade. O que estão propondo aqui é um professor substituto, ou o
15 que se chama no exterior de *lecture*. Podem fazer a mesma coisa aqui, mas devem dar os nomes
16 corretos e fazer um contrato correto, que não traga problemas trabalhistas adiante para a
17 Universidade. Propõe retirar esse item de pauta, o que acredita ser o melhor neste momento.
18 Decidir primeiro como esse processo vai acontecer, baseado em todas as discussões que tiveram
19 aqui, como vai ser o *template*, como vai ser o engajamento do tutor, como vão ser todas essas
20 coisas que têm de ser julgadas e depois discutir a parte financeira, se for preciso. Porque acha
21 que, uma vez discutida essa parte mais difícil, a parte financeira não se torna relevante. Então
22 esse é um ponto. O segundo ponto é que, se vai ser difícil atrair por R\$8.500 um professor
23 substituto, então as unidades que têm quatro vagas podem contratar duas pessoas, utilizando
24 toda a verba proposta para quatro. A que pode contratar cinco, engaje três e use a verba de
25 cinco. Remunerem melhor e acompanhem; o professor Petrilson tem razão quando diz da
26 vantagem disso para o recém-doutor que se engajar nesse programa. A vantagem para ele é, de
27 uma maneira muito simples e direta, aprender a dar aula, o que é uma excelente vantagem.
28 Então ter um tutor nessa direção é bom, um salário um pouco melhor do que uma bolsa de pós-
29 doutorado é ótimo, mas devem decidir tudo isso antes de decidir a parte financeira. O
30 MAGNÍFICO REITOR diz que a razão disso é simples: nunca discutiram nenhum edital de
31 bolsa no Consu nem na Cepe. O que discutem no Consu é alocação de recursos, então está
32 estranha a forma como esta discussão está posta, porque ela não tem nenhum padrão de
33 comportamento parecido na história da Unicamp. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
34 PASTORE JENSEN diz que o senhor Reitor tem toda razão, só que também nunca na história
35 da Unicamp se pagou pós-doutorado com recurso orçamentário. O MAGNÍFICO REITOR diz
36 que é essa a discussão que estão fazendo aqui. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
37 PASTORE JENSEN observa que nunca se discutiu na Universidade como pagar alguma coisa
38 sem antes decidir o que vai ser pago, e é isso o que estão fazendo. E o fato de as pessoas
39 continuarem discutindo como esse processo todo vai se dar indica a importância mais do
40 processo do que como vão pagar. Por isso colocou a possibilidade de retirada de pauta para que

1 possam discutir primeiro o mecanismo e depois o pagamento. A Doutora FERNANDA
2 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que é importante esclarecer que o Programa de
3 Pesquisador de Pós-Doutorado existe desde 2012, sofreu uma alteração em 2018 e vai continuar
4 idêntico. O que está sendo colocado em pauta é a possibilidade de esse programa ser financiado
5 com recurso orçamentário, e depois é que vai se definir a forma de seleção desses beneficiários
6 para recebimento da bolsa. A questão da docência já está no artigo 1º da deliberação que prevê
7 o programa: “O Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado constitui modalidade de
8 qualificação e capacitação do pesquisador na pesquisa e docência e atenderá às condições
9 estabelecidas nesta deliberação”. Isso continua vigente, não está sendo alterado. Nada impede
10 que a Universidade, ao fixar a possibilidade de recurso orçamentário para esse programa, já
11 estabeleça também algumas diretrizes para determinar que esse bolsista com recurso
12 orçamentário vai ter de atender, dentro do que está na deliberação Consu vigente, a alguns
13 critérios mínimos. Então acha que é isso que está sendo colocado como futura resolução GR e
14 futuro edital, mas o programa continua o mesmo. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
15 PASTORE JENSEN agradece à doutora Fernanda pelo esclarecimento, mas o que estão
16 fazendo é decidir alguma coisa diferente do que é programa até agora. Por exemplo, estão
17 falando de um tutor, e o programa atual não exige um tutor de ensino. Para ela está claro que
18 estão discutindo como fazer a coisa e não como pagar, portanto mantém a sua proposta de
19 retirada de pauta. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a
20 resolução não vai poder ser diferente do que está aqui com relação ao programa. Isso vai ser
21 supostamente submetido à Procuradoria Geral, que vai analisar; ela terá de seguir as diretrizes
22 que estão na deliberação Consu. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN
23 observa que até o nome do programa é diferente. O MAGNÍFICO REITOR diz que está
24 havendo um problema de interpretação, e acredita que a PG está dando a interpretação correta.
25 O Conselheiro ANDERSON DE SOUZA SANT’ANA propõe que a Mesa se comprometa a
26 fazer a discussão do edital com os diretores e que encaminhe a votação do item que está em
27 pauta. Acha que o que está incitando todos esses questionamentos é uma preocupação com o
28 que vai estar no edital. Portanto, se tiverem a garantia de que vão fazer a discussão sobre o
29 edital, o que ele contemplará, o que será considerado, talvez consigam encaminhar a votação.
30 Acha que há algumas ideias para os problemas que estão sendo colocados aqui com relação ao
31 programa que podem discutir posteriormente. O MAGNÍFICO REITOR diz que em relação à
32 possibilidade de discussão, tranquiliza a todos. A Administração possui algumas diretrizes que
33 conflitam com sugestões dadas aqui. Por exemplo, acha que é essencial que haja o mínimo de
34 horas de docência. Deseja que esse edital trate mais de um problema e contemple uma
35 Universidade em que as pessoas dão aula e pesquisam. Não acha isso ruim, acha que um pós-
36 doutorando tem de fazer isso. Acredita que um programa como esse possa manter os talentos
37 aqui e atrair talentos de fora. Existe hoje um movimento nas embaixadas brasileiras, já falou
38 isso mais de uma vez, chamado diáspora acadêmica, e sua intenção é atrair essas pessoas para
39 cá. Não há contradição que as pessoas ministrem aulas. A lógica da Administração é a de
40 procurar soluções que contemplem mais de um interesse, mais de uma dificuldade da

1 Universidade, e precisam enfrentar o conjunto de problemas. Não há nenhum problema em
 2 discutir, mas deixa claro que existe uma lógica por trás do que estão propondo e existem limites
 3 na negociação. O Conselheiro ANDERSON DE SOUZA SANT'ANA diz que há uma questão
 4 de divisão, por exemplo, com relação à carga horária ou didática, foi falado em uma carga
 5 didática mínima, mas talvez possam discutir uma carga didática máxima que considere, por
 6 exemplo, a média de atuação naquela unidade. Ou podem ter as bolsas com dedicações
 7 diferenciadas para ensino, para pesquisa, então acha que esses pontos poderiam ser discutidos
 8 posteriormente, mas também é totalmente favorável que os pós-doutorandos tenham essa
 9 experiência no ensino de graduação. O MAGNÍFICO REITOR diz que essa discussão vai estar
 10 em algum grau aberta, só observou que existem limites. O Conselheiro WAGNER DE MELO
 11 ROMÃO diz que vai praticamente abdicar de suas fala, após o esclarecimento da doutora
 12 Fernanda e também da proposta do professor Anderson. Acha que estão muito claros os
 13 propósitos desse programa e vai votar favoravelmente. Devem encaminhar para votação,
 14 porque a votação é muito simples; é apenas que a Universidade possa, dentro do orçamento
 15 importante que possui, ter um programa de pós-doutorado e que ela possa investir recursos
 16 orçamentários nele. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que
 17 vai fazer uma comparação do programa da Unicamp com o da USP, e dará algumas sugestões
 18 para o possível edital que está sendo pensado pela Unicamp. Em termos de benefícios, indo na
 19 linha do professor Marcelo Mori, algo que poderia ser pensado é a alocação de reserva técnica
 20 para o possível bolsista, que na USP é de 10%. Talvez possam acrescentar um auxílio-mudança
 21 para quem está aderindo a esse programa. Outra sugestão seria prever a obrigatoriedade de um
 22 relatório durante o programa, não só ao final, como prevê a Deliberação Consu-A-03/2018. E,
 23 por último, pensar em algum mecanismo de retenção, o que é difícil, porque isso implica
 24 realizar concurso. Acha que a única ação prévia existente foi a possibilidade de, em um período
 25 de até dois anos, realizar um concurso na área em que foi aberta essa vaga de pós-doutorado.
 26 Isso é o que estava previsto na Resolução GR-029/2011, e sua sugestão é deixar algum
 27 mecanismo de retenção previsto. E indo nessa linha também da retenção, talvez não fosse
 28 interessante permitir pessoas que já tivessem vínculo empregatício participar do programa.
 29 Acha que é algo a se pensar, mesmo com o afastamento, seja remunerado ou não, pois isso
 30 dificulta a retenção do candidato. Achou os critérios elencados generosos; para a FT, a alocação
 31 de possivelmente oito bolsas é um número expressivo, mas observa que os 61 docentes da
 32 Faculdade que foram colocados na tabela também são responsáveis por disciplinas da área
 33 básica. Então, 61 docentes da FT talvez não sejam equivalentes a 61 docentes de outra unidade,
 34 porque claro que aqui no *campus* de Barão Geraldo existe essa característica das disciplinas de
 35 serviço. O Conselheiro MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA apoia a proposta; o que vai ser colocado
 36 em votação é o uso de recurso orçamentário, o que considera excelente. Está entendendo que a
 37 apresentação foi no sentido de utilizar os argumentos para que aprovassem os recursos
 38 orçamentários. Então está de pleno acordo. Sabem que as realidades de cada unidade são
 39 tremendamente distintas, cada uma tem a sua especificidade, mas acredita que para o Instituto
 40 de Geociências vai ser muito bem-vindo. Porque sem dúvidas são recursos que se colocam em

1 termos de salário de um docente MS-3 inicial, pensando em todos seus descontos, valor líquido,
2 depois inclusive imposto de renda, é um recurso significativo para esse tipo de atração. A
3 Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS apoia a proposta e diz que, na sua
4 experiência com pós-doutorado, seja no projeto temático, seja dentro do Cesop, seja dentro do
5 Departamento de Ciência Política, nunca viu um caso de um pós-doutorando que não quisesse
6 dar aula. Eles entendem que estão se preparando justamente para assumir uma carreira que
7 implica ensino, pesquisa, extensão, burocracia e tudo o mais. Não sabe se isso pode se dar de
8 forma diferente em outras áreas. Parabeniza a gestão pela proposta, acha que é uma solução
9 interessante tanto para diminuir a carga didática quanto para manter pesquisadores aqui na
10 Universidade que eventualmente estão indo para fora, pelo menos até que cheguem os
11 concursos que podem colocá-los em definitivo aqui dentro. O Conselheiro CLAUDIO SADDY
12 RODRIGUES COY diz que o assunto foi colocado no expediente da congregação da FCM na
13 última sexta-feira, com os critérios etc., houve alguns questionamentos com relação aos
14 critérios, mas a proposta lá foi bem recebida e o posicionamento da Faculdade é favorável à
15 proposta. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que vai colocar alguns pontos
16 reforçando as falas do professor Anderson e Cataia de que devem se ater ao que está em pauta,
17 que é dar a possibilidade de usar o orçamento para programas desse tipo. Só isso. Observa que
18 toda essa discussão causa a impressão de que há um sentimento de desconfiança, mas devem
19 pautar que a gestão vai ser responsável e vão estar lá para cobrar isso na discussão que será feita
20 sobre um eventual edital. Em quase toda reunião de que participa tem de corrigir seus colegas
21 docentes ao se referirem a “alunos de pós-doutorado”, porque pós-doutores não são alunos, eles
22 são profissionais ganhando experiência, trabalhando com pesquisadores mais sênior. Acha que
23 esse respeito tem de estar presente, não só quando se preocupam com a discussão que está sendo
24 feita aqui, mas também no dia a dia. E nesse sentido reforça a fala do professor Marco de que
25 o edital contempla o valor da bolsa Fapesp mas nenhum benefício adicional. O auxílio-
26 instalação para quem vem de fora ou uma reserva técnica incipiente são atrativos para que
27 consiga dar qualificação para o trabalho desse profissional dentro da Universidade. Então, se
28 isso puder ser considerado dentro de uma responsabilidade orçamentária, acha que é bom,
29 valoriza o profissional. Reforça o que disse na reunião: a carga didática não prejudica o
30 candidato. No IFGW, há concursos com profissionais altamente qualificados em pesquisa e que
31 são escolhidos basicamente pela habilidade didática. Então acha que isso é um bônus que estão
32 concedendo, e se a pessoa não quiser essa condição, ela vai ler o edital e não vai se inscrever
33 nele. Se ela se inscreve no edital, está aceitando essa condição e está entendendo provavelmente
34 como uma coisa positiva, mas reforça que devem ter a preocupação cotidiana com os pós-
35 doutores, que são geralmente tratados como mão de obra e não como os profissionais
36 qualificados que são dentro da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que como a questão
37 estrita aqui é a possibilidade de usar recursos orçamentários, não estão discutindo o valor.
38 Obviamente, tem uma previsão, passou já na COP, na CAD, e teriam de alterar se for
39 incorporada mais alguma coisa, mas no Consu só estão discutindo a mudança da legislação. O
40 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que é muito pertinente a preocupação com os recursos

1 orçamentários. Lembra que o Programa de Incentivo aos Novos Docentes também utiliza
2 recursos orçamentários, o que fizeram através do Faepex. Não há nenhum problema de fazerem
3 novamente uso do recurso orçamentário, até porque se trata de bolsas para pesquisadores,
4 utilizando também o sistema do Faepex. Existem todas essas possibilidades, não vê nenhum
5 problema por enquanto, do ponto de vista jurídico e na conversa com a PG, mas fica aqui o
6 alerta. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai colocar primeiro em votação a proposta de retirada
7 de pauta apresentada pela professora Heloise, e se não for retirado de pauta, faz a votação do
8 item. Não havendo mais observações, submete à votação a retirada de pauta, que é rejeitada
9 com 39 votos contrários, 12 favoráveis e 05 abstenções. Em seguida, submete à votação a
10 proposta do item 05, que é aprovada com 46 votos favoráveis, 05 contrários e 05 abstenções.
11 Passa ao item 06 – Proc. nº 01-D-50813/2022 –, que trata da Primeira Revisão do Orçamento
12 2023, com Demonstrativo Receita/Despesa. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O
13 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a principal questão desta primeira revisão é que
14 houve uma redução da previsão da arrecadação do ICMS por parte do governo do estado de
15 R\$150 bilhões para R\$144 bilhões. Isso traz um impacto, olhando para o que ocorreu de janeiro
16 até abril, e o que possa vir a ocorrer daí em diante, até o fim do ano. A Aeplan e a PRDU têm
17 sempre acatado a sinalização da Secretaria da Fazenda. Com isso, a previsão de recursos
18 orçamentários de R\$3,304 bilhões se reduziu para R\$3,183 bilhões, uma queda de 3,7%. Nos
19 recursos próprios houve um pequeno aumento, porque previam que houvesse uma redução um
20 pouco mais rápida da taxa de juros, mas ela se manteve em 13,75%. Com isso, tiveram de
21 remanejar alguns itens, que o senhor Thiago vai detalhar em seguida. Observa que R\$144
22 bilhões é a previsão mais conservadora. A partir de 1º de junho, retomam as alíquotas dos preços
23 administrados, então acreditam que provavelmente a arrecadação não vai ser no piso de R\$144
24 bilhões, mas também muito dificilmente em oito meses, já incluindo o que aconteceu em maio,
25 seria possível recuperar para chegar aos R\$150 bilhões. De qualquer forma, ainda terão uma
26 relativa tranquilidade para fazer a gestão do orçamento. Lembrando que fizeram o mecanismo
27 de separar a reserva financeira em quatro itens, um dos quais trataram aqui hoje de manhã, que
28 são os recursos para a permanência estudantil, em particular a moradia. O segundo são aqueles
29 recursos já distribuídos, mas que não foram ainda utilizados, não foram executados, que são da
30 ordem de R\$300 milhões e dificilmente a Universidade tem conseguido realizar esses gastos
31 dentro do exercício. Os outros dois itens são o Plano Plurianual de Investimentos e a reserva de
32 emergência, que foi pensada exatamente para momentos de quedas de arrecadação, que contém
33 o valor equivalente a três folhas salariais, que é de cerca de R\$700 milhões. Portanto, se
34 necessário, se no pior dos cenários a arrecadação for inclusive inferior aos R\$144 bilhões, vão
35 resgatar em torno de R\$100 milhões nessas reservas de R\$700 milhões, especificamente para
36 essas situações, mas não é o cenário com que estão trabalhando. Acreditam que o piso é de
37 R\$144 bilhões, e que a arrecadação fique entre R\$144 bilhões e R\$150 bilhões. O SENHOR
38 THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a primeira revisão apresenta um equilíbrio, apesar da
39 queda de arrecadação. O Grupo X, que é o saldo de anos anteriores, está com R\$287 milhões.
40 A receita apresenta uma queda de aproximadamente R\$115 milhões, muito disso baseado na

1 mudança da arrecadação prevista pela Secretaria da Fazenda, que iniciou o ano com R\$150,5
2 bilhões e atualmente está em R\$144,1 bilhões, o que gera uma redução para a Universidade de
3 R\$140 milhões de recursos de ICMS do estado em 2023. A diferença em relação a 2022 é de
4 mais R\$20 milhões, o que gerou menos R\$121 milhões nos recursos do Tesouro do Estado. A
5 previsão de abril era de R\$11,3 bilhões, e a arrecadação foi de R\$11,7 bilhões, portanto estão
6 acima da linha dos R\$144 bilhões, que deve ser um piso de arrecadação, como o professor
7 Fernando falou, que deve ficar entre R\$144 bilhões e R\$150 bilhões. Os R\$144 bilhões
8 significariam, em valores reais, uma arrecadação menor do que a dos últimos dois anos, o que
9 gera preocupação, considerando todas as mudanças que ocorreram no ICMS. No gráfico que
10 apresenta, podem verificar que a partir de outubro houve toda a queda causada pelas mudanças
11 das alíquotas do ICMS, e esse patamar deve se manter pelo exercício de 2023. A outra receita
12 da Universidade são suas receitas próprias, que apresentaram um crescimento de R\$5 milhões,
13 causado principalmente pelas aplicações financeiras. Se a taxa básica de juros do Banco Central
14 perdurar por mais tempo, esse valor tende a aumentar, reduzindo até um pouco da perda de
15 arrecadação do exercício. As despesas apresentam um valor R\$120 milhões menor, baseado
16 nas alterações sofridas pelos Grupos I – Pessoal e VIII – Projetos Especiais, principalmente
17 causadas pela queda da arrecadação. Aqui o único grupo a destacar é o VI – Programas de
18 Apoio, que tem um aumento de fato no que estava previsto inicialmente, por causa da mudança
19 das bolsas Capes e das bolsas Pibic. Em Pessoal, há uma redução de R\$70 milhões,
20 aproximadamente, causada pela não realização dos concursos na Universidade e pela
21 progressão que não aconteceu neste primeiro trimestre. Como orçam a folha no máximo
22 possível, a tendência é que ela venha reduzindo, o que no final do exercício deve até compensar
23 um pouco do reajuste salarial. Então esse valor aqui hoje foi aumentado em R\$160 milhões,
24 R\$30 milhões dos quais já estavam previstos no Grupo VIII – Projetos Especiais, onde a
25 redução é apenas um acerto na reserva de contingência devido à queda de arrecadação. Houve
26 um aporte de R\$5 milhões que veio do Grupo X, o que leva a Universidade a apresentar
27 equilíbrio. A única diferença de recursos é no Grupo X, em que acabaram sendo orçados
28 recursos de anos anteriores para serem empenhados em 2023. Para finalizar, informa que o
29 saldo financeiro da Universidade em 31.04 era de R\$1,795 bilhão, o que mostra que não está
30 mais ocorrendo o crescimento do saldo financeiro, mas sim uma manutenção dos valores. Não
31 havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é
32 aprovada com 51 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 07 – Proc. nº 01-P-10977/2023
33 –, que trata da solicitação de recursos do Plano Plurianual de Investimentos – PPI da Unicamp
34 para contratação de obras sob gerenciamento da Diretoria Executiva de Planejamento Integrado
35 – Depi. O item foi destacado pelo professor Marco Antonio. O Conselheiro FERNANDO
36 SARTI diz que são recursos demandados pela Depi a partir de toda a metodologia de definição
37 desses recursos a partir da Deliberação Consu-A-019/2019, basicamente dentro das listas das
38 destinações Depi de acessibilidade, do AVCB, de reformas, obras novas, planejamento urbano,
39 as obras remanescentes e as reservas de urgência e de contingência. Uma vez realizado isso, é
40 levado à Copei, então houve a solicitação dos recursos de R\$101 milhões junto ao PPI, isso foi

1 aprovado na COP, a Depi apresentou dentro da Copei para a distribuição e esse material que os
2 conselheiros receberam tem a distribuição proposta pela Depi desses recursos a partir do tipo
3 de obra. Solicita à senhora Talita, da Depi, que detalhe as informações do trabalho bastante
4 cuidadoso feito pela Depi de definição e destinação desses recursos. A senhora TALITA DE
5 ALMEIDA MENDES diz que a Deliberação Consu-A-019/2019 estabelece todos os
6 procedimentos para análise, aprovação e priorização de cada um dos empreendimentos.
7 Basicamente, ela começa com uma solicitação de obra, hoje ela é eletrônica, no *site* da Depi,
8 existe uma triagem inicial, uma análise do Plano Diretor; o comitê de empreendimentos, que é
9 o comitê técnico formado para análise de todas essas demandas, atribui pontuação para os
10 critérios estabelecidos para priorização, passa para a Copei, que faz a análise e deliberação de
11 cada um desses tipos de obra. Basicamente, trabalham com dois tipos de recurso: o recurso que
12 vem da PDO, que é aquele recurso aprovado no final do ano no Consu; e com o PPI, que é o
13 caso que estão discutindo agora. Em todos eles a Copei avalia a demanda de obras, e em relação
14 aos recursos, COP, CAD e Consu fazem essa deliberação. Para esse ano de 2023, a PDO teve
15 um valor de R\$20 milhões para obras, que a Depi dividiu em: recursos para obras de
16 acessibilidade, R\$5 milhões; para AVCB, R\$5 milhões; e para reformas, R\$10 milhões. A
17 Copei aprovou essa sugestão para obras de menor vulto, porque as obras novas e remanescentes
18 que têm um valor maior estão sendo aprovadas pelo PPI. No ano passado, aprovaram o PPI
19 para quatro obras, das quais a única que não começou ainda foi a conclusão dos Lips, que está
20 com projeto executivo em fase final. As outras três obras estão em andamento. Uma delas é a
21 ampliação do Cotuca, o novo prédio que está sendo construído ao lado do prédio histórico, com
22 conclusão prevista para janeiro de 2024. A conclusão do prédio de Clínicas da FOP também,
23 que é um remanescente que está com previsão de conclusão para fevereiro de 2024. E o prédio
24 multiuso no *campus* 2 de Limeira, que é uma obra que está se iniciando agora, está mobilizando
25 canteiro de obras e está sendo fiscalizada pela SAR. Nesses três casos, há o acompanhamento
26 da Caixa Econômica Federal, dando apoio técnico para a Depi, já que são três obras bastante
27 grandes e importantes. Em seguida, apresenta o *slide* com demandas que ainda estão sem
28 previsão de recursos para execução de obras: são 190 demandas no valor de R\$323 milhões.
29 Falando um pouco sobre as obras remanescentes, em 2017 tinham 25 obras inacabadas, hoje
30 são 13 obras concluídas, cinco em execução, seis já em fase de planejamento. Para quem quiser
31 saber mais sobre cada uma das obras, sobre as prioridades, tudo isso está no Portal da
32 Transparência da Unicamp, na parte de obras, e também no *site* da Depi. A proposta que estão
33 trazendo hoje dos investimentos com recursos do PPI tem obras novas, remanescentes e alguns
34 outros tipos de obras. Então, basicamente no remanescente e em novas obras estão falando do
35 Ginásio de Esportes da FCA, um projeto que está concluído, estão só ajustando algumas
36 pendências para encaminharem para execução. A maioria dessas demandas são antigas, e agora
37 com a possibilidade do PPI estão retomando. O bloco de salas de aula da FEM, a reforma e
38 ampliação do Cecom, a expansão do Lactad, em que foi feita uma asa só, e tem um projeto para
39 outra asa. Também o prédio de ensino da FEQ, que é uma ampliação, além da portaria de
40 veículos do *campus* 2 de Limeira, auditório do prédio da Anatomia do IB, ampliação do

1 Nepp/Nepo/Cede, que é uma remanescente também; o remanescente do Siarq; e a conclusão
2 dos LIPs, que já haviam aprovado no PPI do ano passado, e agora o projeto tem uma diferença
3 de pouco mais de R\$5 milhões. Nos outros tipos de obras possuem dois núcleos de
4 acessibilidade na Feagri; duas grandes reformas de AVCB do prédio principal da Faculdade de
5 Educação e do Imecc, com projetos também que estão em vias de ser finalizados. Em reformas,
6 há a reforma elétrica completa do Ginásio Multidisciplinar; as brises de prédios do IG; a
7 reforma da sala dos professores do prédio da Faculdade de Educação; a reforma elétrica da
8 Engenharia Básica e a reforma da sala da PG. E como urgência há a substituição completa da
9 cobertura da Biblioteca Central. Então essas são as obras com a proposta de investimento do
10 PPI, com valores já citados pelo professor Sarti, divididos entre esses três tipos de obra,
11 totalizando um valor de R\$101 milhões. O MAGNÍFICO REITOR parabeniza a senhora Talita
12 tanto pela apresentação quanto pela transparência, de apontar onde as pessoas podem acessar
13 as informações, e também pelo êxito, pois diminuiu consideravelmente o número de obras que
14 estavam sem conclusão. Isso significa que retomaram uma dinâmica muito positiva de acelerar
15 a realização das obras. Talvez estejam achando o caminho para enfrentar mais esse desafio na
16 história da Unicamp. O Conselheiro FERNANDO SARTI parabeniza toda a equipe da Depi,
17 professor Douglas, senhora Talita e equipe. Essa queda no número de obras remanescentes é
18 uma coisa realmente impressionante, sem falar nas obras novas, então parabeniza a Depi pelo
19 belíssimo trabalho que vem desenvolvendo. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES
20 complementa que as obras que estão trazendo hoje são obras que possuem condição de iniciar
21 ainda este ano. A Depi possui, claro, uma outra fila de obras já priorizadas que não estão aqui
22 ainda, porque elas não têm projeto executivo pronto, na maior parte delas. E por isso não têm
23 condições nem de trazer o valor exato dessas obras, dessa forma vão passar em uma próxima
24 avaliação para recursos do PPI. O MAGNÍFICO REITOR diz que um aspecto importante
25 também do ponto de vista da administração e orçamentário é que com isso estão aproveitando
26 o momento de ter uma quantidade maior de reservas para justamente enfrentar vários problemas
27 de infraestrutura. Essa questão depende muito da Depi, que está desempenhando muito bem
28 essa função. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que entendeu que não
29 estão todas as obras aí, mas duas obras da FCM foram aprovadas pelo Copei, que são a
30 ampliação do Cepre e a biblioteca. Foram pedir um esclarecimento e falaram que existe uma
31 impossibilidade de fazer os projetos executivos por uma alta demanda da Depi. Não entendeu
32 muito bem, mas foi orientado a fazer um edital a ser encaminhado à Depi, pois com isso essas
33 obras poderiam ser agilizadas. Solicita esclarecimento da senhora Talita com relação a isso. A
34 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS parabeniza pela apresentação, que foi
35 muito objetiva e sucinta, e deu uma ótima visão de tudo o que está sendo planejado. Uma
36 observação que às vezes passa totalmente despercebida é que quando se fala na reforma do
37 ginásio, entende que também do centro de convenções, e lembra que é preciso colocar corrimão
38 para os docentes mais antigos subirem ao palco. Foi a um fórum semana passada e precisou
39 pedir ajuda, que lhe dessem o braço, para subir e descer do palco, e em outro momento precisou
40 recusar o chamado do cerimonial para subir, para evitar a queda. Então é só para chamar atenção

1 do pequeno detalhe do corrimão e adequação para deficientes não totais, mas já bem deficientes
2 por idade visual, e provavelmente se aplica aos demais. A Conselheira VERÓNICA ANDREA
3 GONZÁLEZ-LÓPEZ agradece a senhora Talita pela apresentação muito clara, e parabeniza os
4 professores Fernando e Douglas também pelo trabalho. Pergunta se há previstas nessas obras
5 que ainda não entraram as adequações para o CB e PB que se fazem necessárias. Se ainda não
6 foi colocado isso dentro do planejamento, pergunta quando isso poderá ser considerado,
7 aproveitando que agora está mais frio, em preparação para o início do ano que costuma ser bem
8 mais quente e precisam de uma estrutura mais confortável com ar-condicionado funcionando.
9 O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA cumprimenta a senhora Talita e através dela
10 toda a Depi, não só pela clareza com que ela apresentou aqui, mas também pela gentileza e
11 solicitude que ela demonstra sempre que a procuram para solicitar esclarecimento. Aproveita a
12 presença dela para pedir mais um: há um problema na FE, que também sabe que está já sendo
13 cuidado pela Depi, que é o elevador. Existe apenas um e ele está interditado, está fora de
14 condições de uso, e há alguns docentes também com problemas de mobilidade. Isso tem
15 causado alguns transtornos. Pergunta a ela se há alguma previsão de atendimento dessa
16 demanda específica. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN parabeniza a senhora
17 Talita pela apresentação e pergunta, principalmente para as obras novas, mas não só, como é o
18 trâmite de aprovação dessas obras olhando para o Plano Diretor da Unicamp, como ele orienta
19 a priorização das obras. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES diz, respondendo ao
20 professor Coy, que de fato os projetos do Cepre e da biblioteca da FCM ainda não entraram
21 aqui. Há uma reunião marcada nos próximos dias para conversar sobre essa sua dúvida, mas o
22 que acontece é que possuem uma equipe limitada, pequena, e não conseguem atender a todos
23 os projetos ao mesmo tempo. Então, o que foi dito para a FCM é que como ela possui um
24 arquiteto, uma equipe técnica, se ela quiser tocar o projeto executivo da biblioteca pela FCM,
25 ela pode tocar. Trabalham assim com todas as unidades que têm engenheiro, arquiteto; elas
26 tocam a obra e a Depi acompanha, mas neste momento não conseguem assumir o
27 desenvolvimento desse projeto executivo, nem o acompanhamento da contratação. Vão
28 encaixando a demanda na fila conforme a priorização; assim que acabam uma, conseguem
29 encaixar outra, para não estourar a capacidade operacional também e acontecerem coisas como
30 já viram acontecer, de ter 70 projetos ao mesmo tempo contratados na Universidade e não
31 conseguirem dar conta de nenhum. Mesma coisa com a fiscalização de obras. Então existe uma
32 fila de execução, e na impossibilidade oferecem para a unidade um acompanhamento técnico.
33 Podem conversar com mais detalhes sobre isso na reunião que está marcada. Respondendo à
34 professora Claudia, diz que nessa reforma do ginásio e do centro de convenções está previsto o
35 corrimão, inclusive porque o AVCB exige, e não só o AVCB, mas as normas de acessibilidade.
36 Então não está previsto nessa reforma elétrica específica, mas está em outros projetos que estão
37 em andamento também para essas áreas. Respondendo à professora Verónica, diz que CB e PB
38 estão sendo tratados com manutenção, então não tem informação para trazer aqui sobre o valor
39 que está sendo colocado, pois a manutenção é tratada pela Prefeitura do *Campus*. Diz ao
40 professor Renê que estão cuidando do elevador da FE, inclusive enviou um e-mail recentemente

1 com uma previsão, mas podem conversar depois. Ele está na fila, assim como o assunto da
2 FCM, tem uma fila, mas para ele já existe uma previsão de encaixe. Sobre a pergunta do
3 professor Cesar, responde que as obras novas, todas elas, assim como as ampliações, algumas
4 reformas, todos os projetos de acessibilidade e de planejamento urbano passam pela equipe do
5 Plano Diretor. Quem conduz esse assunto hoje é a arquiteta Aline Galante; todos os projetos
6 passam pela avaliação desde a implantação do terreno, até o projeto executivo para ver se ele
7 está de acordo com o código de projetos que também desenvolveram. Então é um trabalho que
8 tem sido feito pelo Plano Diretor, têm conseguido consolidar essas práticas de planejamento e
9 de boas práticas de construção na Unicamp. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA
10 TORO informa, respondendo à professora Verónica, que no PB trocaram cinco aparelhos de
11 ar-condicionado e pretendem trocar quase todos até o final do ano. Estão ainda conversando
12 com o professor Luiz Carlos, mas estão, junto com o Cemeq, priorizando aqueles mais antigos
13 para trocá-los. No CB, onde o ar-condicionado é central, acabou de haver uma consultoria em
14 uma empresa, são dois caminhos. Um é que tem um contrato de manutenção novo que estava
15 fazendo revisão de todas as máquinas, os compressores etc., então têm esperança de que o ar-
16 condicionado melhore. E também há um plano baseado no relatório de uma consultoria para
17 fazer uma licitação de um novo aparelho para ser uma espécie de *backup*, ser um complemento
18 do ar-condicionado do CB. Esse vai demorar um pouco mais, mas a impressão é que com esse
19 novo contrato de manutenção, ele vai estar em condição de funcionar e vão se preparar para os
20 próximos anos com esse novo aparelho. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO
21 REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 47 votos favoráveis e 01 abstenção.
22 Para finalizar, informa que ocorrerá a sessão de entrega do Título de Professor Emérito ao
23 professor Luiz Gonzaga Belluzzo. Considera essa uma atividade particularmente relevante, pela
24 importância que o professor teve na obtenção da autonomia universitária. Se possuem essa
25 Universidade pujante que possuem hoje, assim como são as outras duas universidades estaduais
26 paulistas, não há dúvida de que ele marcou a história desta Universidade na época, tendo sido
27 um dos grandes defensores junto ao governo do estado para que conquistassem a autonomia. A
28 comunidade obviamente teve uma participação bastante importante na pressão para obter isso,
29 mas também os representantes políticos da Universidade junto ao poder na época tiveram um
30 papel bastante destacado. A cerimônia será na sexta-feira, dia 2 de junho, às 15h, no Centro de
31 Convenções da Unicamp, e ficaria muito contente se todos os conselheiros comparecessem.
32 Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha
33 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a
34 digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 30 de maio de
35 2023.

ATA DA CONTINUAÇÃO DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Anderson de Souza Sant'Ana, André Martins Biancarelli, Andréa Marcondes de Freitas, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Ângelo Roberto Biasi, Anna Christina Bentes da Silva, Augusto César da Silveira, Benilton de Sá Carvalho, Bruno Gomes Ximenes, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudia Regina Cavaglieri, Cláudio José Servato, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniela Zanchet, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Evanir Lopes Teixeira, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco Hideo Aoki, Hafaél Thor Macêdo Ferreira, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Hernandes Faustino de Carvalho, Hugo Enrique Hernández Figueroa, Ivan Felizardo Contrera Toro, João Marcos Travassos Romano, Katia Lucchesi Cavalca Dedini, José Luis Pio Romera, Leandro Aparecido Villas, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luiz Carlos Dias, Luiz Seabra Junior, Márcio Antônio Cataia, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Marcos César de Oliveira, Maria Camila Abramides Prada, Maria Luiza Moretti, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Pavan Serafim, Muriel de Oliveira Gavira, Odilon José Roble, Paulo Adriano Ronqui, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Rafael Silva Marconato, Renan Dias Oliveira, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Samuel Rocha de Oliveira e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Cristiane Maria Megid, Maria Silvia Viccari Gatti, Paulo César Montagner e Zigomar Menezes de Souza; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Everaldo Pinheiro, Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata Thiago Baldini da Silva e Veridiana Barbosa Chiavegato Souza. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Arnaldo César da Silva Walter, sendo substituído pela conselheira Katia Lucchesi Cavalca Dedini; Mônica Alonso Cotta, sendo substituída pelo conselheiro Marcos César de Oliveira; Claudio Francisco Tormena, sendo substituído pela conselheira Daniela Zanchet; Renê José Trentin Silveira e Alexandro Henrique Paixão; Mariângela Ribeiro Resende, sendo substituída pela conselheira Cláudia Regina Cavalieri; Marcelo Alves da Silva Mori, sendo substituído pelo conselheiro Marco Antonio de Carvalho; Claudia Vianna Maurer Morelli; Fabiane de Moraes Rodrigues; Verónica Andréa González-López; Maiane Junqueira Teixeira Neto, sendo substituída pelo conselheiro Renan Dias Oliveira; Elaine dos Santos José, sendo substituída pela conselheira Evanir Lopes Teixeira; Arlindo Alemão Gregório; Eliana da Silva Souza, sendo substituída pela conselheira Maria Camila Abramides Prada; e Ignácio Maria Poveda Velasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Continuação da

1 Centésima Octogésima Primeira Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade
2 Estadual de Campinas, realizada de forma híbrida, com preferência à participação presencial,
3 utilizando a plataforma Zoom independentemente da forma de participação. O uso da palavra
4 pelos titulares se dará por ordem de inscrição, utilizando o botão em formato de mão no
5 aplicativo. Para as manifestações na Ordem do Dia, os conselheiros terão um limite temporal
6 de cinco minutos e de três minutos para o Expediente. As inscrições para o Expediente já estão
7 fechadas e darão continuidade aos itens destacados da Ordem do Dia e não deliberados na
8 primeira etapa da reunião. Passa ao item 08 – Proc. nº 01-P-18408/2017 –, que trata de proposta
9 de Deliberação que altera: a Deliberação Consu-A-20/2017, que dispõe sobre procedimentos
10 para instituição de despesas de pessoal de caráter permanente na Universidade, a Deliberação
11 Consu-A-21/2017, que dispõe sobre procedimentos para instituição, alteração e extinção de
12 Gratificações de Representação na Universidade e a Deliberação Consu-A-16/2019, que dispõe
13 sobre a tabela de Gratificação de Representação. O assunto foi destacado pela conselheira
14 Marisa. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que viu que é uma modificação na
15 Deliberação Consu-A-020/2017; muitos dos que estão sentados hoje aqui como membros talvez
16 não estivessem à época em que essa deliberação foi aprovada, portanto relembra que tinham
17 uma situação bastante difícil na Universidade, mas essa é uma das deliberações que vieram, na
18 sua opinião, para propor uma mudança estruturante. Até então, várias decisões de criação de
19 despesas permanentes na Universidade não precisavam passar pelo Conselho Universitário. Viu
20 várias ações de atribuição de GRs somente com uma solicitação e um “de acordo” do Reitor. E
21 naquela época ainda se tinha a questão da incorporação da GR, ou seja, a árvore de GRs criava
22 uma despesa perene, e que aumentava com o tempo. O aumento já não existe mais, pois a
23 incorporação foi retirada de outra forma, embutida na lei da previdência de 2020, mas a despesa
24 de GRs ainda é uma despesa bastante importante, não no sentido do seu montante, mas no
25 sentido do seu significado. As GRs regulam uma atribuição específica que determinado
26 funcionário ou docente vai fazer para a Universidade, por interesse da Universidade. Nesse
27 sentido, as GRs foram colocadas, entre várias outras decisões, por isso o dissídio passa também
28 pelo Consu, que fosse então aprovada uma tabela de GRs que tinha sido, de certa forma,
29 reestudada e estruturada dentro do seu significado e fosse aprovado o quantitativo. Já houve
30 alterações desse quantitativo, realizadas inclusive na presente gestão, seguindo-se o rito normal,
31 que é trazer uma proposta de recertificação de determinado local que abrigará esse quantitativo
32 extra. E acha que o Conselho Universitário sempre foi muito maduro em ponderar, até porque
33 boa parte dos dirigentes que aqui estão também têm as suas próprias árvores e certificação.
34 Então eles podem fazer um comparativo bem mais transparente de todo o conjunto da
35 Universidade, de todos os órgãos existentes; e nesse sentido, solicita uma explicação de por que
36 se está tirando exatamente a questão do quantitativo de GRs da alçada do Conselho
37 Universitário. Pelo que leu, ela pararia na CAD, que é uma câmara muito importante, mas é
38 uma câmara menor, que leva um pedaço deste Conselho, mas não o Conselho como um todo.
39 Então, a não ser que haja alguma explicação mais eloquente a respeito dessa alteração,
40 defenderia que mantivessem, em nome da transparência e por trazer realmente o espírito de

discussão, o aumento de despesas perenes na Universidade a cargo do Conselho Universitário. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece à professora Marisa pela pergunta e pela colocação, pois se trata de um esclarecimento importante para o Conselho Universitário. A proposta de trazer a alteração única e exclusivamente do quantitativo das GRs do Consu para a CAD é uma questão administrativa, de eficiência no processo, e não tem nada a ver com legitimidade, porque acha que a CAD traz também tanta legitimidade quanto qualquer outra instância. Lembra que estão passando por um processo importante, que está certificando 98 órgãos da Universidade, dos quais 21 são centros e núcleos, 45 são órgãos da Administração Central, os centros e núcleos já foram devidamente analisados pelo comitê, que é mais uma etapa importante que dá legitimidade ao processo de certificação. Já foram apresentadas propostas de cada um desses 45 órgãos da Administração Central, o comitê está analisando, e iniciarão no segundo semestre a certificação das 27 unidades de ensino, considerando também os colégios técnicos e a Dedic, além das cinco áreas da Saúde. Então, no total, estão falando de 98 certificações, das quais imaginam que, pelo que já viram da primeira análise pelos centros e núcleos e também pelos órgãos centrais, a grande maioria não está propondo nenhuma alteração no Anexo 1. As alterações no Anexo 1, que tratam especificamente sobre a descrição das funções, continuarão sendo tratadas aqui dentro do Conselho Universitário. A demanda que vem aparecendo dentro do processo de certificação é alteração no quantitativo. Fará uma apresentação sobre o processo de certificação para mostrar que respeitarão todos os trâmites normais. O processo de certificação tem se dado da seguinte forma: a unidade certificada preenche um formulário, que é entregue na PRDU, onde foi montado um comitê bastante diverso, com a presidência do professor Oswaldo Gonçalves, da FCA, participação da doutora Ana Carolina Maciel, coordenadora da Cocen, da servidora Ana Paula Montagner, da CGU, do servidor André Camargo, do IQ. Também contam com a professora Angela Lucas, professora da FCA e assessora da PRP, com o senhor Everaldo Pinheiro, da DGRH, com o senhor Guilherme Capovilla, servidor da Faculdade de Enfermagem, com o senhor James Rodrigues, servidor da PRDU, com a doutora Patrícia Leme, da CGU, com o servidor Rodrigo Alves, do IE, com seu assessor na PRDU, o professor Rodrigo Lanna, e a senhora Veridiana Barbosa, também da PRDU. A maioria desses colegas participou do processo de certificação anterior. Da PRDU isso é encaminhado ao comitê, que analisa cada uma das propostas de certificação, isso é devolvido à PRDU e ela vai encaminhar à CVND, como sempre foi feito no processo, isso não muda. A CVND prepara os pareceres para as câmaras superiores, ou a CAD ou Consu. A proposta aqui é que se houver uma operação apenas no quantitativo das GRs, isso será tratado na CAD, dado o fato de que possuem reuniões mensais da CAD, e ela é a câmara especializada para tratar de questões administrativas na Universidade. Qualquer outra mudança dentro do Anexo 1 vem para o Consu. Colocando alguns números, apresenta que em janeiro de 2019 tinham na Universidade 1.968 GRs, depois houve aquele corte linear que o próprio Conselho depois reconheceu que foi um erro grave. Retomaram isso em uma tentativa de reduzir os gastos com as gratificações, agora através de um processo de certificação, e foi quando se aprovou neste Conselho Universitário a deliberação de um máximo de quantitativo. Foi feita a

certificação de todos os órgãos e ainda assim não conseguiram chegar àquele número que foi orientado ou decidido aqui no Conselho Universitário. Esta gestão assumiu apenas a certificação do HC, as demais já tinham sido realizadas na gestão da PRDU do professor Francisco. Chegaram aqui, mostraram os números, onde tinham chegado, houve um entendimento por parte deste Conselho de que o esforço tinha sido bastante significativo, e se considerou que as GRs poderiam ficar ali, e que se iniciaria um novo processo de certificação. Hoje, em maio de 2023, há 1.611 gratificações que totalizam o valor mensal de R\$3,7 milhões. Esses números sempre foram apresentados à comunidade; se olharem a diferença entre as certificações de 2020, 1.541, para o total hoje, de 1.611, são 70 gratificações a mais, que foram todas que vieram aprovando aqui dentro por razões diferentes. Lembra que quando o Conselho Universitário decidiu que aquele excedente de mais de 400 GRs poderia permanecer, também aprovaram essas novas GRs de coordenadores de extensão, separando extensão de pesquisa, criaram algumas que não existiam, como por exemplo coordenadores de conselho de ética. Isso altera o Anexo 1, há criação de uma nova função e foi tratada dentro do Conselho Universitário. O que estão propondo aqui é simplesmente que, quando já existente essa função diante desse processo de certificação, se for apenas alteração do quantitativo, possam fazer isso no âmbito da CAD. A intenção é dar maior eficiência a esse processo de aprovação dessa certificação, por isso estão solicitando ao Conselho Universitário apenas a autorização de que mudanças no quantitativo de funções já criadas e autorizadas pelo Conselho possam ser realizadas e votadas no âmbito da CAD. Apresenta um cronograma da certificação e o comitê que já mencionou, que é bastante representativo de toda a Universidade. Ressalta que o que estão propondo aqui se refere única e exclusivamente ao Anexo 2, que trata das quantidades de GRs. Não estamos tratando, não trataremos dentro da CAD a questão do Anexo 1. Enumera algumas situações em que já aconteceu isso dentro da Universidade: alterações em relação ao quantitativo de cada função já criada, por exemplo, fizeram em relação à Deas, não criaram nenhuma função nova, não alteraram nenhuma descrição de função. O caso da Deas, se aceito aqui pelo Consu, que é a questão apenas do quantitativo, se encerraria na CAD. Já em relação à Controladoria e aos comitês de ética, que promoveriam alterações de funções, na nomenclatura, na descrição dessas funções, como envolvem o Anexo 1, continuariam sendo tratados dentro do Conselho Universitário. Reforça que a motivação dessa proposta, que tem legitimidade aprovada dentro da CAD, hoje envolve 98 órgãos, e gostariam de ver esse trabalho terminado ao final deste ano, com a certificação das unidades de ensino. Ganhariam uma agilidade sem comprometer a legitimidade desse processo, se pudessem tratar dentro da CAD, que tem reuniões mensais, ao contrário do Conselho Universitário, que tem reuniões a cada dois meses, e reuniões com agendas pesadas, como aconteceu semana passada, que os obrigaram a trabalhar o Consu em duas datas. É somente uma questão administrativa que estão propondo aqui; insiste que dentro da certificação a grande maioria das demandas está associada apenas a alterações no quantitativo, que é em cima daqueles dados que já apresentou. Para terem uma ideia, se em algum momento quisessem retornar ao patamar de janeiro de 2019, isso representaria um aumento de 28% das gratificações. Nem de longe estão imaginando acontecer isso, a não ser

1 que houvesse o entendimento por parte da CAD de que isso seria necessário para os órgãos.
2 Nas certificações atuais que estão rodando, isso fica em torno de 10 a 12%, portanto não há um
3 des controle de maneira nenhuma sobre as gratificações oferecidas na Universidade, até porque
4 há muita responsabilidade por parte desta gestão. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
5 MEDEIROS diz que ficou com uma dúvida na última tabela que o professor Sarti mostrou:
6 houve um aumento mensal associado a mais ou menos 130 gratificações de 2020 a 2023, e isso
7 mostra que há certamente um controle que tem sido exercido. Não é disso que estão falando.
8 Quantidade envolve verba, então, ainda que se aumente uma gratificação, vai ter um impacto
9 permanente no orçamento. Ninguém está duvidando da lisura desta Administração, nem de
10 administrações passadas e esperam que futuras. É uma questão de princípio de que aumento de
11 quantidade implica aumento de valor permanente. Entendeu a explicação do professor Sarti,
12 mas, em princípio, a proposta viola aquela deliberação com a qual todos concordam de que
13 qualquer despesa permanente tem de passar pelo Consu. A Conselheira MARISA MASUMI
14 BEPPU diz que foi bastante contemplada com a fala da professora Claudia, mas vai colocar
15 algumas observações. Agradece muito a explicação do professor Fernando, fica feliz que o
16 comitê *ad hoc* abarque uma diversidade de pessoas, que deve ser a tônica, um comitê que se
17 debruce sobre as diferentes árvores de GRs de cada unidade e tenta verificar uma
18 homogeneidade nos critérios de utilização dessa GRs. O que a incomoda é exatamente o
19 quantitativo, que é o que estão falando como despesa permanente para o Conselho
20 Universitário. Sem ter essa visão do todo acha que é difícil deliberarem. Concorda com o
21 professor Fernando sobre a questão de possíveis erros que possam ter ocorrido no passado, mas
22 observa que estavam em uma situação em que havia um crescimento vegetativo da árvore de
23 GRs a 10%. Isso ainda concorria com a possibilidade de progressão de carreira das pessoas em
24 uma situação que possivelmente foi a pior crise orçamentária da Universidade. Acha que trazer
25 à luz do olhar do Consu esse quantitativo geral das decisões é algo muito saudável; entende a
26 questão de tentar, de certa forma, causar uma maior celeridade nas decisões, mas não acha que
27 seja apenas o quantitativo. Acha que é o quantitativo no todo, que interessa também saber, e em
28 relação ao que aconteceu em gestões anteriores, a questão de uma única pessoa ser capaz de
29 criar uma determinada despesa permanente para a Universidade, o problema não era na criação
30 de uma GR diferente, nova, era exatamente no quantitativo. Era uma GR já existente, que a
31 pessoa dava um “de acordo” e atribuía para a pessoa A,B, C. Então acha que trazer isso está
32 dentro de uma filosofia de trazer transparência a essa discussão. Se o Consu achar que é algo
33 menor, que ele não precisa se ocupar disso, possivelmente vai passar muito rapidamente na
34 pauta. A CAD é uma câmara extremamente importante para a Universidade, mas ela não é o
35 Consu, portanto defende que continue da forma como está. As certificações já vêm bastante
36 estudadas, discutidas, e muitas vezes já viu acontecer de a CAD retirar itens de pauta para um
37 melhor estudo. Mas para o Consu a visão do todo é importante e o quantitativo é da mesma
38 forma importante, não só a criação de um novo tipo de GR. O Conselheiro MARCO ANTONIO
39 GARCIA DE CARVALHO manifesta o apoio à manutenção do princípio de que essas despesas
40 permanentes passem aqui pelo Conselho. Acha que é importante manter isso pela transparência,

1 pela gestão global dos recursos. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
2 manifesta-se favoravelmente à aprovação daquilo que está sendo encaminhado, porque entende
3 que isso vai na direção de aumentar a velocidade com que tomam as decisões. Há uma grande
4 reclamação, pelo menos uma coisa que aparece com muita constância no meio de toda a
5 comunidade, sobre o tempo que levam para tomar decisões que são puramente administrativas.
6 E vê a CAD também, como todas as outras câmaras e comissões, como bastante transparente,
7 porque todas elas são vistas por toda a comunidade. São instâncias que possuem
8 responsabilidade administrativa e que reforçam todo o trâmite da Universidade. Não vê
9 sinceramente qualquer problema de transparência, pelo contrário, ganham velocidade mantendo
10 a transparência. Essa é uma visão bastante clara do que está sendo feito pela gestão, buscando
11 essa transparência, e os trabalhos todos que vêm sendo feitos de forma constante vêm na mesma
12 direção. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN manifesta-se
13 favoravelmente ao que falou a professora Marisa. Acha que a celeridade das decisões não
14 depende tão somente das câmaras ou do número de câmaras em que elas passam; uma melhor
15 organização, um encadeamento mais adequado vai ajudar. Ninguém aqui está questionando a
16 seriedade das medidas, tanto da maneira como vinham fazendo como da que está proposta aqui,
17 mas a questão de acelerar as decisões não é suficientemente forte para levar à aprovação dessa
18 proposta. Acha que devem pensar muito bem, pois a decisão anterior que os levou à situação
19 que hoje está sendo proposta a ser mudada os conduziu a uma situação de segurança muito
20 maior. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que também apoia que seja
21 mantido como está, basicamente porque o quantitativo envolve o aumento eventual de gastos
22 permanentes, inclusive deixa a CAD na posição de talvez precisar aumentar até a quantidade
23 máxima de GRs. Concorde que, a maior parte das vezes, essas discussões não trarão problema
24 nenhum e poderiam até ficar restritas à CAD, mas se tiver problema, acha que seria interessante
25 ter a palavra final no Consu. Assim como é feito com o reajuste salarial, que passa pela palavra
26 final aqui. Com isso mantêm uma transparência e com um pouco de planejamento, se demorar
27 um mês a mais não é tão grave assim se for necessário passar também no Consu. O Conselheiro
28 BRUNO GOMES XIMENES diz que é bastante simpático à proposta de simplificação de
29 processo, ainda mais porque passando pela CAD conseguem manter a transparência. Saíram de
30 uma situação onde o Reitor sozinho assinava para o extremo disso, que é passar pelo Consu.
31 Acha que agora é uma situação intermediária, que é a CAD. Para decidir o seu voto, solicita
32 esclarecimento se isso se classifica mesmo como despesa permanente. O Conselheiro
33 ADILTON DORIVAL LEITE diz que se lembra bem da Deliberação Consu-A-016/2019, que
34 trata da tabela de gratificação, lembra bem do Anexo 1 e do Anexo 2, até porque estava aqui.
35 Lembra bem da Deliberação Consu-A-20/2017, que trata de procedimento para a instituição de
36 despesa permanente, e lembra bem o que é despesa permanente. O Anexo 2 trata do
37 quantitativo, acha que isso está claro para todos; viram que em janeiro de 2019 havia 1.968
38 GRs, houve toda aquela discussão em torno da GRs, corte linear, depois restabelecimento. No
39 seu entendimento, quando falam que o Consu em 2019 propôs 1.313 GRs, após a discussão da
40 diminuição do número de GRs, isso forçou a recertificação dos órgãos. Tiveram de fazer

recertificação para adequar o organograma ao número que foi estabelecido aqui pelo Conselho Universitário, mas notam que não foi bem possível. Tanto que, após a recertificação, ficaram com o número de 1.541 GRs e em maio de 2023 estão com 1.611 GRs. Então, acha que a questão de comentar números aqui não cabe. Pergunta se, pela proposta em pauta hoje, só vão encerrar na CAD e não passar para o Consu quando for aumento de quantitativo de processo de recertificação. Todos sabem que geralmente, quando se faz recertificação, aumenta a quantidade de GRs. Consta na pauta mais adiante a criação de uma GR nova, que é o Consu quem decide. Então reforça sua pergunta se só vão encerrar na CAD e fazer essa alteração se esse aumento de quantitativo for proveniente de processo de recertificação. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que a questão do reajuste não precisaria passar no Consu também, acha que é uma questão que fica estabelecida entre o Cruesp e as entidades. Essa questão da recertificação também, até porque quando foram apurar quantas autorizações havia de GRs, o número era maior do que o Consu tinha autorizado. Ou seja, a Administração anterior tinha autorizado várias GRS sem passar pelo Consu, um problema pelo qual o Reitor pode acabar até respondendo. Na sua opinião, isso poderia ser na CAD mesmo, não haveria problema. O Conselheiro FERNANDO SARTI esclarece que o que está sendo proposto é a alteração da Deliberação Consu-A-20/2017; se se atentarem à documentação que foi disponibilizada, no seu artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, está claro que as despesas decorrentes da alteração do quantitativo, mas que foram deliberadas pelo Consu, para gratificação previstas no Anexo 2 da Deliberação Consu-A-016/2019, recentemente alterada, que dispõe sobre a tabela de gratificações de representação, serão aprovadas pela Câmara de Administração, após manifestação da Comissão de Orçamento e Patrimônio. É isso o que estão propondo aqui. Com isso responde que obviamente quantitativo está associado a recurso, e isso será analisado dentro da comissão competente. O que foi feito no passado, por uma restrição financeira, foi uma revisão na estrutura de organização da Universidade. Foi fazer um corte em GR sem levar em consideração a revisão dos processos de trabalho, sem considerar exatamente essas estruturas, portanto tiveram uma dimensão financeira e não uma dimensão organizativa. O que estão fazendo agora com um processo de 98 recertificações é recuperar exatamente essa dimensão de estrutura de organização e, ao mesmo tempo, a revisão dos processos de trabalho. Isso é fundamental, é disso que estão tratando aqui, e obviamente que dentro dessa revisão é possível que venha a demanda por alguma gratificação maior ou menor, e geralmente vem maior. Respondendo ao conselheiro Bruno, diz que a gratificação não é permanente do ponto de vista do servidor, porque hoje não incorporam, mas do ponto de vista da Universidade sim, porque, uma vez criada, alguém pode sair, mas outra pessoa vai ocupar esse lugar. Então, entende como uma despesa permanente. O que estão pedindo, embora seja uma despesa permanente, é que possam tratar isso não no Consu, mas na CAD. Respondendo à professora Cláudia, observa que os números que ela citou não estão batendo; primeiro houve no Consu a autorização para que tivessem aquelas 400 a mais, dentro do que foi colocado pela Deliberação Consu-A-016/2019, e depois aquelas 70 que autorizaram aqui que tinham a ver com os comitês de ética, com as coordenações de pós-graduação. Então foram só 70, não há nenhum aumento além disso. O que

1 houve foi aquela redução anterior e retomaram o mesmo patamar, lembrando que a única
2 diferença foi com relação à certificação do HC. Não há nenhum aumento fora dessas outras que
3 foram consideradas, até porque não possuem mais essa praxe de fazer isso no gabinete da PRDU
4 ou do Reitor, tudo tem sido aprovado dentro das câmaras, o que confere muita transparência e
5 legitimidade ao processo. Não se trata só de uma questão de celeridade; agradece ao comitê
6 pelo trabalho de análise ampla, comparativa entre os vários órgãos da Universidade onde a
7 dimensão organizacional, a dimensão dos processos de trabalho, está sendo considerada, e não
8 apenas a questão financeira. Acha que essa é a principal decisão, a partir do trabalho de um
9 comitê qualificado, trazendo para uma câmara que trata da questão administrativa, passando
10 antes por uma instância que trata da questão financeira, que é a COP, então acha que estão
11 respeitando todos os trâmites da Universidade. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz
12 que não crê, como foi falado pelo senhor José Luis, que os órgãos que estão sendo certificados,
13 o trabalho do comitê, o trabalho da CAD estejam sendo feitos ao arrepio do deliberado no
14 Consu. Sempre tiveram o cuidado de olhar o quantitativo aprovado, a quantidade de GRs que
15 estavam sendo alocadas e, na eventualidade de uma necessidade de aumento, isso era sempre
16 pautado junto com a certificação que aumentava o quantitativo e trazido para o Consu. Então
17 não existe essa questão de dizer que foi tudo feito ao arrepio do que era colocado no Consu;
18 devem crer no trabalho profissional feito pelas diversas câmaras e pelas pessoas que estão nos
19 seus respectivos locais de trabalho. Outra coisa importante é que as recertificações sempre
20 tiveram um olhar de uma reestruturação organizacional; a quantidade de unidades que se
21 reorganizaram, colocando *pool* de pessoas trabalhando, reorganizando os locais, não foi
22 pequena. Outro aspecto importante, e precisam fazer uma discussão madura sobre isso, é que
23 essa restrição foi muito clara no momento em que havia um crescimento vegetativo de folha
24 em função das GRs, hoje não há mais, por um fator externo que veio junto com uma lei federal,
25 e as pessoas não incorporaram mais essas GRs. Nesse sentido, há espaço para a Universidade
26 distensionar e aumentar essa quantidade de GRs, mas essa é uma decisão que tem de ser tomada
27 no âmbito do Consu. Podem dizer que vão aumentar o quantitativo de GRs de todos em
28 coordenadores, ou de supervisores, mas precisam ter essa lucidez dentro do Consu. Faz parte
29 da CAD, vai se sentir bem informada de qualquer maneira, mas fica imaginando os colegas que
30 fazem parte da Cepe, todos os diretores de unidade que gostariam de ver essas decisões serem
31 também trazidas ao Consu. É nesse sentido que acha importante. E devem tomar muito cuidado
32 com algumas falas aqui que estão sendo feitas, que passam a impressão de que as coisas estavam
33 completamente descontroladas, e não é isso. Não quer crer que seja isso por parte dos seus
34 colegas, que são muito sérios no seu trabalho. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz
35 que não ouviu ou não entendeu a resposta à sua pergunta, mas fará outra: partindo do princípio
36 de que só estão tratando da alteração aqui para não passar no Consu quando há alteração do
37 quantitativo, que é colocado no Anexo 2, quando é proveniente de processo de recertificação,
38 hoje a recertificação se esgota na CAD. A CAD aprova a recertificação e da forma como está
39 colocada hoje na Deliberação Consu-A-20/2017, vai para o Conselho Universitário depois.
40 Pergunta se alguma vez o Conselho Universitário não votou favorável ao processo de

1 recertificação que foi aprovado na CAD. Porque da forma como está colocado até agora, se não
2 houver essa alteração, se forem mexer no Anexo 2, que trata do quantitativo, precisam da
3 aprovação do Conselho Universitário. O Conselheiro FERNANDO SARTI responde que estão
4 propondo agora parar na CAD quando houver alteração apenas do quantitativo de GRs, mas
5 sabem que isso também não se encerra na certificação. Supondo que amanhã venha uma nova
6 lei de licitações, e de repente tenham de fazer uma recertificação da DGA, por conta de uma
7 mudança no processo de compra, de prestação de contas ou mesmo da necessidade de um
8 planejamento de compras, que a senhora Lina já muito bem colocou aqui, vão precisar,
9 certamente, repensar todo o fluxo de organização da DGA. Isso vai ser tratado aqui dentro. Se
10 for esse fluxo apenas para aumentar o quantitativo de gratificações para essas funções, vão
11 autorizar recursos na COP e tratar na CAD, que é uma câmara administrativa. Se, por exemplo,
12 a senhora Lina ou a DGA demandarem a criação de novas funções com descrições a partir de
13 uma nova lei, isso está dentro de uma mudança do Anexo 1, então terá de ser feito. Não é apenas
14 a recertificação. O que fez questão de dizer aqui é que infelizmente foram obrigados a fazer
15 uma recertificação que levou em consideração apenas a visão financeira. Fizeram um corte de
16 praticamente 30% das GRs para chegar no mesmo número que tinha sido proposto
17 anteriormente, de cortar 30% do valor. Agora estão fazendo com mais calma sob uma nova
18 condição financeira e podem refletir se esses cortes foram os ideais, se é possível manter o fluxo
19 de organização, as tarefas administrativas dentro dessas novas condições ou precisam mexer.
20 Mesmo porque a Universidade é dinâmica. Houve mudanças importantes com órgãos de
21 controle, mudanças importantes do ponto de vista das compras, mudaram a função da DEA,
22 criaram uma Controladoria, tudo isso vai implicar sempre mudanças no próprio fluxo de
23 organização da Universidade. Diante de um processo como esse de 98 certificações, que não
24 vai se encerrar aqui, mas é um processo bastante importante, querem levar em consideração
25 critérios administrativos, organizacionais da Universidade, processos de trabalho feitos por um
26 comitê competente a partir das demandas dos órgãos especificamente. E quando essas
27 demandas forem apenas de aumento ou redução de gratificações, tratar dentro da CAD. Se há
28 alguma mudança na estrutura, na composição, criando novas funções, mudando o papel, a
29 descrição dessas funções, trarão para o Consu. Com isso conseguirão recertificar a
30 Universidade; e continuarão tendo a dinâmica, independentemente da recertificação, quando
31 aparecerem, por exemplo, questões estratégicas, como foi o caso da Controladoria. O
32 MAGNÍFICO REITOR esclarece que na transição de uma gestão para outra, o professor
33 Francisco Magalhães, antigo Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário, alertou que existia
34 uma incongruência entre o número de GRs efetivamente sendo usadas e o número que tinha
35 sido aprovado pelo Conselho Universitário em reunião anterior. Isso ocorria em caso de dois
36 ou três diferentes tipos de GRs. Então, de fato, essa incongruência mencionada em parte pelo
37 senhor José Luís ocorria. Isso foi corrigido na gestão atual, expandindo os limites. O fato de ter
38 sido aprovado no Conselho Universitário não impediu, porque na verdade não se conseguiu
39 cumprir aquela meta de redução do número total de GRs. Não está fazendo juízo de valor; é um
40 fato que existem dificuldades na gestão, às vezes têm essa visão de que são capazes de tudo,

1 mas não são, e precisam ter consciência do que é uma institucionalidade tão complicada como
 2 é a Universidade. O conselheiro Bruno mencionou que antes era o Reitor que decidia, depois
 3 pularam para o outro lado, deixam para o Conselho Universitário a decisão. A racionalidade
 4 humana deveria ajustar as decisões ao contexto; as GRs não são mais incorporadas, foram
 5 cortadas várias GRS, possuem uma situação orçamentária melhor, então pergunta qual a
 6 necessidade de seguir com o mesmo procedimento. Sempre reclamam da burocracia, da
 7 demora, mas no momento de decidir, as pessoas, no específico, no varejo, sempre decidem para
 8 manter os caminhos mais difíceis, mais demorados. Porque paira sempre uma profunda
 9 desconfiança nas instâncias intermediárias; acha que poderiam se desarmar um pouco e gerar
 10 um pouco mais de confiança na capacidade de tomarem boas decisões quando elas não estão
 11 concentradas na mão de um só. Não quer essa decisão para si, quer que ela seja legitimada por
 12 instâncias, e a CAD é uma super instância. Falar que vai ter mais transparência no Consu é criar
 13 contradições que só dificultam a trajetória da Universidade. Não podem imaginar que uma
 14 instância que se reúne cinco vezes ao ano, que é o número das reuniões do Consu, mais um
 15 extraordinário, que está focado em orçamento, tenha a mesma celeridade de 11 reuniões de
 16 Cepe e CAD, que ocorrem em todos os meses do ano, exceto janeiro. Então, talvez devam ter
 17 um pouco de generosidade de acreditar que as gestões que estão aqui, com erros e acertos, estão
 18 jogando para frente esta Universidade. Por isso falou que não está fazendo um julgamento de
 19 valor; o fato concreto é que não era fácil fazer o que se pretendia fazer, tanto que não se
 20 conseguiu fazer essa realidade. Deveriam dar um pouco de espaço para encaminhar essas
 21 coisas, que sempre poderão ser revistas. Não havendo mais observações, submete à votação a
 22 matéria, que é aprovada com 42 votos favoráveis, 09 contrários e 05 abstenções. Passa ao item
 23 09 – Proc. nº 01-D-36649/2022 –, que trata de proposta de deliberação Consu que dispõe sobre
 24 a criação da Prefeitura Universitária dos *campi* de Limeira (PREF-LIM). O destaque foi feito
 25 pelo professor Flávio. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR parabeniza a
 26 Reitoria por acabar com o projeto que tinha tudo para dar errado, isso foi avisado à época, em
 27 2018, que era tentar unir os *campi* de Piracicaba e Limeira embaixo de uma única secretaria. E
 28 que por sinal estava localizada em Limeira, portanto sabiam que a FOP seria pouco atendida
 29 com essa demanda. Entretanto, estavam discutindo há pouco tempo a certificação, a FOP sofreu
 30 com o processo de certificação, uma vez que existia a SAR, houve toda uma depreciação da
 31 coordenadoria de *campus* da FOP. Então parabeniza essa atitude e coloca que a Prefeitura
 32 Universitária dos *Campi* de Limeira vai ficar especificamente para os *campi* de Limeira e que
 33 há a Coordenadoria de *Campus* em Piracicaba. Existem alguns recursos que foram deslocados
 34 de Piracicaba para a SAR na época da criação dessa Secretaria, principalmente recursos de
 35 contratos, então sugere que depois pudessem discutir novamente como será feito isso para
 36 Piracicaba. Além disso, já solicitou uma reunião com o professor Zigomar para verificar a
 37 possibilidade de a coordenadoria do *campus* ter uma linha direta com a DEA para agilizar
 38 alguns processos em Piracicaba. O MAGNÍFICO REITOR diz que é uma reivindicação justa a
 39 do professor Flávio, que deve ser olhada com carinho. É um primeiro passo para ir resolvendo
 40 essas questões. A ideia aqui é criar essa Prefeitura dos *Campi* de Limeira, cujas unidades

correspondem hoje a 21% dos estudantes de graduação da Unicamp; 40% das vagas noturnas da Unicamp; 42% de estudantes dos colégios técnicos da Unicamp; 13% dos docentes e 2% dos servidores não docentes. É uma contribuição completamente desproporcional. Então, devem ter consciência que estão aqui dando *baby steps* para melhorar essa situação, vão precisar ter essas conversações *a posteriori*. O objetivo é que toda a transição seja feita lentamente, então imagina que alguns serviços ainda serão prestados para o *campus* de Piracicaba e podem articular esse contato direto para que haja esse processo de transição. Tem um enorme desejo de que iniciem um processo de fortalecimento da Unicamp em Piracicaba. Hoje existe essa grande desproporção em Limeira, mas Limeira hoje é uma força na Unicamp, então isso vai se resolver com o tempo. Precisam criar essa desproporção também em Piracicaba, ampliar a Unicamp em Piracicaba para que essas possibilidades também se gerem lá, com relação ao futuro da Unicamp em Piracicaba. Tem dito isso com muita intensidade e acha que para a Instituição é positivo que ela tenha nos seus locais de existência forças bem estabelecidas. Então o seu compromisso não é só que caminhem em relação a uma autonomia e uma possibilidade administrativa melhor na FOP, mas também fortaleça a Unicamp em Piracicaba. O Conselheiro AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA agradece à Reitoria pela iniciativa, é muito importante o trabalho que vem sendo feito por essa gestão e o trabalho que está sendo feito em Limeira com a SAR, que agora vai ser uma prefeitura, inclusive pelos números que o senhor Reitor acabou de passar. O trabalho desenvolvido em Limeira é sem dúvida diferenciado, grande, estão fazendo o melhor, e acha que só têm a ganhar. Manifesta seu apoio ao professor Flávio para as melhorias em Piracicaba. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO ressalta a importância da proposta, representando os estudantes também dos *campi* de Limeira e de Piracicaba. Acha que essa proposta é esperada; como disse na semana passada, acredita que ainda trazem poucos temas desses *campi* para discussão no Conselho Universitário e é esperado que também os diretores tragam esses temas, essas demandas, para que todo o Conselho ajude a formular propostas para esses *campi*. Deixa o seu apoio, acha que isso garante uma autonomia maior e uma organização melhor dos processos para Limeira, o que acredita que terá um impacto positivo na vida dos estudantes de lá. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 50 votos favoráveis, 02 contrários e 03 abstenções. Passa ao item 10 – Proc. nº 01-P-9160/2023 –, que trata de eleições da representação docente junto ao Conselho Universitário, realizadas nos dias 16 e 17.05.23, para cumprimento de mandato de dois anos, a partir de 20.06.23. O item foi destacado pela conselheira Verónica, que justificou ausência. Passa a palavra à doutora Ângela, que conversou com a professora Verónica e exporá a questão, que é simples. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que a professora Verónica destacou o item porque houve um erro na grafia do nome dela na ata da eleição, e vão providenciar a correção. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 55 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 14 – Proc. nº 01-D-1589/2023 –, que trata de pedido de devolução de valores pagos pelos servidores Edison Cardoso Lins (R\$7.088,36) e José Rodrigues de Oliveira (R\$11.500,00), com juros e correção monetária. Destaque da

1 professora Claudia Medeiros. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS
2 solicita esclarecimento sobre o que estarão votando, porque o que está escrito na ementa da
3 pauta é que estariam votando apenas a questão da devolução, aos funcionários envolvidos, do
4 dinheiro que lhes foi solicitado a partir de processos administrativos realizados por razões que
5 estão explicadas em parte na documentação. No entanto, a documentação apresentada mostra
6 um parecer da PG com quatro itens, sendo que dois deles dizem que o Consu precisa se
7 manifestar. Um é com relação à decisão sobre a devolução da verba e outro é sobre a anulação
8 dos processos administrativos. Entretanto, não está na ementa da ordem do dia a necessidade
9 de o Consu opinar sobre a questão do processo. Em segundo lugar, solicita uma melhor
10 explicação resumida de toda essa documentação por parte da Procuradora Geral, porque
11 inclusive as folhas estão fora de ordem. Tomou bastante tempo ler esta documentação, e
12 acredita que nem é problema da Secretaria Geral, isso deve ter sido entregue dessa forma à
13 Secretaria Geral. As folhas do processo cível não estão na ordem, mas pelo que entendeu, os
14 dois funcionários foram penalizados por vários processos administrativos e tiveram de devolver
15 valores à Unicamp. Na Justiça comum, vara cível, o que eles fizeram foi considerado não
16 totalmente legal, porém não ficou caracterizada a improbidade. E como parte do arrazoadado
17 escrito na sentença do juiz, que só aparece em parte, é informado que eles inclusive já
18 devolveram à Universidade os valores. É claro que não pode dizer o que o juiz pensou, mas o
19 que fica nas entrelinhas é que de uma certa forma o fato de os valores terem sido recuperados
20 pela Unicamp diminuiu a pena total, houve uma sentença favorável aos funcionários. Então
21 solicita uma explicação melhor de por que estão votando pela devolução, já que consta como
22 argumento favorável do juiz o ressarcimento que eles fizeram à Universidade. A terceira
23 explicação que solicita é que, ao ler toda essa documentação, tomou conhecimento de que uma
24 dessas pessoas, que é o funcionário Edison, que passou por processos administrativos na
25 Unicamp, inclusive com devolução de valores até 2022, foi nomeado para um cargo na
26 Educorp. Parece-lhe um pouco estranho, e não entendeu direito, como uma pessoa com um
27 passado de débito com a Unicamp, no sentido de processos, poderia depois ter sido contemplado
28 com um cargo administrativo. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
29 diz que o que está sendo votado é realmente só a questão da devolução para os servidores de
30 valores que no âmbito do processo administrativo disciplinar houve a decisão de restituição à
31 Universidade. Os servidores fizeram um pedido bastante amplo de revisão dos processos
32 administrativos disciplinares para a Procuradoria Geral, o que ensejou o parecer que consta na
33 pauta, que é bastante extenso, bastante detalhado. Na maioria dos pedidos a PG opina pelo
34 indeferimento, inclusive com relação à revisão da penalidade, mas especificamente com relação
35 a um dos pedidos a PG opinou pelo deferimento, que é exatamente o que está na pauta, a
36 devolução dos valores de R\$11.500 e R\$7.088. Então, cientes desse parecer da Procuradoria
37 Geral, os servidores apresentaram um novo pedido, que é o que inicia a pauta, restringindo a
38 solicitação de encaminhamento ao Consu exclusivamente ao ressarcimento. Então eles
39 desistiram dos outros pedidos de revisão, restando somente o pedido de ressarcimento, que teve
40 parecer favorável. Por isso é só isso que está vindo para a pauta para decisão. A professora

1 Claudia também comentou que havia uma manifestação do Judiciário com relação à
 2 improbidade, no sentido de que como houve o ressarcimento, ele entendia que houve uma
 3 amenização da falta. Observa que são valores distintos, pois houve mais de um processo. O que
 4 a PG está opinando pelo deferimento, e que o Judiciário entendeu expressamente que houve
 5 uma devolução indevida, é o que está em pauta, inclusive vai ler o trecho do acórdão: “daí não
 6 há que se falar em restituição de valores ou ressarcimento de danos, sob pena de ofensa ao
 7 princípio do enriquecimento sem causa”. O MAGNÍFICO REITOR observa que esse trecho
 8 fala da restituição de valores à Universidade, não é da Universidade para o servidor. A Doutora
 9 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que como a Universidade havia
 10 solicitado a devolução e eles devolveram esses valores, o Judiciário, ao olhar, falou que não
 11 caberia essa restituição dos servidores para a Unicamp. Por isso agora a Universidade tem de
 12 refazer a operação, se o Conselho deferir, para devolver novamente para os servidores. Então é
 13 só esse ponto. O acórdão complementa: “e não se nega que a forma do repasse de tais verbas
 14 por meio de contas particulares pode ter sido equivocada e até mesmo ilegal, mas que não havia
 15 enriquecimento”. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que lhe
 16 causou estranheza exatamente isso. Pode não ter sido legal, mas não ficou clara a improbidade.
 17 O que significa que teoricamente poderia ter sido ilegal, mas como não houve improbidade,
 18 então neste caso a Unicamp tem de devolver o dinheiro. O processo administrativo, que não
 19 conhece, pois corre em sigilo, optou pela devolução dos valores, mas o juiz diz que talvez tenha
 20 havido ilegalidade. Então quer dizer que dentro dos processos administrativos podem ter uma
 21 série de decisões sobre a ilegalidade, mas, no fim, não há necessidade de qualquer outra medida,
 22 se depois na justiça comum for decidido que não houve improbidade. O parecer da Procuradoria
 23 Geral deixa muito claro que a decisão cível não obrigatoriamente afeta a decisão administrativa.
 24 Então, era essa sua dúvida ainda quanto à questão, se o cível declarou que pode ter havido
 25 ilegalidade, mas não improbidade, e disse que a Unicamp talvez não devesse ter cobrado a
 26 devolução. E pergunta o que significa ilegalidade, se significa que podem cometer atos ilegais,
 27 mas desde que não fique provada a má-fé não haverá consequências concretas para ninguém.
 28 A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a questão aqui é mais
 29 quanto à forma. A ilegalidade que o tribunal apontou foi quanto à forma de repasse; isso ele
 30 considerou que foi legal, mas isso foi apurado pela Universidade e gerou uma penalidade
 31 administrativa. Com relação aos valores propriamente ditos, o tribunal entendeu que não houve
 32 ilegalidade porque foi comprovado em juízo que esse valor, embora a forma de repasse tenha
 33 sido ilegal, foi efetivamente utilizado para pagamento de itens do evento SimTec da
 34 Universidade. Por isso eles estão entendendo que nesse aspecto a Universidade tem de devolver,
 35 porque a Unicamp se valeu desse recurso para uma atividade da Universidade. Essa é uma
 36 situação; a outra é a da penalidade administrativa, e sobre ela a PG opinou pela manutenção. O
 37 MAGNÍFICO REITOR esclarece que esses recursos foram gastos em uma atividade que era
 38 prevista na época no GGBS, era um gasto possível. Ele foi feito por um caminho formalmente
 39 equivocado, mas o gasto não estava errado, não contradizia nenhuma das legislações do GGBS.
 40 Estão falando desse montante, e não do conjunto de recursos envolvidos nos procedimentos. A

1 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se há um outro montante que
2 também foi cobrado em outro processo e essa cobrança foi cabível, válida e será mantida. O
3 MAGNÍFICO REITOR diz que a questão aqui de votação é exclusivamente em relação a esse
4 processo em que foi apontada uma ilegalidade de forma, não uma improbidade administrativa.
5 O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que estão tratando somente deste assunto, não
6 precisam pôr os outros no pacote. Neste assunto, o Ministério Público fez uma acusação de
7 improbidade administrativa e enriquecimento ilícito. Consta no parecer PG, na análise do caso
8 concreto, que os servidores não foram, pelo que consta nos autos, processados criminalmente,
9 foram somente processados pelo Ministério Público de São Paulo em ação de improbidade
10 administrativa, julgada improcedente em segundo grau pelo TJ de São Paulo, conforme acórdão
11 anexo, do qual a doutora Fernanda leu algumas coisas. Então, analisando o acórdão proferido,
12 observa-se que o TJ de São Paulo entendeu que não havia provas suficientes de que houve ato
13 de improbidade administrativa. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que leu com
14 cuidado o parecer, que é bem claro, que apenas dá provimento aos pedidos de anulação da
15 decisão de ressarcimento, que são esses valores que estão colocados, que inclusive foram o
16 motivo da ação que subiu para o Tribunal de Justiça de São Paulo. Acha que o que estão votando
17 aqui, na verdade, é como a Universidade lida com essa decisão do Tribunal de Justiça, que
18 devem acatar. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que também achou o
19 parecer PG bastante claro, mas observa que sempre que começam a decidir aqui no Consu
20 coisas que se parecem muito com coisas judiciais, fica um pouco confuso. Supondo que a
21 Universidade negue, se existe uma decisão judicial dizendo que aquela cobrança não foi tão
22 correta do jeito que foi feita, pergunta se é correto pensar que imediatamente os dois
23 funcionários vão entrar na Justiça e a Justiça vai mandar a Universidade ressarcir de qualquer
24 forma, independentemente da decisão do Consu. Parece-lhe que é isso que vai acontecer, pois
25 eles têm razões legais para, caso o Consu negue, entrar na Justiça e receber os valores de
26 qualquer forma da Unicamp. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
27 confirma o entendimento do professor Ricardo. A Unicamp não é parte nesse processo, mas já
28 há o entendimento do Judiciário sobre esse fato especificamente encaminhado, e o pedido
29 administrativo de revisão sendo indeferido, eles podem judicializar e a chance de vitória é
30 grande. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que o senhor Edison Lins tem um
31 passado de mais de 40 anos pró Unicamp, pró funcionário e pró comunidade. O senhor Edson
32 Lins, pelo histórico profissional, foi nomeado coordenador da Educorp devido à sua capacidade
33 profissional. Ele enfrentou um processo judicial e o veredito final neste processo é claro, ele foi
34 inocentado pela Justiça comum. Segue a lei e votará a favor da devolução dos valores. O
35 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que também lhe chamou a atenção esse caso e
36 acha que o parecer foi bastante didático. Pelo que entendeu, o Consu já havia aprovado também
37 uma aplicação de penalidade administrativa de suspensão, mas o parecer deixa bastante
38 evidente que a restituição de prejuízo causado, inclusive com a atualização monetária dos
39 valores, é uma consequência de enriquecimento sem causa, conforme a lei. Como não houve
40 enriquecimento, não houve danos ao erário, o TJ deu provimento e acredita que a consequência

1 lógica é, se isso for indeferido pelo Consu, a judicialização vai se tornar um passivo para a
2 Unicamp e prolongar esse caso. Então votará favoravelmente ao pedido. A Conselheira
3 EVANIR LOPES TEIXEIRA diz que foi muito contemplada na fala de todos, mas registra sua
4 indignação com a fala da professora Claudia, que foi muito infeliz, porque ela não deve ficar
5 expondo o porquê de cargo ou não cargo. Conhece o senhor Edison Lins e ele é um homem
6 idôneo. É preciso ter cuidado ao expor alguém; o que estão discutindo aqui é apenas a devolução
7 dos valores, e não a questão de cargos. O MAGNÍFICO REITOR diz que foi ele quem indicou
8 o senhor Edison para coordenar a Educorp. Primeiro que essa indicação foi julgada pelo
9 Ministério Público e o Ministério Público não viu nenhum obstáculo. Nem sempre é fácil estar
10 no cargo de Reitor, em vários momentos precisa dosar as coisas. E uma das coisas que precisa
11 dosar é sempre pensar na relação entre o que as pessoas fazem e como julgam e como
12 eventualmente punem. Possui uma dificuldade de trabalhar com lógica binária; as doses de
13 culpabilidade nas coisas têm de ser dosadas. Todos os que ocupam cargos administrativos
14 podem eventualmente cometer erros, isso faz parte daquilo que vem junto com o cargo. Por
15 exemplo, tiveram aqui um caso em que foi negado um relatório de atividades por motivos
16 transversos. A Administração defendeu que isso não fosse feito, isso custou, teve um peso
17 político, mas na sua visão era, do ponto de vista da formalidade institucional, o correto a se
18 fazer. Então precisam tomar cuidado com a forma como usam essas questões de punição. Não
19 podem transformar todo e qualquer erro administrativo em uma improbidade ou em algo que
20 macule o nome das pessoas. Esse tem de ser um cuidado, porque todos estão sujeitos a isso;
21 precisam evitar procedimentos, e isso vale para toda a comunidade, alunos, professores,
22 funcionários, de sempre procurar fazer com que os julgamentos gerem eventuais punições
23 adequadas ao nível de equívoco que foi cometido. Porque o objetivo disso é mudar a realidade,
24 é formar pessoas, é melhorar e aprimorar processos, não é “caça às bruxas”. Então, essa é uma
25 preocupação, e sempre tem feito essas coisas deixando a Procuradoria Geral bem à vontade
26 para expressar a base jurídica dessas decisões, para que a Universidade se apoie nesse parecer
27 jurídico e faça isso de uma forma bem leve. Porque o objetivo é fazer com que a Instituição se
28 aprimore ao longo do tempo. O professor Wagner citou que é um caso concreto, o professor
29 Ricardo também levantou a possibilidade de recurso deles, mas acha que tem mais do que isso.
30 Tem um aprendizado institucional que devem valorizar, pois sempre estarão enfrentando, em
31 uma instituição tão complexa como esta, avaliações sobre isso. O importante é que não percam
32 o rumo; o objetivo é fazer a Instituição avançar. Devem sempre procurar diferenciar o que está
33 por trás desses equívocos eventualmente, não prejudicar com demasia, contundência. Passaram
34 recentemente no país como um todo por coisas desse tipo, que geraram repercussões
35 extremamente negativas. Devem evitar isso, pois as instituições não crescem desse jeito; quer
36 deduzir dessa experiência um aprendizado institucional para lidar com isso de uma forma mais
37 positiva no futuro. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada
38 com 44 votos favoráveis, 10 contrários e 07 abstenções. Passa ao item 01 do Adendo à Ordem
39 do Dia – Proc. nº 37-P-7244/2020 –, de Luiz Ariovaldo Fabri Junior, que trata de recurso de
40 nulidade interposto pelo interessado contra o resultado do concurso de Professor Doutor, nível

MS-3.1, em RTP, na área de Computação, junto à Faculdade de Tecnologia. O assunto foi destacado pelo professor Hugo Figueroa. O Conselheiro HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA diz que lhe chamou a atenção o fato de ter sido aprovada no concurso público, e isso envolve atividades em nível de graduação e pós-graduação, em que as aulas na graduação têm de ser ministradas em português, uma candidata que não é fluente em português. Portanto, ela teria dificuldades em ministrar essas aulas na graduação. Foi apresentado um recurso por um dos candidatos que fez o concurso e na contestação a esse recurso não percebeu que essa questão tenha sido abordada de forma clara. Pergunta qual seria a postura da unidade que está aprovando essa candidata, considerando essa situação, e como será abordado esse caso, de não se ter um professor fluente em português e já iniciar suas atividades ministrando disciplinas em nível de graduação. Obviamente isso tem um impacto, tem consequências na transmissão dos conhecimentos para esses alunos. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE expressa uma questão de ordem: o senhor Luiz Ariovaldo Fabri Júnior mandou um *e-mail* para todos os conselheiros pedindo a retirada de pauta. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER diz que este assunto foi amplamente debatido na Faculdade, e vai ler um texto que contém a postura oficial da unidade, um texto que não reflete apenas sua opinião, mas uma opinião coletiva: “A professora Nusrat Jahan Lisa foi aprovada em primeiro lugar em um concurso público para a disciplina TT 106, Organização e Arquitetura de Computadores, em novembro de 2022. Em função de atrasos na tramitação da contratação, a professora Lisa, na condição de pós-doutoranda do Instituto de Computação da Unicamp, está participando das atividades de ensino dessa própria disciplina, no primeiro semestre de 2023. Amparada pela deliberação Cepe-A-06/2022 e aprovada pela deliberação da congregação da FT número 46/2023, que autorizou sua participação sob a supervisão do professor Plínio Roberto Souza Vilela, atual coordenador dos cursos da área de Computação, para ministrar aulas nas turmas A e B às sextas-feiras das 19h às 23h e às quartas-feiras das 14h às 18h, no período de 3 de março a 18 de julho de 2023. A professora conta com o apoio de um PED e dois PADs. Não há problemas de comunicação da professora com os alunos. As dificuldades de idioma estão sendo sanadas pelo esforço da própria professora e com o apoio dos monitores. Na reunião de avaliação e discussão de cursos deste semestre, a didática da professora foi elogiada. É importante destacar que a professora é especialista na área, tem uma experiência internacional muito importante para o curso e para a FT. Ela está aproximadamente há um ano e meio na Unicamp, tem se esforçado bastante para resolver as questões do idioma, todo o material didático da professora está disponibilizado para os alunos em idioma português. A Unicamp tem investido na sua internacionalização. A doutora Lisa está na Unicamp como pós-doutoranda com bolsa Fapesp, se deslocou da Alemanha, da Universidade de Dresden, por acreditar que a Unicamp é uma universidade de destaque. Temos na nossa Faculdade uma professora com vivência internacional, graduação e mestrado em Bangladesh e doutorado na Alemanha e na Dinamarca, poderá agregar muito na internacionalização do ensino, da pesquisa de nossa unidade. Conclusão, a FT entende que essa situação é temporária e os benefícios são muito maiores do que possíveis dificuldades iniciais que estão sendo sanadas com o apoio de

1 um PED e dois PADs. Finalmente destacamos que o acompanhamento e o acolhimento da
2 professora em nossa Faculdade estão sendo feitos de forma contínua”. É essa postura oficial da
3 Faculdade de Tecnologia, em texto que foi elaborado em conjunto pela direção, coordenadores
4 e alguns membros da congregação também. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI diz
5 que recebeu esse *e-mail* e teve o cuidado de fazer uma ligação para o professor e conversar para
6 entender a situação dele. Já passou por um problema como PED de ter de traduzir aula de inglês
7 para português porque os alunos poderiam se sentir prejudicados. O professor Luiz não está
8 entrando no mérito da questão, ele pede apenas retirada de pauta, porque em breve talvez mais
9 pessoas entrem com recurso nesse caso. Então, teve esse cuidado de conversar com ele e achou
10 uma pessoa muito esclarecida, preocupada, então a ideia é retirada de pauta. A Conselheira
11 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que conhece essa docente que foi aprovada em
12 primeiro lugar, porque ela é uma das pesquisadoras de pós-doutorado do Cepid do qual é a vice-
13 coordenadora. Ela tem feito desde que entrou no pós-doutorado na Unicamp um esforço enorme
14 para estudar português; e os argumentos todos em favor dela que o diretor da unidade
15 mencionou, inclusive com boa avaliação por parte dos alunos, só mostram o cabimento dessa
16 nomeação. Também precisam lembrar todo o histórico da Unicamp e que há hoje em várias
17 unidades docentes estrangeiros aprovados em concurso que quando foram aprovados ainda não
18 falavam português, e nem por isso deixaram de exercer todas as suas atividades, com um pouco
19 de dificuldade de adaptação no primeiro semestre, mas aumentando a internacionalização da
20 Unicamp. Não vê por que não aprovar esse primeiro lugar. O Conselheiro MATHEUS ALVES
21 ALBINO diz que o fato de a docente não ser fluente em português é uma informação relevante,
22 é uma informação que não aparece no processo anterior, essa informação aparece tanto agora
23 no posicionamento oficial da FT, quanto na mensagem enviada pelo candidato que faz esse
24 pedido ao Consu. Avalia que isso não é suficiente para invalidar o concurso como um todo, mas
25 chama a atenção para um aspecto no posicionamento da FT, quando eles dizem que as
26 dificuldades serão sanadas por um PED e dois PAD. Acha que devem tomar muito cuidado
27 com os concursos que estão fazendo, e quando discutiram o ponto do programa de pós-
28 doutorado, se o pós-doutorado era a forma correta de iniciar a docência na Unicamp, acha que
29 muito disso é reflexo dessa situação perigosa de delegar para o PED e para o PAD algumas
30 atividades que são competência do docente. Então, essas dificuldades, tradução de material
31 didático etc., requerem cuidado, porque se começarem a contratar docentes que vão passar as
32 suas atribuições para PED ou para PAD, é melhor que façam, de fato, um processo de pós-
33 doutorado. Então chama a atenção para um problema que têm enfrentado de PEDs e PADs com
34 uma carga excessiva de atribuições nas disciplinas que não são atribuições de PED e de PAD.
35 O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que em relação à questão de
36 não falar fluentemente português, existe primeiramente uma questão jurídica. Se há essa
37 exigência de que se fale português para dar aula na graduação ou em qualquer disciplina a ser
38 ministrada, essa candidata não poderia ser contratada porque não estaria seguindo essa regra.
39 Mas pediu a palavra porque ficou confuso após a informação do conselheiro Adilton de que
40 houve um pedido de retirada de pauta, então queria entender quem pediu para retirar de pauta

1 e por quê. O MAGNÍFICO REITOR diz que não se trata de um conselheiro; observa que
2 nenhum conselheiro até o momento pediu para retirar de pauta e existe uma formalidade de que
3 uma pessoa de fora do Conselho não pode pedir para retirar de pauta. O Conselheiro
4 PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que sua dúvida era exatamente essa, quem
5 está pedindo, porque para pedir a retirada de pauta tem de ser conselheiro. Em relação ao caso
6 especificamente, não se trata de delegar função a PED e PAD. Se é uma exigência que ele fale
7 português, ele não poderia dar aula, mas se não há essa exigência, não vê problema, e não acha
8 que tenha de estar condicionado ao apoio de PED e PAD. A Conselheira ANNA CHRISTINA
9 BENTES DA SILVA diz que sua fala aqui é só em relação ao problema do preconceito
10 linguístico. Sabem que o mundo acadêmico é um mundo de muita circulação de professores e
11 pessoas em vários locais. Sabem também que no Brasil, mas também fora do Brasil, há uma
12 grande dificuldade em relação à aquisição de uma língua de forma que a pessoa seja totalmente
13 fluente, principalmente no que diz respeito a uma capacidade de fluência no campo acadêmico.
14 Isso é difícilíssimo em uma segunda língua. Então acha que devem ter muito cuidado ao qualificar
15 pessoas que saem de um país para outro para trabalhar, com o esforço que fazem para poder
16 falar uma segunda língua no campo acadêmico, no plano científico, isso é uma coisa difícilíssima,
17 e é algo que precisam levar em consideração quando uma pessoa resolve fazer esse tipo de
18 deslocamento na sua vida. Fica muito preocupada com falas sobre português fluente; acha que
19 todos aqui deveriam se colocar no lugar e lembrar de quando vão para o exterior e falam uma
20 segunda língua de maneira não tão fluente. Não gostariam de ser qualificados dessa forma.
21 Fazem um esforço para falar inglês, francês, espanhol, ou seja lá que língua escolham para ser
22 a sua segunda língua em termos de comunicação acadêmica. E acha que precisam ter esse
23 respeito também com os profissionais estrangeiros que vêm para a Unicamp. Então seria muito
24 importante desconsiderar totalmente falas em relação ao preconceito linguístico. Conviveu com
25 pessoas no exterior, principalmente nos Estados Unidos, que sofriam processos
26 discriminatórios porque falavam inglês com sotaque. Principalmente pessoas asiáticas,
27 chinesas, japonesas, coreanas que em geral conseguiam uma posição importante em
28 universidades americanas e sofriam muito preconceito em função do fato de precisarem ter uma
29 segunda língua no campo científico, no campo acadêmico. Isso é muito difícil e precisa ser
30 considerado. Acha que precisam ter respeito também pela banca, pelo modo como foi avaliado,
31 por tudo o que a lei brasileira permite. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO
32 corrobora com a fala da professora Anna Bentes, e observa que estão lidando com um pedido
33 de recurso, há o parecer da Procuradoria Geral, a manifestação da Faculdade de Tecnologia.
34 Devem se ater àquilo que está colocado nos autos do processo, até porque nas falas acessórias
35 por vezes acabam cometendo atos de preconceito. Está muito claro o parecer da PG, novamente
36 a PG fez um parecer muito competente, onde está explícito que as regras do concurso
37 possibilitavam que a candidata fizesse as suas provas na língua inglesa. Têm feito uma
38 discussão muito grande sobre a internacionalização da Universidade, então é claro que ela não
39 é fluente em português, ela vai ter, talvez, alguma dificuldade nos primeiros anos das aulas
40 faladas, mas ela não é contratada apenas para a docência. Ela é contratada para fazer pesquisa,

1 extensão, ela é uma servidora pública com diversas atribuições. Então está de acordo com o
 2 parecer que foi colocado pela PG e não vê sentido em discutir se vai haver retirada de pauta ou
 3 não. Acha que devem votar, e se considera absolutamente esclarecido sobre esse ponto. A
 4 Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que existem cinco itens
 5 avaliados na classificação das universidades nos *rankings* das melhores universidades do
 6 mundo, sendo um deles a internacionalização. E esse é um ponto em que se bate nesta
 7 Universidade há longo tempo. A internacionalização que os *rankings* olham é a quantidade de
 8 alunos não brasileiros nas universidades, mas a vinda de uma docente do exterior, que vai se
 9 esforçar para aprender o português, que vai trazer alunos de onde ela veio, vai ajudar a Unicamp.
 10 Se não começarem a lidar com esses pontos com maior agilidade e com maior aceitação, maior
 11 acolhimento, estão arriscados a continuar no 371º lugar ou cair mais ainda. Acha que isso de
 12 tudo os beneficia, inclusive aos alunos, que estarão expostos a uma situação e uma realidade
 13 diferentes. Então é completamente a favor da candidata. O Conselheiro MARCO ANTONIO
 14 GARCIA DE CARVALHO apoia a fala da FT, nas palavras do professor Leonardo, e acha que
 15 todos os pontos levantados pelo candidato que entrou com o recurso pela nulidade foram
 16 debatidos, foram respondidos tanto pela comissão, pela banca examinadora, como pela PG.
 17 Então todos os pontos levantados para nulidade foram atendidos nessa documentação que se
 18 encontra para avaliação. No mais, acredita que a questão da fluência, ou da boa ou da má
 19 comunicação dela, não está nessa pauta da nulidade do concurso. É uma colega da Faculdade,
 20 não a conhece pessoalmente, mas pelas razões também que a professora Heloise acabou de
 21 comentar sobre a internacionalização, esse é um item que pesa muito para a FT. Também não
 22 vê motivo para a retirada de pauta, sente-se bem esclarecido quanto à votação agora e é
 23 favorável inclusive à homologação do concurso. O Conselheiro RICARDO MIRANDA
 24 MARTINS diz que considera a documentação muito clara, mas sobre o questionamento de a
 25 pessoa não ser fluente em português, aceitam que as pessoas façam concurso em inglês na
 26 Universidade. Então é um pouco complicado exigir que a pessoa chegue fluente, já que dão a
 27 oportunidade de ela fazer a prova em inglês. Considerando também o tempo que leva entre a
 28 pessoa fazer o concurso e de fato ser contratada, acha que a pessoa que fica em primeiro no
 29 concurso consegue aprender um português suficiente para começar a lecionar. No caso em
 30 questão, como o professor Leonardo bem esclareceu, a candidata aprovada é atualmente pós-
 31 doutoranda na área de Computação e está dando aula. Talvez com apoio do PED e PAD, em
 32 uma situação meio temporária, porque ela é pós-doutoranda, uma espécie professora voluntária,
 33 mas até seguir a contratação acha que isso já vai estar sendo resolvido. Reforça o que a
 34 professora Heloise comentou, e arrisca dizer que talvez o Imecc seja o Instituto com maior
 35 percentual de professores não brasileiros. São pessoas que chegaram sem um português fluente,
 36 mas dá aqui seu testemunho de que alguns deles se tornam mais fluentes que os brasileiros em
 37 curto prazo. Internacionalização da universidade às vezes passa por contratar pessoas que vão
 38 adquirir fluência no idioma em alguns semestres. Em todo caso, essa situação pode ser
 39 resolvida. Hoje na Cepe o professor João Romano estava comentando sobre um edital de apoio
 40 para disciplinas que vão ser oferecidas em inglês nas unidades. Se há uma pessoa que é fluente

1 em outro idioma que não seja o português, já é um bom ponto de partida para oferecer essas
2 disciplinas. Então acha que isso está bastante alinhado com o que a Universidade deseja. A
3 Conselheira KÁTIA LUCCHESI CAVALCA DEDINI diz que passaram por uma situação
4 semelhante na Faculdade de Engenharia Mecânica. Houve um candidato que não falava
5 português, e não há o que fazer; não tem respaldo jurídico questionar isso porque estava aberto
6 a candidatos que falassem outras línguas. Então ele fez a prova, ficaram preocupados, porque
7 ele realmente não falava nada de português, então foi tudo feito em inglês, porque realmente
8 no edital não estava previsto que o candidato tinha de falar português. Ele fez a prova e ficaram
9 esperando o resultado e pensando em como iriam tratar o assunto, porque muitos alunos da
10 Unicamp falam inglês muito bem, mas muitos não. E agora estão em um processo de inclusão
11 cada vez maior, então precisam talvez pensar em como solucionar essa questão, e não ficar
12 questionando algo que não há como questionar. Se foi aberto e não havia nenhuma restrição
13 quanto à língua, aceitou-se a inscrição do candidato, não tem muito o que discutir. Precisam
14 pensar em como resolver, porque muitos alunos realmente não vão conseguir acompanhar a
15 aula. O Conselheiro HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA diz que seu
16 questionamento era em relação às providências que seriam tomadas levando em conta essa
17 situação, não a questão da aprovação da candidata. Porque isso está muito bem esclarecido já
18 nos documentos, tanto no recurso como na resposta a esse recurso. Sua preocupação era com
19 relação à qual seria a estratégia para tentar superar essa dificuldade por parte da FT. O professor
20 Leonardo esclareceu como estão tratando a situação, e aproveita a manifestação da professora
21 Kátia para colocar que talvez seja interessante ter algum protocolo, ou alguma forma
22 institucional de abordar essa situação, já que essa situação vai ser provavelmente cada vez mais
23 frequente. É extremamente a favor da internacionalização, inclusive é uma atividade para a qual
24 a Feec está dando a máxima prioridade. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que
25 a questão que trouxe sobre os PED e PAD é uma questão lateral, não tem nada a ver com o
26 mérito no caso, mas acha importante levar em consideração sempre nas decisões. Infelizmente,
27 é papel do Consu julgar esse tipo de recurso depois de extensamente debatidos dentro da
28 unidade, e acha que em respeito a esse debate, vê que as regras do concurso foram bastante
29 claras, que os pontos levantados pelo candidato que entra com recurso foram respondidos nos
30 pareceres. E considerando também todas as falas dos conselheiros, não vê motivo para retirada
31 de pauta, nem que os elementos trazidos no recurso sejam suficientes para o deferimento. O
32 Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI diz que não existe intenção nenhuma aqui de julgar
33 a nacionalidade da pessoa, não existe preconceito nenhum, inclusive ele é do GT de cotas.
34 Apenas gostaria de dar oportunidade para o conselheiro Adilton ler um trecho do que a pessoa
35 que entrou com recurso pediu. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que tem oito
36 mandatos no Conselho Universitário, conhece muito bem o seu Regimento Interno e sabe muito
37 bem quem pode fazer o pedido de retirada de pauta. Ocorre que foi acionado pelo candidato
38 enquanto conselheiro, e foi assim que respondeu a ele. Ele já mandou dois e-mails, um deles é
39 de hoje e coloca que: “Isso se faz necessário pois, de acordo com o próprio edital do concurso,
40 os candidatos podem apresentar recursos até o quinto dia após a publicação do resultado no

Diário Oficial do Estado. No entanto, o resultado ainda não foi publicado, o que significa que o concurso ainda está no prazo para recursos”. E ele fala que o mais sensato no entendimento dele seria aguardar o prazo. E um segundo motivo que ele coloca é que na documentação da Ordem do Dia Suplementar não foram incluídos os anexos mencionados no texto do recurso protocolado. Ele acha que a ausência desses anexos prejudica a análise do conteúdo apresentado no recurso. Ao responder ao e-mail, perguntou se ele combinou com quem fez o destaque do item para fazer o pedido de retirada de pauta, e ele respondeu que sim, por isso não se pronunciou nesse sentido. Mas como isso não foi feito, solicita a retirada de pauta; se não sair de pauta, votam o item, e imagina que vão votar o parecer PG. O MAGNÍFICO REITOR diz que tem sido sempre afirmativo nessa questão da formalidade. Acha muito complicado isso de mudar decisões de banca; os diretores têm de pensar que essa situação agora afeta a FT, mas afetará em outro momento outras unidades. Então a formalidade indica questionar se foi feita alguma coisa errada, que é o que pode justificar alguma não homologação. Se o concurso pode ser inglês, então mais uma razão que deixa essa solicitação completamente desprovida disso. Isso não impede que a pessoa entre na Justiça, mas a Unicamp vai decidir com base nos seus estatutos, regimentos e procedimentos tradicionais. E na questão da internacionalização, não é possível querer internacionalizar mas não querer que uma pessoa que venha de fora, fluente em outra língua, seja professor da Universidade. Se fizerem isso, é uma desconexão entre uma meta e uma ação. Obviamente, entra a questão de como lidam com a atividade em sala de aula, e ter PED e PAD faz parte disso. O fato de a pessoa não falar fluentemente português não significa que ela está deixando PED e PAD solto, pelo contrário, ela deve estar dando muito mais assistência, perdendo muito mais tempo para tirar bons frutos dessa situação adversa. Precisam dar um voto de confiança à banca e à própria unidade estão fazendo uma avaliação positiva do desempenho da candidata. Possuem uma meta, e espera que em algum momento o professor Petrilson traga uma boa novidade aqui de envolver mais o IEL e o CEL no ensino de línguas para o conjunto dos alunos. Sabem que é um desafio, mas não resolvem esse desafio fazendo com que pessoas que sejam fluentes em inglês e têm alguma deficiência em português não entrem como docentes da Universidade. O problema que precisam resolver é de os alunos serem mais fluentes em inglês, é esse o desafio para internacionalizar a Universidade. Então devem transformar as dificuldades em motores de solução, e não impedir que as dificuldades apareçam, porque o que estarão fazendo é se isolar de um ambiente acadêmico que passa necessariamente por uma atividade relacionada com o exterior. Já foi aluno da graduação e havia várias dificuldades, professores de Matemática de origem indiana, mas sobreviveram, se formaram e tiveram carreiras de êxito. Não havendo mais observações, coloca primeiramente em votação a retirada de pauta da matéria, que é rejeitada com 47 votos contrários, 11 votos favoráveis e 01 abstenção. Em seguida, submete à votação o parecer da Procuradoria Geral, que é aprovado com 51 votos favoráveis, 03 contrários e 04 abstenções. Portanto, o recurso foi indeferido. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A – Cotas Étnico-Raciais nos Programas de Pós-Graduação da Unicamp – Para ciência e discussões prévias - 01) Proc. nº 01-P-11259/2022 - Proposta de Deliberação Consu

sugerida no relatório final do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria GR-22/22, para estudar a adoção de cotas étnico-raciais na Pós-Graduação. B – Relatórios Semestrais das Câmaras do Consu - 02) Proc. nº 01-D-16024/2023 e 01-D-20395/2023 - Relatórios Semestrais da Câmara de Administração e da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, referentes ao período de 1º.10.2022 a 31.03.2023, de acordo com o inciso IX do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do Regimento Interno do Consu. C – Conselho de Orientação – Faepex – Indicação de Membros e Relatório Inciso VI do art. 6º e art. 7º da Deliberação Consu-A-24/2003 - 03) Proc. nº 01-P-6002/1990 - 1) Indicação de membros para compor o Conselho de Orientação do Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir de indicações aprovadas pelas Congregações das Unidades e pelas Pró-Reitorias, conforme sugestão apresentada pela PRP; e 2) Relatório anual do Faepex, referente ao exercício de 2022 – Memo. Faepex-02/23. D – Comissão de Vagas não Docentes – Indicação de Membros - Deliberação Consu-A-18/2013 - 04) Proc. nº 01-P-3972/1999 - Indicação de Representantes dos Diretores de Unidades de Ensino e Pesquisa para compor a Comissão, conforme segue: Área de Exatas - Titular: Mônica Alonso Cotta - Suplente: Ricardo Miranda Martins; Área de Ciências Humanas Sociais e Artes - Titular: Renê José Trentin Silveira - Suplente: Petrilson Alan Pinheiro da Silva; Área de Ciências da Engenharia: Titular: Dirceu Noriler - Suplente: Hugo Enrique Hernandez Figueroa; Área da Saúde - Titular: Ciro Garcia Montes - Suplente: Sara Teresinha Olalla Saad. E – Composição do Consu – Para Ciência – aguardando estudos e proposta a ser apresentada oportunamente - 05) Proc. nº 01-P-9223/2020 - Relatório Final do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias GR-38/20, 74/20 e 13/21, para estudar e propor adequações na composição do Conselho Universitário; e propostas apresentadas pelo Conselheiro Matheus Alves Albino, da Representação Discente, de minutas de alteração do Regimento Interno do Consu e Estatutos da Unicamp. F – Moção - 06) Proc. nº 01-D-11501/2023 - Moção de Apoio ao Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan, e ao Reitor da Universidade Estadual de Campinas, Antônio José de Almeida Meirelles, pelos estudos visando a implantação do curso de medicina junto à Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP/Unicamp), apresentada pela Câmara Municipal de Piracicaba/SP – Moção nº 42/23 e Despacho GR-287/23. 07) Proc. nº 01-D-16406/2023 - Moção de Apoio à iniciativa da Reitoria da Unicamp ao colocar em discussão no Conselho Universitário a criação de cotas para docentes negros na Unicamp, apresentada pela Câmara Municipal de Campinas/SP – Moção nº 54/23 e Despacho GR-386/23. 08) Proc. nº 01-D-11603/2023 - Moção de Aplauso à pesquisadora da Unicamp Cecília de Carvalho Castro e Silva, do Instituto de Química, por desenvolver um equipamento que detecta a formação de câncer de mama seis meses antes do nódulo aparecer, apresentada pela Câmara Municipal de Campinas/SP – Requerimento nº 526/23 e Despacho GR-285/23. O MAGNÍFICO REITOR observa que no item 05 do Expediente anexaram, na questão da composição do Consu, novamente o relatório final do grupo de trabalho e também a proposta apresentada pelo conselheiro Matheus Albino. A Reitoria se compromete a apresentar no futuro Consu uma proposta que tente de alguma forma, com base nessas propostas, discutir a questão da composição do Consu. Colocaram o relatório e a proposta do

1 conselheiro Matheus Albino como elementos de continuidade da discussão e apresentarão
2 oportunamente uma proposta em relação ao assunto. Em seguida, passa a palavra ao senhor
3 Everaldo para falar sobre a questão do crédito do salário. O SENHOR EVERALDO PINHEIRO
4 diz que a DGRH, para dirimir qualquer dúvida, decidiu tornar público o último e-mail que o
5 Banco do Brasil lhes enviou. O problema continua ainda em algumas outras instituições, a
6 Unicamp não é a única. O banco deixou bem claro que é um problema que está acontecendo no
7 seu processamento. A última previsão era que os créditos estivessem disponíveis às 15h, mas
8 até agora isso ainda não ocorreu. A equipe da DGA, que é responsável pela transmissão do
9 arquivo, fez todo o processamento na data prevista, no horário previsto. Eles estão em contato
10 permanentemente com o gerente de relacionamentos para órgãos públicos do Banco do Brasil,
11 estão fazendo uma cobrança muito séria ao banco, portanto ressalta que o problema está no
12 Banco do Brasil. A DGRH, para deixar muito transparente, deixou disponível no *site* da DGRH
13 o e-mail, já encaminharam também por e-mail para todos os servidores da Universidade. Então
14 esse problema não foi sanado no Banco do Brasil, mas a Unicamp seguiu todos os prazos
15 estabelecidos. O Professor ZIGOMAR MENEZES DE SOUZA diz que acabou de falar com o
16 gerente que cuida da folha da Universidade e ele disse que vai honrar o contratual, pois até a
17 meia-noite de hoje é contratual, tem de acontecer. E não é só a Unicamp que está com problema,
18 o Tribunal de Contas do Estado também está. Já estão aparecendo boatos de que a Unesp
19 recebeu, a USP recebeu, isso não é verdade, está aleatório, o problema é em Brasília. Então
20 tudo da Unicamp está correto, folha enviada recurso, o problema é bancário e ele garantiu que
21 até a meia-noite de hoje vai ser executado o pagamento. Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR
22 passa a palavra a professora Rachel Meneguello, que coordenou o grupo de trabalho sobre cotas
23 étnico-raciais nos programas de pós-graduação da Unicamp, cujo relatório consta no
24 Expediente. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que encaminharam o relatório desse
25 GT para esclarecer para os membros a origem desse assunto. Ele surgiu de um debate interno à
26 CCPG e também da APG, para que discutissem a implementação das políticas de ação
27 afirmativa por meio de cotas na pós-graduação da Unicamp. Em março de 2022, montaram o
28 GT no âmbito da CCPG e depois o ampliaram com outros membros. Não foram só
29 coordenadores de unidades que participaram, mas também alunos, representantes da APG,
30 funcionários participaram desse GT. E nesse ano todo discutiram e fizeram um longo trabalho
31 de reflexão sobre a adoção de cotas na pós-graduação. Esta Casa, especialmente aqui o Consu,
32 já passou por longas discussões sobre as políticas de inclusão por meio de cotas no momento
33 da adoção das cotas na graduação. Então certamente não vai repetir aquela discussão toda, pois
34 acha que isso está ou na memória de todos ou nos registros. Claro que sempre é bom debater,
35 mas acha que não é o caso aqui, porque isso é um expediente apenas. Não é uma proposta pronta
36 para o Consu para uma votação, mas não custa lembrar que a política de cotas passou em 2012
37 pelo STF alegando essa constitucionalidade. Não custa lembrar que, em 2016, o próprio
38 Ministério da Educação emitiu portaria solicitando às instituições federais que adotassem cotas
39 nas suas pós-graduações. Essa portaria, inclusive, definia que a Capes deveria ter um banco de
40 dados sobre política de cotas, o que nunca aconteceu, a Capes nunca formou esse banco de

dados. Então hoje não possuem esses dados em nível nacional, dados que sejam exaustivos sobre até onde esse experimento das cotas e essa política de cotas foi de fato implementada. O que há é o observatório das ações afirmativas, formado por acadêmicos, que possui um levantamento importante no país e, em 2021, o dado que possuem é que por volta de 45% dos programas de pós-graduação do país adotam políticas de ação afirmativa por meio de cotas ou por meio de pontuações, ou bônus, mas adotam políticas de inclusão dessa natureza. Nesse meio-tempo de trabalho do GT, fizeram seminários, discussões, convidaram a própria coordenadora desse observatório para conversar, o professor José Alves, para falar da experiência da graduação na Unicamp, a professora Sílvia Santiago, pela DEDH, para contar um pouco sobre as questões envolvidas na política de inclusão. E fizeram uma pesquisa interna, porque vários programas de pós-graduação já tinham adotado cotas desde o momento da política na graduação. Fizeram uma pesquisa interna, um *survey*, para identificar um diagnóstico, para identificar quais programas e quantos programas já adotaram políticas de cotas, quantos estariam dispostos e quantos não estariam dispostos a essa política. Esse documento que consta no Expediente traz os resultados gerais do levantamento: quase 43% dos programas já adotam cotas na Universidade. Naquele momento, na pesquisa, e esse número já está sendo alterado, 40,2% estavam dispostos a adotar. Nesse meio-tempo, alguns já estão adotando, e há um percentual menor, de quase 17% de programas, que não estão dispostos a adotar por vários motivos, que estão colocados no texto. Apresentam como relatório do GT uma política de inclusão de quatro pontos, que se tornaram uma minuta de deliberação a ser encaminhada aqui para o Consu, claro que passando pela Reitoria, passando pela PG e depois apresentada aqui, mas esses quatro pontos são os seguintes. Primeiro é o mais óbvio, é a ampliação das condições de permanência dos alunos. A política de cotas e qualquer política de inclusão necessita desse ponto para a sua implementação. Aqui estão falando da moradia, dos auxílios, da ampliação do que já possuem na Universidade para dar conta dessa inclusão presente e futura. Segundo é a dotação de recursos aos organismos competentes na Universidade, notadamente a DEDH, para que tenham condições de logística, de aperfeiçoamento do que existe para as bancas de heteroidentificação, tudo isso é importante. Terceiro ponto é a ampliação e o aperfeiçoamento das informações institucionais sobre os benefícios e os auxílios que a Universidade oferece. Deparam-se com muitos depoimentos e com muitos relatórios dos programas dizendo que alguns alunos não têm noção de que eles não vão pagar taxa, não têm a clareza de que eles terão auxílios internos, e isso muito claramente se deve à falta de comunicação dos próprios editais de seleção. A CCPG tem estimulado que sejam mais densos em termos de informação para que isso seja viabilizado como um maior contato com essas populações que poderiam vir para cá e têm um certo receio de vir, porque acham que não vão conseguir dar conta de ficar na Unicamp. E o quarto é o embasamento dessa política de inclusão em uma orientação institucional que é o propósito da deliberação e que tem uma sugestão de encaminhamento já para a comunidade conhecer neste Expediente. É uma proposta de deliberação que tem também ali os seus pontos, sendo o primeiro deles que todos os programas de pós-graduação da Universidade ficariam a partir de então orientados a

estabelecer políticas de ações afirmativas na modalidade de cotas étnico-raciais. Nesse artigo há um parágrafo único que estabelece que os programas de pós-graduação, ao avaliar o seu atendimento, podem abrir a sua política de inclusão para outros grupos. Fizeram um debate sobre a questão das cotas étnico-raciais, mas já há programas que fazem a inclusão com outros grupos, o grupo dos transexuais, os próprios indígenas, sobre o qual não debateram porque é um debate com outra direção de qualificação de quem trouxeram para conversar. Então esse parágrafo único abre aos programas a possibilidade de ampliar internamente essa inclusão. Decidiram também aqui apresentar, no Artigo 2, a sugestão de que o percentual destinado às políticas de ações afirmativas nos processos seletivos abranja ao menos 25% do total das vagas disponibilizadas. Também definiram que a PRPG deve concentrar um órgão de informação e de apoio, não apenas à implantação dessa política, fazendo o seu diagnóstico, tendo os seus dados, tendo um banco de dados mais bem feito, mas fazendo a avaliação anual do desempenho dessa política na pós-graduação. Políticas são feitas também para serem avaliadas, e então levariam para a PRPG esse organismo a ser formado para essa avaliação da política. E no Artigo 4, a vigência está explícita no princípio de que a política de ações afirmativas é, por natureza, uma política de aplicação temporária. O seu objetivo é corrigir desigualdades e distorções, a avaliação periódica da implementação da política de ações afirmativas e modalidade de cotas nos programas de pós-graduação deverá subsidiar a vigência dessa deliberação. Essa avaliação do sucesso da política, para que ela seja de fato implantada, pode durar anos. E acha mesmo que ela deverá durar anos, mas que dure; ela tem de ser implantada, ela vai ter o investimento da Instituição para isso e o convencimento dos vários programas de que essa é a política adequada. Esse é um movimento nacional, é um debate intenso no âmbito da comissão do plano nacional de pós-graduação, de estímulo de implantação de políticas, inclusive associadas às políticas do governo federal, para implantação da política de ação afirmativa por meio das cotas étnico-raciais. Então a Unicamp estaria entrando nesse movimento agora no âmbito da pós-graduação formalmente, e não apenas pela vontade de alguns programas ou pela disposição de alguns coordenadores ou colegas. A ideia é que formalizem isso na Universidade. Ela não está colocada como obrigatória, mas como orientação; entretanto, uma orientação do Consu, no seu modo de ver, é obrigatória. Cabe aos programas refletirem sobre isso. Então essa é a proposta que apresentam para a comunidade e a ideia é que no próximo Consu, ou quando for oportuno, isso apareça aqui para o Conselho Universitário para a sua avaliação e eventual aprovação. O MAGNÍFICO REITOR solicita aos diretores e a todos os membros do Conselho Universitário que encaminhem nas suas comunidades a discussão da proposta para a poderem votar essa política provavelmente no começo de agosto. Em seguida, passa a palavra aos inscritos no Expediente. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO parabeniza a professora Raquel Meneguello pelo empenho de sua equipe em levar esse debate da implementação das cotas étnico-raciais de forma bastante séria no âmbito do GT. Comunica que a Associação de Pós-Graduandos da Unicamp realizou sua eleição para a nova coordenadoria da entidade. Agradece aos colegas, deseja boa sorte aos novos e agradece a gentileza também dos pós-graduandos em reconduzi-lo para o Consu e para a CCPG. De 2019 a 2023, conseguiram fazer bastante coisa:

1 prorrogação dos prazos da pandemia, luta pela gratuidade da pós-graduação *lato sensu*;
2 revogaram a honraria do Jarbas Passarinho e tantas outras coisas importantes para a
3 comunidade. E, principalmente, uma coisa que contou também com a ajuda da PRPG, que foi
4 o religamento de estudantes desligados da Unicamp pelas consequências da Covid-19. Tiveram
5 também o prazer de lutar e conseguir o reajuste das bolsas de pós-graduação. Acredita que
6 reajustar os auxílios de permanência são um direito, aprovar uma composição mais justa no
7 Consu é um direito, aprovar as cotas étnico-raciais na pós-graduação, ter um transporte digno,
8 moradia digna, sem demorar 10 anos para fazer uma reforma é um direito e vão lutar por eles.
9 No início desta sessão falaram muito sobre memória, refletiram sobre a conquista da ampliação
10 da moradia, que começou com os primeiros que se levantaram para conquistar o direito à
11 permanência estudantil e por isso é importante lembrar que nada lhes foi dado. Tudo isso foi
12 conquistado a duras penas. Esta Universidade não pode esquecer que em 2011 um doutorando
13 em Sociologia, do IFCH, lutou pela moradia, e o perderam, como tantos outros. Um pesquisador
14 talentoso, que recebia fomento da Capes, do CNPq, da Fapesp, e foi punido pela Reitoria à
15 época, perdendo a bolsa que o mantinha. Ele havia perdido sua mãe recentemente e, a partir da
16 sindicância conduzida contra ele, sem os recursos, ele infelizmente não resistiu. Chama a
17 atenção porque o professor Fernando Costa, que levou o processo adiante, hoje é um quadro
18 pendurado na antessala do Conselho. Acredita que se esta Universidade tem memória, gostaria
19 muito de propor que a ampliação da moradia levasse o nome do Márcio Ricardo de Carvalho,
20 que morreu por lutar por ela. Essa história os ensina que não podem aceitar violência, não
21 podem aceitar agressividade, não podem aceitar perseguição. Quando isso acontece com
22 estudante, também pode acontecer com um docente ou com o Reitor. Faz um apelo, então, que
23 resolvam os problemas na Universidade sem exageros, sem perseguição, sem violência e sem
24 uma visão policialesca de universidade, fazendo justiça. O Conselheiro HERNANDES
25 FAUSTINO DE CARVALHO anuncia que o professor Marcelo Alves da Silva Mori foi
26 premiado pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia com o Prêmio de Jovem
27 Pesquisador dessa entidade. Além dele, o professor Daniel Martins de Souza recebeu, da
28 Schizophrenia International Research Society, destaque em pesquisa. E houve moção de
29 aplausos a dois professores do Instituto de Biologia, Fábio Papes e Mário Benson, pela Câmara
30 Municipal de Campinas, pelas suas ações em pesquisas. E finalmente informa que hoje está
31 saindo no Jornal da Ciência, da SBPC, um artigo com o qual colaborou chamado “Métricas
32 pelos caminhos e descaminhos de uma ciência em construção”. A USP e a Fapesp têm se
33 debruçado bastante sobre a questão das métricas e como elas são utilizadas em diferentes
34 situações. E acha que seria um caminho para a Unicamp também se informar, e nesse artigo há
35 alguma percepção do que significa a métrica na parametrização de currículos, e assim por
36 diante. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU agradece os colegas de bancada, sabem que
37 não existem chapas, mas existem alguns grupos em que há alguma afinidade de pautas e ideais
38 pela Universidade. Deixam alguns colegas da bancada, aos quais agradece: Mário Góes,
39 Cláudia Morelli, Lício Velloso, Márcia Abreu, Cláudia Cavaglieri, Benilton Carvalho,
40 Fernando Hashimoto e Marco Antonio Garcia de Carvalho. E aproveitar para agradecer e

1 homenagear também a professora Claudia Bauzer Medeiros, destacando sua atuação realmente
2 muito representativa, de 28 anos ininterruptos de Consu, o que significa que quando ingressou
3 na Unicamp ela já estava no Consu. Tem uma memória bastante viva de várias discussões
4 realizadas no âmbito da Universidade, teve o privilégio de conhecê-la mais de perto, ver qual o
5 seu nível de comprometimento com uma Unicamp cada vez mais pujante e importante na
6 sociedade. Na figura da professora Claudia Medeiros homenageia todos os colegas que deixam
7 a bancada. Houve uma renovação muito grande, então também dá as boas-vindas aos novos
8 eleitos e agradece todo esse convívio com a professora Claudia Medeiros. Aprendeu muito com
9 ela, gosta muito das discussões, sempre motivos para risadas, um ambiente muito agradável
10 poder sempre discutir os assuntos com ela. Um outro assunto que gostaria de trazer ainda em
11 tempo, ouviu algumas explicações na parte da manhã, mas tem uma pergunta específica direta
12 que gostaria de fazer sobre a Resolução GR-023/2023: se acúmulos de novas licenças-prêmios
13 e férias serão possíveis, se será permitido ou não. E, por fim, diz que visitou algumas unidades
14 falando sobre condições de trabalho e destaca que o pedido que foi feito pelo Instituto de Artes
15 e algumas carreiras especiais para tornarem automática também a contratação do pessoal das
16 carreiras especiais é algo que deveriam ter feito e não fizeram. Existem alguns cursos que vão
17 estar severamente prejudicados e acha que é muito importante que reflitam sobre este assunto.
18 O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO agradece a atenção e
19 paciência de todos os conselheiros, também está deixando o Consu nessa reunião. É membro
20 suplente, mas conseguiu participar de algumas reuniões ao longo desses dois últimos anos. E é
21 sempre um aprendizado estar aqui no Consu, seja no debate, na escuta, nas falas, nas decisões,
22 que nem sempre são aquelas que gostariam, mas é sempre um aprendizado e é bom participar
23 desse ambiente. Reforça a importância de a Unicamp discutir inovação no ensino, acha que é
24 sempre necessário procurar inovar nas propostas curriculares, nos cursos de graduação, inovar
25 nos espaços dedicados ao ensino, quem sabe estabelecer políticas de desenvolvimento de
26 competências digitais para alunos e professores, políticas de transformação digital na Unicamp.
27 Isso tudo faz parte também de uma política de permanência, de sucesso para o estudante na sua
28 passagem aqui pela Unicamp. Acha que é importante que se preparem para os desafios dos
29 novos estudantes, que buscam uma experiência universitária diferente, mais completa. O
30 Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI diz que hoje também se despede do Conselho
31 Universitário, já que seu mandato à frente do Instituto de Artes finaliza em 11 de julho.
32 Agradece pelo convívio neste Conselho durante os quase quatro anos em que esteve presente,
33 aos Reitores com quem conviveu, professores Marcelo e Antonio José, às Coordenadoras
34 Gerais, professoras Teresa e Maria Luiza, e todos os pró-reitores. Deixa um forte abraço em
35 cada conselheiro, em especial os colegas da área das Humanidades, dos quais esteve muito
36 próximo. Não pode deixar de registrar também gratidão à professora Mariana Baruco, diretora
37 associada do IA, e ao cumprimentá-la saúda a todos da unidade. Sobre os feitos e próximos
38 desafios da gestão, não é o seu objetivo nem seria conveniente detalhá-los aqui, farão isso no
39 relatório de gestão, mas algumas ações gostaria de pontuar brevemente. Na área de recursos
40 humanos da unidade, um ponto alto do período foi a expressiva quantidade de progressões

1 realizadas no IA, principalmente nos concursos de livre-docente, possibilitados sobremaneira
2 por ações da Administração Central e homologados nesta Casa. Hoje o maior desafio é na área
3 de recursos humanos, apontado aqui pela professora Marisa também, e a reposição de docentes
4 e de funcionários, mas estão caminhando na resolução desses problemas. Avançaram também
5 em dezenas de obras novas e reformas, e cita como exemplo a cobertura do Teatro de Arena,
6 que foi disponibilizada para uso preferencial do IA e hoje é um polo cultural da Região
7 Metropolitana de Campinas. Destaca também a finalização do centro acadêmico, prevista para
8 o próximo mês, e a finalização do Teatro Laboratório e outras obras que iniciarão em breve,
9 como o Núcleo de Acessibilidade do prédio principal da unidade. Um problema de extrema
10 relevância para a unidade é a paralisação das obras do Paviartes, também destacada aqui.
11 Certamente essas paralisações geraram um cenário difícilimo para toda a comunidade, contudo
12 enfatiza a sensibilidade e o apoio irrestrito da Administração Central para auxiliar nas demandas
13 geradas por esse atraso. Sublinha que todas as demandas encaminhadas para a Administração
14 Central foram atendidas até o momento. Há, sem dúvida, muitos desafios a serem vencidos e
15 deseja aos professores Fernando Hashimoto e Mauricius Farina que tenham os melhores êxitos
16 no período que se inicia como gestores do IA. A cerimônia de posse será no dia 03 de julho,
17 mas todos receberão formalmente o convite. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
18 MEDEIROS diz que este agora é seu último Consu, depois de 28 anos ininterruptos sendo
19 reeleita a cada dois anos. A primeira vez foi eleita como suplente na época do professor Martins,
20 porque naquela época havia candidatura para suplência e depois para titular, e pouco depois
21 passou a titular. E desde então vem sendo reeleita em diferentes categorias, e desde quando
22 anunciou sua despedida na Cepe do mês de maio, os membros da Mesa se pronunciaram, então
23 agradece antecipadamente os elogios que lhe fizeram e que talvez farão novamente, mas não
24 precisa se o tempo ficar apertado. Todos esses anos competiu com o professor João Frederico
25 sobre quem ficaria mais tempo no Consu. No total, acredita que ele tenha ficado mais tempo,
26 porque ele foi diretor, pró-reitor, mas ela sempre foi membro da bancada, então no total de anos
27 conseguiu esse recorde, derrotando o professor João Frederico. Em seguida, registra o fato de
28 que há décadas o Instituto de Computação vem sendo responsável, sob a coordenação do
29 professor Ricardo Anido, pelas olimpíadas de informática no Brasil. E este ano obtiveram o
30 recorde de 100 mil inscritos no Brasil inteiro. Isso é um trabalho muito grande, feito de forma
31 voluntária por vários docentes do Brasil todo, coordenados pelo professor Anido, com uma
32 equipe de docentes do Instituto de Computação. Então o papel do Instituto de Computação deve
33 ser reconhecido, assim como de outras olimpíadas que são tocadas aqui. Agradece à professora
34 Marisa pelas palavras, agradece a todos os que participaram com ela dos diferentes grupos, das
35 diferentes comissões do Consu. Termina dizendo o que já disse várias vezes: que entre
36 vantagens e desvantagens, dificuldades, obstáculos é uma alegria e um orgulho trabalhar na
37 Unicamp. Agradece muito a todos, e quem sabe volte ao Consu antes de completar 75 anos. A
38 Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que em 2020 foi criada a lei
39 complementar 1.354, que estabelecia um percentual de 16% da contribuição previdenciária de
40 inativos e pensionistas. Uma liminar colocada pela ADUnicamp suspendeu essa cobrança em

1 agosto de 2021. Em 2022, veio a lei complementar 1.380, que considera essa mesma
2 percentagem de 16% sobre a diferença entre o salário do aposentado inativo e do pensionista e
3 o teto do INSS. Parece, ao advogado da ADunicamp, que a liminar impetrada anteriormente
4 ainda é válida. Isso levaria a contribuição dos inativos e pensionistas a 11%, e não 16%. A
5 DGRH continua informando que a cobrança vai ser de 16%, o advogado da ADunicamp
6 continua dizendo que deve ser de 11%. Isso pode criar um passivo importante no futuro para a
7 Universidade, então gostaria que isso fosse examinado atenciosamente pela DGRH, para que
8 haja um esclarecimento geral quanto à porcentagem que deve ser descontada de inativos e
9 pensionistas. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que a cerimônia de
10 entrega do título de emérito ao professor Luiz Gonzaga Belluzzo foi muito significativa, muito
11 importante, reveladora e didática sobre a história do Instituto de Economia da Unicamp e
12 também da própria Unicamp. Agradece à Reitoria pelo apoio, aos conselheiros e conselheiras
13 que estiveram presentes, e convida todos a ler a reportagem no *site* da Unicamp, que está muito
14 interessante. Manda seu abraço aos colegas que deixam o Consu, com menção especial à
15 professora Claudia Medeiros e ao professor Paulo Ronqui, que está deixando a direção do IA.
16 Deseja sucesso no prosseguimento de suas carreiras. Sobre o item 05 do Expediente, referente
17 à composição do Conselho Universitário e as propostas para a correção do seu desequilíbrio a
18 partir da admissão de diretores dos colégios, mas não da coordenação da Cocem ainda em 2020,
19 ou 2021. Como já comentaram em outras oportunidades, foi feito um GT durante a pandemia,
20 que elaborou um relatório, e ele veio para o Expediente, mas depois não teve desdobramentos.
21 E agora esse item 05 traz o relatório novamente, com uma proposta dos alunos. Ficou em
22 dúvida, não sabe se isso já foi informado em outra instância, de qual vai ser o procedimento a
23 partir de agora. Porque há três propostas, porque aquele GT formulou duas propostas
24 alternativas. Reconhece o esforço da representação estudantil, liderada pelo conselheiro
25 Matheus, que inclusive estava nesse GT, mas suspeita, pelo que leu, que as propostas do GT
26 procuram dar conta dos outros problemas não só a representação estudantil. Então a discussão
27 deve partir, na sua opinião, da proposta do GT porque acha que ela é mais ampla, considerando
28 a demanda legítima da representação dos estudantes e funcionários. O Conselheiro BRUNO
29 GOMES XIMENES parabeniza o GGBS pela transparência ao divulgar as informações do
30 cartão VR. A comunidade está bastante ansiosa com isso, mas tem recebido muitas dúvidas
31 ainda de quando efetivamente vão ter o cartão e se nesse momento ele já vai ter o saldo, que é
32 o mais importante. Em segundo lugar, gostaria de saber quando vão ter um andamento concreto
33 da regularização do trabalho remoto ou híbrido, que seja a formalização de um GT, uma prévia
34 de minuta ou a implantação de um projeto piloto. Faz 1 ano e 8 meses que essa gestão estuda o
35 assunto, mas com base em dados externos, que sabem que são limitados e não são da realidade
36 da Unicamp. Precisam caminhar aqui para ter os próprios dados e as próprias conclusões. A
37 Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA diz que está recebendo muitos
38 questionamentos dos seus colegas do departamento. Hoje durante a CAD o senhor Reitor lhe
39 respondeu, de maneira bastante precisa, com respeito à questão dos direitos adquiridos, com
40 respeito às férias já acumuladas e licenças-prêmio já acumuladas, que ninguém vai perder

1 direito, que é apenas uma forma de as unidades se organizarem. Mas restaram duas dúvidas:
2 como a GR faz uma referência à proibição do gozo de férias fora dos períodos das férias
3 escolares, sua pergunta é, no caso dos docentes que estão ministrando disciplinas apenas na
4 pós-graduação, não na graduação, se essas disciplinas podem ser acumuladas na primeira parte
5 do semestre ou na segunda parte do semestre. Como muitos docentes têm férias e licenças-
6 prêmio acumuladas, pergunta se eles poderiam tirar nesses períodos, que são períodos letivos,
7 mas eles próprios não estão ministrando disciplina, então se isso seria legal. E a segunda questão
8 é com respeito a uma fala da CAD de uma professora que a preocupou, que é a questão dos
9 professores que deixam para tirar todas as suas licenças às vésperas da aposentadoria. Se isso é
10 algo que a atual Administração vê como problemática ou se vão poder continuar tirando na reta
11 final, deixar para gozar as três, quatro licenças acumuladas. Aproveita para agradecer à
12 professora Claudia; quando ela falou que não se candidataria foi um susto, porque certamente
13 ela seria eleita novamente. Todos aprenderam muitíssimo com ela. O Conselheiro CLÁUDIO
14 JOSÉ SERVATO pergunta, sobre o vale-refeição, se é verídica a informação de que até a
15 próxima semana as unidades receberão os cartões VR para distribuir aos servidores. Sendo
16 verídica, parabeniza a gestão, em especial o GGBS, pelo trabalho desenvolvido. Diz que o
17 Grupo Apesar completa 25 anos de existência, e nesse período procurou trazer para esta Casa
18 o pensamento dos servidores quanto às demandas da categoria que representa. No dia 1º de
19 julho de 2023, o grupo vai completar 25 anos e vão comemorar realizando uma feijoada no
20 Banescamp. Convida todos para comparecerem ao evento e os convites podem ser comprados
21 com ele ou com os conselheiros Adilton, Elaine José e Rafael do HC, ao custo de R\$80.
22 Parabeniza a professora Claudia pelos 28 anos de colaboração nesta Casa. Aprendeu muito com
23 ela e espera que ela retorne em breve. Em questionamentos e conversas, boa parte dos
24 servidores reconhece o esforço da atual gestão quanto à reposição das perdas salariais dos
25 últimos anos. A questão é que, devido há anos de arrocho salarial, devido a vários fatores,
26 muitos desejavam reajuste acima dos 10,51%, pois a situação, devido à crise, trouxe o
27 endividamento dos servidores públicos em geral e população. Fez uma ponderação na semana
28 passada quanto à necessidade de reajustar os auxílios existentes com o índice aprovado de
29 10,51%, a partir de julho. Esperam por isso. Muitos o procuraram informando que entendem os
30 números financeiros da Universidade, mas que dentro dessa visão há espaço para reajuste dos
31 auxílios existentes ainda no segundo semestre. Finaliza informando que esteve em Itapira, dia
32 2 de junho, no velório do servidor José Luiz Silveira, que contribuiu muito no Centro de
33 Computação, foi diretor do Cemeq durante anos e fez um belo trabalho na Prefeitura do
34 *Campus*. Pôde presenciar nesse dia o carinho das pessoas por ele, e apresentou as condolências
35 à família em nome do Cemeq, da Reitoria, do Grupo Apesar e do professor Tadeu. O
36 Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA parabeniza o GT, particularmente a
37 professora Rachel Meneguello, pela iniciativa de pensar as cotas da pós-graduação. Acha que
38 é o momento mais do que oportuno de discutir isso, o IEL já tem cotas na pós-graduação, e é
39 bom lembrar que já há cotas na graduação há mais de cinco anos. Na semana passada discutiram
40 cotas, aprovaram cotas em um programa de pós-doutorado para a Unicamp. Também há um

programa piloto da Reitoria, para o futuro, de concursos para docentes negros. Então, acha que devem cobrir todo o espectro se desejam uma Universidade mais inclusiva. Seu assunto é também relacionado à questão de inclusão e permanência estudantil, mas especificamente é um pedido à Administração Superior da possibilidade de contratação de mais intérpretes de Libras. Está havendo uma demanda crescente de alunos surdos na Unicamp; particularmente, no seu caso, tem um aluno de doutorado que é surdo, e quem trabalha com intérprete sabe que eles precisam ficar se alternando no trabalho. Então, por exemplo, uma aula não dá para ter só um intérprete, é preciso que haja pelo menos dois. Então é fundamental, se estão pensando em uma universidade cada vez mais inclusiva, discutindo inclusive a permanência estudantil, que tenham também um olhar para isso. Também cumprimenta a professora Claudia e o professor Paulo Ronqui pelos anos no Consu e deseja sucesso na continuação de suas carreiras. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO cumprimenta os colegas que estão os deixando, a professora Claudia Medeiros, que é um patrimônio aqui do Consu, o professor Paulo Ronqui. Destaca a importância das pautas que foram aprovadas nesta sessão, pautas que vão beneficiar os estudantes e as pessoas que trabalham na Universidade. A retomada de obras é um outro aspecto a ser comemorado. Também parabeniza o IE pelo título concedido ao professor Belluzzo, e já que foi tão ressaltada a importância da luta pela autonomia das universidades estaduais paulistas, instiga a todos a pensar em formas de lutar por outras dimensões da autonomia, além da autonomia financeira. E isso a leva à questão da regularização dos cargos na Alesp, que foi mencionada diversas vezes quando discutiram a reposição dos docentes MS aposentados. Reforça a fala do professor Claudio Coy quando ele coloca os diretores à disposição da Reitoria para ajudar a fazer pressão. Estão na dependência do TCE, da Alesp, do Governador, e precisam fazer algo para que a Universidade seja prioridade para esses órgãos. O tempo dessas instituições não é o tempo da Universidade. Estão engessados, amarrados pela demora em responder a uma demanda que é urgente e que é legítima. Vivem hoje o paradoxo de ter recursos, mas não ter vaga. Pergunta à Administração sobre o destino da proposta digital, com 120 vagas, com reserva para pessoas negras e com deficiência, que é uma matéria, como todos sabem, em que a Universidade está muito atrasada. Pergunta se vão suspender o edital até a regularização se efetivar, se não seria possível mantê-lo, considerando que o número de vagas é dinâmico devido às aposentadorias e a passagem para a titularidade, ou seja, há um deslocamento natural, um movimento que vai liberando as vagas, e também considerando o tempo que demoram para fazer concurso e contratar as pessoas aprovadas. Sugere que as vagas para titulares sejam distribuídas o mais rápido possível, já que possuem esses cargos. E por falar em tempo, faz uma menção à importância de a Unicamp debater a tese do Marco Temporal. O Jornal da Unicamp tem feito várias matérias sobre a questão dos povos indígenas e estimula toda a comunidade a se somar às iniciativas impulsionadas pelo coletivo de estudantes indígenas contra o PL 490, que implica uma regressão enorme não apenas para o direito dos povos indígenas, mas para toda a sociedade. Lembra que o *campus* foi um dos sete locais no Brasil em que ontem houve manifestações em homenagem a Dom e Bruno e isso certamente se deve à presença e à organização dos estudantes indígenas na Universidade e também aqui no

1 Consu. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que o primeiro ponto é sobre
2 uma sugestão da Reitoria em relação à verba dos editais de extensão. Já havia comentado
3 alguma coisa a respeito com o professor Fernando; sugere que talvez fosse considerada nos
4 editais de extensão que pelo menos parte da verba pudesse ser extraorçamentária, administrada
5 pela Funcamp. Sabe que é difícil, mas continua tentando. Porque nos projetos de extensão, em
6 muitos casos a natureza do gasto é bem diferente de projetos grandes de ensino e pesquisa, isso
7 principalmente em projetos que envolvem algum tipo de assistencialismo, e tem sido muito
8 difícil conseguir gastar o recurso da extensão. Às vezes o colega até tem um projeto e acaba
9 sendo aprovado com o AIU da unidade, porque tem muitos problemas para o uso da verba.
10 Parece que o PEX já fez isso há algum tempo, não sabe qual o montante da verba, mas fica a
11 sugestão. Aproveita para comentar sobre o que foi apresentado hoje na Cepe sobre o novo meio
12 de ingresso na Universidade, a proposta de ter um vestibular seriado que foi apresentada pelo
13 professor José Alves. Parabeniza a equipe envolvida e diz que talvez isso tenha impactos até
14 inesperados, principalmente em termos de divulgação da Universidade. Em muitos casos, os
15 alunos da escola pública nem sabem que há uma possibilidade de estudar na Unicamp. O
16 vestibular tem muita isenção de inscrição, mas o processo é complexo, antes do vestibular tem
17 de se inscrever para essa isenção e a Universidade acaba perdendo muitos alunos nesse
18 processo. A ideia de ter uma prova em que o aluno faça em sua própria escola e em algum
19 momento poderá ser contemplado com a vaga na Unicamp é muito boa. Alguns colegas falaram
20 na Cepe sobre o uso de algumas vagas que ficam ociosas por conta de evasão nesse programa.
21 Comenta também sobre o assunto do dia, da GR, sobre férias, licença-prêmio; sugere que a
22 DGRH faça uma instrução normativa ou algo parecido, pois ela é muito boa em explicar coisas
23 de forma didática. No seu *site* ela poderia explicar em linguagem popular essa nova forma de
24 proceder quanto às férias e licença-prêmio. Por fim, cumprimenta os colegas que estão deixando
25 o Consu, em especial a professora Claudia Medeiros e o professor Paulo Ronqui, que tem sido
26 um bom amigo aqui no Consu, sempre com boas ideias. O Conselheiro LEONARDO
27 LORENZO BRAVO ROGER parabeniza os colegas que estão terminando o mandato. O
28 Conselheiro MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA cumprimenta a professora Claudia Medeiros e o
29 professor Paulo Ronqui por esse tempo de bom convívio que passaram juntos no Consu.
30 Também cumprimenta o Instituto de Economia pelo merecido título do professor, um gigante
31 da economia aqui da Universidade; não pôde estar presente, estava ministrando aula na pós-
32 graduação, mas certamente foi uma homenagem muito bonita. Relata que no dia 29 de maio se
33 comemora o Dia dos Geógrafos e Geógrafas e no dia 30 de maio o Dia dos Geólogos e
34 Geólogas, e fizeram algumas atividades no Instituto, o que para eles é da maior importância. E
35 por fim ficou uma pequena dúvida, se for possível o esclarecimento, com relação ao
36 comunicado da Citic sobre o PATC e o PAT-PPI. Receberam um comunicado de que a Citic
37 colocaria no seu PCA aquilo que as unidades pediram. Só que não sabem o que foi ou não
38 aprovado. Então, se for fundamental para a unidade, não sabem se colocam no PCA com o
39 orçamento, de repente precisam de um equipamento importante, mas não sabendo se a Citic
40 aprovou ou não, não sabe como fazer. Alguns equipamentos colocados, sobretudo no PAT-PPI,

são fundamentais para melhorias do auditório do IG, mas ficou com essa dúvida. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO ressalta que o processo eleitoral da bancada docente se desenvolveu com muita amistosidade entre as pessoas que estavam concorrendo. Houve um debate promovido pela ADunicamp, que teve a presença dos grupos que estavam concorrendo e aberto também às candidaturas independentes. Parabeniza a ADunicamp pela oportunidade desse debate, as pessoas que foram eleitas, também as pessoas que estão deixando o Conselho neste momento, em especial a professora Claudia Medeiros, essa campeã do Conselho Universitário. Manda um abraço a ela e a agradece por sua dedicação ao Consu. Ressalta o título de professor emérito ao professor Belluzzo, foi uma tarde memorável em que aprendeu muito. Não fez a sua graduação na Unicamp, mas aprendeu muito sobre a história da Unicamp, o ineditismo da Unicamp entre as universidades no Brasil e especialmente aqui no Estado de São Paulo. Acha que há uma memória que precisa ser preservada e diz que foi muito interessante escutar o professor João Manoel, professor Belluzzo, professor Tadeu, professor Antonio José, a respeito dessa história dos anos iniciais da Unicamp. Informa que haverá um debate mandatado pela presidenta da ADunicamp, professora Sílvia Gatti, na terça-feira às 19h00, a respeito do Pids e do Hids, o polo de inovação e desenvolvimento sustentável e o Hids, que é o *hub* internacional de desenvolvimento sustentável. Já falou eventualmente na CAD ou no Consu a respeito dessas conexões entre Pids e Hids, o senhor Reitor também tem falado, e foi organizado na ADunicamp esse debate que vai ter a participação da Secretária de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Campinas, Carolina Baracat, do professor Mariano Laplane, pelo Hids, e da senhora Ernestina Carvalho, pela comunidade de Barão Geraldo. Convida toda a comunidade da Unicamp a participar desse debate. A Conselheira ROBERTA CUNHA MATHEUS RODRIGUES diz que pediu a palavra em um primeiro momento por causa de dúvidas em relação a GR, mas que já foi parcialmente esclarecida na reunião da CAD e acredita que as demais estão na lista dos esclarecimentos que serão prestados. Aproveita a oportunidade para também parabenizar os colegas que estão se despedindo, em especial a professora Claudia Medeiros pelos anos de dedicação profunda ao Consu. É importante que fique registrado o agradecimento e também aos demais colegas que estão se despedindo. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que a professora Claudia Medeiros é um exemplo de como atuar como representante docente, como conselheiro aqui no Consu, aprendeu bastante com ela. Faz algumas colocações que de vez em quando ela fazia e que o representou bastante no sentido de que as perguntas ou apresentações nem sempre eram fáceis, mas com o objetivo principal de crescimento de a Universidade tornar-se cada dia melhor. Então, agradece pelo aprendizado enorme proporcionado pela professora Claudia; todos sentirão sua falta e sabem que podem contar com ela sempre. Agradece pela reeleição e parabeniza a nova bancada; agradece também à bancada que atua até hoje e diz que estão dispostos a trabalhar juntos para o bem da Universidade. O ponto sobre a GR também está na sua pauta, mas isso já foi colocado; solicita que façam mais esclarecimentos, porque há muitas pessoas ainda com algumas dúvidas. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM cumprimenta a professora Claudia Medeiros, os professores Paulo Ronqui e Mariana pelo convívio durante os últimos anos, desejando sucesso

1 e descanso também. Parabeniza o IE pela concessão do título ao professor Belluzzo. Realmente
2 foi um momento de muita inspiração, e essa inspiração vai ao encontro do que a professora
3 Andréia colocou, da necessidade de se colocarem mais estrategicamente e de forma bastante
4 contundente junto aos órgãos de controle para conseguir manter a autonomia e expandi-la
5 dentro do necessário. E por fim, pergunta à Administração, em particular ao professor Fernando
6 Sarti, se este ano haverá uma nova rodada de distribuição de vagas Paepe. Como é sabido, a
7 FCA tem um quadro de funcionários bastante exíguo, muito aquém da sua necessidade do ponto
8 de vista até da operacionalização das atividades finalísticas. Pensando na diretoria de ensino e
9 diretoria de apoio técnico, ainda que a Prefeitura dos *Campi* de Limeira tenha sido criada, o
10 início de qualquer tramitação de processo, seja de reforma ou alteração da estrutura, ou da
11 infraestrutura, sempre se inicia no âmbito da unidade. E no processo da criação da antiga SAR,
12 foram cedidos alguns funcionários para lá, justamente para trabalhar as necessidades das duas
13 unidades de Limeira. Estão sentindo a urgência de fazer a reposição, porque apesar de haver
14 algumas obras acontecendo, a situação em boa parte dos prédios está obsoleta, já deteriorando
15 de forma muito rápida. O projeto parece que não foi muito bem elaborado e implementado, é
16 uma questão de obra, então pergunta se vai haver uma nova rodada de distribuição esse ano. A
17 Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS diz que hoje também é a sua última
18 reunião no Consu, pelo menos nessa rodada. Não queria se despedir dessa maneira, mas tem de
19 se manifestar sobre a institucionalidade de certos processos. Deixa bem claro que não está
20 falando sobre o item 14 da pauta, mas sobre questões que lamenta não ter podido ver pautadas
21 neste Conselho. Participou neste Conselho de decisões que considera fundamentais para a
22 Universidade. E não pode falar sobre certas decisões que tomou, porque embora tivesse se
23 restringido somente à documentação apresentada, está sendo processada pela sua manifestação
24 em nome do que acredita ser o melhor caminho para esta Universidade. Não só a Universidade
25 é processada, mas diferente da Universidade, os professores individualmente não têm uma
26 Procuradoria Geral para apoiá-los, embora a sua fala neste Conselho e nas suas câmaras seja
27 sempre uma fala de um cargo de representação. Por vezes tomaram decisões que podem ser
28 contestadas judicialmente, mas às vezes é necessário enfrentar as consequências para
29 movimentar a Universidade. Porque em muitos desses casos, não há uma institucionalidade
30 para a condução de certos processos, e quando há por vezes as pessoas obstaculizam os
31 encaminhamentos de processos. Essas pessoas ainda não são processadas, mas decisões
32 judiciais já têm penalizado universidades brasileiras por inação. Questões tabu na Universidade,
33 como, por exemplo, assédio sexual, plágio, assédio moral e outros tipos de má conduta nas
34 relações pessoais, como sistematicamente a “Revista de Integridade Científica” da Fapesp
35 mostra, não são devidamente enfrentados pela maioria das universidades no mundo. A Unicamp
36 avançou com a criação da Diretoria Executiva de Direitos Humanos e os caminhos para tratar
37 de denúncias desse tipo, mas isso é insuficiente. Para enfrentar essas questões de maneira séria
38 não podem se esconder atrás das regras, precisam modificá-las e torná-las mais modernas e
39 adequadas para criar um ambiente saudável para toda a comunidade. Diz que gostaria de ter
40 visto e contribuído para avançar com mudanças no regimento nesse sentido. Apesar disso, o

sentimento principal é de uma enorme satisfação pela experiência nesta Casa. Recomenda a todos os professores passem pelo Consu, pois é uma experiência riquíssima que dá uma visão muito ampla da Universidade. Com isso encerra, cumprimentando os colegas que também deixam o Consu nesta data, na figura da recordista, professora Claudia Medeiros, a quem é impossível não admirar por sua dedicação de tantos anos a este Conselho. Agradece também aos colegas de colegiado, aos funcionários que apoiaram, aos pró-reitores, à Coordenadora Geral e ao senhor Reitor. O Conselheiro AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA diz que foi aprovado o logotipo do Cofil, algo muito importante para o Colégio. Agradece a presença do Reitor e alguns pró-reitores, o Colégio em 56 anos, não tinha essa marca que o identificava. Realizou-se um concurso que foi muito prestigiado, chegando a um logotipo que identificava a escola com a Universidade, então todos ficaram muito felizes. Parabeniza o professor Sandro Dias, do Cofil, que acabou de ser eleito para o Consu, assim como o professor Francisco da Fonseca, e também a professora Rosmari pelo tempo que ficou aqui. Então o colégio continua muito bem representado, e deseja a eles dois anos muito satisfatórios aqui. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores para os esclarecimentos em relação a resolução publicada no diário oficial e a sugestão do professor Ricardo de ter alguma normativa ou algum esclarecimento que diminua os ruídos em torno da questão. O senhor EVERALDO PINHEIRO agradece ao professor Ricardo pela sugestão e os elogios, e diz que a sugestão dele foi acolhida pela DGRH de fazer uma instrução normativa. Tendo em vista as dúvidas que já foram apresentados, acha fundamental fazer a publicação. Não foi feita ainda por absoluta falta de tempo, estão com muitos eventos, mas será providenciada o mais breve possível. Ressalta que o objetivo da resolução é fazer o planejamento e manter um histórico do que foi pedido ou não, do que foi aceito, do que foi rejeitado, sendo que já existem essas justificativas. Sobre o que a professora Marisa perguntou, se é possível deixar acumular para o final e depois tirar para usufruir antes da aposentadoria, a resposta é sim, desde que tenha uma justificativa plausível para a pessoa não ter usufruído durante a sua carreira e que chegue no final a pessoa realmente usufrua a licença, ela não peça aposentadoria sem usufruir a licença. Então todo esse registro é importante durante o histórico dos docentes e dos servidores também. Sobre o outro questionamento, se era possível tirar durante o período letivo, reforça que preferencialmente seja tirado no período de férias, mas se houver o acordo com a chefia do departamento, com a direção da unidade, pode ser usufruída durante o período letivo. Lembrando que se houver necessidade de ter uma substituição durante esse período, tem de ser muito bem programada e pode gerar uma demanda na CVD por uma contratação de um temporário. Então isso também vai depender de todo esse trâmite que precisa ocorrer na Universidade. A professora Heloíse comentou sobre uma outra contribuição previdenciária, pede para que ela o procure para conversar sobre o caso, mas a princípio é uma situação que está de acordo com a legislação. Então sobre a resolução basicamente é isso, e com a publicação da instrução acredita que serão sanadas outras dúvidas que ainda tenham. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO agradece ao professor Paulo Ronqui pela dedicação no Instituto de Artes. Agradece novamente a professora Claudia Medeiros, como já

1 fez em outras câmaras, inclusive a brincadeira de que quando viu a lista dos inscritos achou ou
2 que tinha erro ou que ela tinha esquecido, mas de fato ela está dando esse tempo dos dois anos
3 e já disse que vai voltar. É inegável o exemplo que ela dá de dedicação à Instituição
4 permanecendo por 28 anos. E também faz um destaque ao evento de concessão do título ao
5 professor Belluzzo. Ele foi emblemático para a história da Universidade, e para os que foram
6 alunos e jovens professores naquela época, até final dos anos de 1980, foi emocionante ver tudo
7 aquilo contado pelos protagonistas, sabendo que fizeram parte dessa história. Parabeniza o
8 Instituto de Economia. Destaca duas questões da pós-graduação. O Prêmio Tese Destaque
9 Unicamp teve a celebração realizada no último dia 25, com uma cerimônia muito bacana, os
10 alunos estavam muito felizes, dando início a um hábito, que espera que outras gestões
11 continuem, de premiar os melhores trabalhos de doutorado, quatro melhores teses e quatro
12 menções honrosas. Os programas de pós-graduação certamente ganham com isso. E a partir de
13 junho, julho, começa um ciclo de seminários com os cursos de pós-graduação notas 3 e 4,
14 oferecendo condições mais apropriadas para o seminário de acompanhamento que a própria
15 avaliação da Capes faz nesse momento final do ano. Haverá uma reunião com todos esses
16 programas para tentar operacionalizar mais ainda as condições que eles terão aqui para se
17 apresentar nesse seminário de meio-termo. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA
18 TORO agradece e parabeniza a professora Claudia Medeiros, o professor Paulo Ronqui e a
19 professora Andréa Freitas, os três vão fazer muita falta aqui no Consu. Diz que esteve na entrega
20 do título ao professor Belluzzo, e parabeniza o Instituto de Economia. Ingressou na
21 Universidade no ano de 1976 e se sentiu parte daquela história, foi uma coisa muito interessante,
22 gostou demais, foi uma experiência fundamental em sua vida. Comunica que estão preparando
23 o 9º Seminário de Inovações Curriculares, que vai ocorrer junto com o 4º Simpósio
24 Internacional de Inovação em Educação Superior da Associação Brasileira dos Reitores das
25 Universidades Estaduais e Municipais – Abruem, que ocorrerá nos dias 21 a 23 de setembro.
26 Em breve estarão aceitando os trabalhos para a participação neste seminário e nesse simpósio
27 internacional. O mote do seminário é “Desafios e perspectivas na educação do ensino superior”,
28 e pede para que todos fiquem atentos. Informa que há dois editais abertos para alunos de
29 graduação, que são de apoio para os que vão a eventos, congressos etc, e um segundo apoio
30 para grupos de alunos que fazem algum tipo de atividade ou evento dentro da Universidade.
31 Solicita que sejam divulgados nas unidades. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS
32 ROMANO diz que houve uma reunião da PRP, do Grant Office em particular, com diretores e
33 diretores de grandes centros temáticos, e metade desses dirigentes estiveram presentes. Convida
34 todos os diretores de unidades para virem na próxima reunião. Pretendem realizar, a partir
35 dessas duas reuniões, um programa de apoio a esses grandes centros, que é uma demanda
36 crescente na PRP; há demanda por pessoal, por equipamentos, infraestrutura. Então em breve
37 o Grant Office vai convidar essas pessoas que dirigem esses grandes centros para uma nova
38 reunião ainda este semestre. Sobre os editais, ressalta que haverá dois editais novos a serem
39 lançados agora até 10 de junho, com fechamento no começo de agosto, para que haja dois meses
40 de tempo hábil. Um deles é o edital de ensino, em que vai ser criado um novo item que é a

possibilidade de usar essa verba para promover, facilitar e viabilizar cursos em inglês visando à internacionalização. O outro é um edital cujo público-alvo são colegas com mais de 10 anos de contratação como docentes e que tenham dificuldades em cumprir as exigências de complementariedade para os auxílios Faepex. Porque às vezes se dedicaram mais ao ensino, estão sem projetos, então é um edital de reinserção desses colegas nas condições do Faepex. O Pibic, que é o programa de iniciação científica, está com as inscrições encerradas; foram 1.809 inscrições, um número bem maior do que nos últimos anos, sendo que no ano passado foram apenas 1.411, ficando assim apenas quatro inscrições abaixo do número máximo que teve no passado, que foi de 1.813. É um crescimento que se deve, provavelmente, ao aumento da bolsa de iniciação científica. Comenta que a Unicamp, particularmente em parceria com a USP e a Unesp, mas também envolvendo todas as universidades públicas de São Paulo, candidatou-se ao edital para a compra de um supercomputador da ordem de 50 milhões de dólares. Trata-se do primeiro projeto que envolve um consórcio de todas as universidades paulistas, com a ideia de três cossedes. A USP entra com o diretor-geral, a Unesp com o diretor executivo e a Unicamp através do professor Paulo Silva e Silva, do Imecc, como diretor de aplicações. É um projeto histórico e agradece à gestão, aos professores Paulo Silva, Ricardo Dahab e Munir Skaf, que ajudaram nas tratativas com os colegas das demais universidades. E, por fim, cumprimenta a todos os representantes docentes que estão saindo do Consu, na figura da professora Claudia Medeiros, e ao professor Paulo Ronqui, que está deixando a diretoria do IA. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO cumprimenta e estende as homenagens à professora Claudia Medeiros pelas contribuições ao longo desses 28 anos de presença no Consu, as contribuições institucionais sem dúvidas são muito relevantes. Parabeniza o professor Hernandes e estende os cumprimentos aos docentes do IB que receberam prêmios recentes. Também cumprimenta o professor Paulo Ronqui, mas observa que o fato de sair da direção não significa que eventualmente não possam voltar a conversar sobre questões relacionadas à extensão. À professora Andréa pela participação, e também estende junto com os colegas os cumprimentos ao Instituto de Economia pelo título de professor emérito ao professor Belluzzo. Não pôde estar presente por conta de uma atividade externa. O currículo acadêmico do professor Belluzzo mostra que ele é um grande exemplo de um extensionista envolvido em políticas públicas e com uma forte integração com a comunidade. Informa que nos dias 26 e 27 de junho, em Campinas, será realizado o Congresso Paulista de Extensão e Cultura, tendo como mote “Juntos pensando o futuro”, e que reunirá a Unesp, a Unicamp e a USP pela primeira vez em um congresso que tem como tema a extensão. A ideia é discutir e trocar experiências sobre todo o processo de curricularização da extensão que está ocorrendo nas três universidades neste momento. No mesmo dia 27, à noite, até o dia 30 de junho, começa o 6º Congresso de Extensão Universitária da Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu, um grupo bastante extenso de universidades que conta com Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia e é muito articulado no desenvolvimento de extensão na América Latina. Estarão aqui durante três dias discutindo as várias ações de extensão, e o título do evento é “Democracia e extensão”. Convida todos e todas a participarem desse evento, que certamente será um grande sucesso. O

1 Congresso da UGM já tem mais de 800 inscritos e mais de 500 trabalhos submetidos para
 2 apresentação. Finalizando, faz um breve relato de uma ação que aconteceu na semana passada,
 3 que inclusive o impediu de estar presente na cerimônia do professor Belluzzo, que foi uma
 4 comitiva organizada pelas três universidades paulistas que visitou algumas universidades de
 5 Portugal. O motivo dessa visita é baseado na “internacionalização da cultura”, e essa foi uma
 6 comitiva pioneira. Estiveram na Universidade de Lisboa, na Nova Lisboa, Universidade de
 7 Porto, Coimbra e Minho e discutiram sobre a universidade como lugar de cultura e, obviamente,
 8 a partir daí, certamente vão aparecer várias ações. A proposta é começar com projetos pequenos,
 9 mas ao longo do tempo aumentando essas interações para troca de informações e atividades
 10 envolvendo alunos, funcionários e docentes, tendo a cultura como mote. Quando pensam
 11 cultura, vão em todas as direções que possam imaginar. A Professora MARIA SÍLVIA
 12 VICCARI GATTI comenta o caso do professor do Instituto de Artes que foi assediado por
 13 alguns alunos em pleno espaço da universidade uma semana após ele ter ministrado uma aula.
 14 Houve um desentendimento, a ADunicamp se posicionou da maneira como ela deve se
 15 posicionar com relação às questões que afetam os docentes. O professor expôs a situação, foi
 16 orientado a procurar o setor jurídico, mas passados dois dias, ele retomou ainda sem falar com
 17 o setor jurídico. Naquele momento, o advogado da ADunicamp estava presente e ela solicitou
 18 que ele atendesse o professor. A angústia do professor a tocou de maneira profunda; a forma
 19 como ele se expressou lhe mostrou uma coisa sobre a qual não só a ADunicamp, mas qualquer
 20 docente, qualquer pessoa da Universidade tem de se posicionar de maneira muito clara. A
 21 ADunicamp fez uma nota repudiando a atitude dos alunos, ou daquelas pessoas que ali estavam,
 22 pois não podem dizer que seriam todos alunos, e deixou clara uma posição de apoio ao
 23 professor. Ao mesmo tempo, ela se coloca de uma maneira a que haja por parte da Universidade,
 24 dos seus órgãos competentes, atitudes fundamentalmente que visem medidas preventivas e de
 25 proteção à comunidade, para que atos como esse não venham a se repetir. Há uma sindicância
 26 aberta, o professor informou isso depois. Observa que os alunos do centro acadêmico do
 27 Instituto de Artes foram até ela, fizeram sua colocação, sendo uma situação bastante complexa,
 28 foram ouvidos e diante do relato, reafirmou a elas a posição contrária da ADunicamp ao que
 29 havia acontecido. Eles disseram que não estavam lá, que não participaram do processo, não
 30 foram partícipes da programação desse processo. Então, como associação de docentes, que tem
 31 o papel de proteger a qualidade do trabalho, a qualidade de vida dos docentes, um
 32 posicionamento claro é que efetivamente possam construir medidas claras de prevenção, de
 33 orientação a toda a comunidade com relação a questões de assédio, xenofobia, racismo etc. que
 34 têm acontecido na universidade. O Conselheiro FERNANDO SARTI parabeniza e agradece o
 35 compromisso e a colaboração institucional da professora Claudia Medeiros. Agradece também
 36 o convívio com o professor Paulo Ronqui e com a professora Andréa Freitas. Em relação às
 37 aposentadorias automáticas, isso surgiu primeiro de um pleito dos diretores. Foi avaliado,
 38 inclusive, em reunião com os diretores, avaliado dentro das instâncias da Universidade a
 39 começar pela COP, mas também dentro do Consu. A demanda posterior para que fosse
 40 estendida às demais carreiras especiais veio apenas dentro do Consu, sem que houvesse ainda

1 uma análise por parte da PRDU, da Aeplan, da COP, mas isso está em estudo. E ao mesmo
2 tempo consultaram a PG, no sentido de que as carreiras especiais ainda são tratadas como
3 funções, não tendo os cargos, e precisam saber se traz ou não algum impedimento para iniciar
4 o processo de contratação automática a partir das aposentadorias. Com relação à questão da
5 professora Milena, informa que há um estudo pronto do plano financeiro e olhando também
6 para a necessidade de reposição das vagas Paepe, mas esse estudo ainda merece uma análise,
7 primeiro passando pela CGU, depois haverá discussão com todos os envolvidos, a bancada
8 Paepe e os docentes para pensar nessa distribuição, lembrando que existem essas vagas
9 disponíveis. Há um concurso nível médio que deve ser homologado agora em junho ou julho,
10 e o concurso para nível superior está em processo. Então poderá ser feita a distribuição, mas há
11 essa limitação, pois são poucas vagas de nível superior que estão disponíveis hoje na
12 Universidade, embora isso também já esteja sendo tratado. Respondendo ao professor Cataia,
13 diz que ainda não foi passado dentro da COP o plano de investimento da Citic. Então não sabem
14 se o PAT-PPI está contemplando ou não a unidade. Já houve uma apresentação no expediente,
15 tanto da Copei quanto da COP, mas o projeto ainda não foi fechado nem avaliado. Informa que
16 em relação ao Programa de Incentivo aos Novos Docentes, está sendo finalizado o primeiro
17 edital, foram submetidos 220 projetos, quase a totalidade já foi avaliada, faltando apenas 15.
18 Depois desses pareceres, o comitê se reunirá, dia 21 de junho, e os resultados serão divulgados
19 até dia 31 de julho. Lembrando que esse edital envolve os pedidos iniciais de R\$14 milhões, no
20 programa como um todo estão contemplados R\$60 milhões, e já em agosto será aberto o
21 segundo edital. Em relação à progressão Paepe, já está na fase final. Foram inscritos 2.362
22 servidores, representando 2/3 dos servidores aptos para participarem da progressão, que
23 optaram 60% pela horizontal e 40% pela progressão vertical. A Aeplan liberou junto com a
24 PRDU os recursos para a progressão, a lista de classificados com as notas pela comissão de
25 avaliação, e após todas as congregações e as instâncias equivalentes vão homologar as listas de
26 classificados com a indicação dos contemplados. Depois se iniciam as fases de recurso, e no
27 dia 7 de junho a homologação dessas progressões junto à CAD. A Conselheira MARIA LUIZA
28 MORETTI agradece aos representantes docentes que estiveram presentes nesses últimos dois
29 anos, aos quais teve a oportunidade de conhecer e aprender com todos. Agradece à professora
30 Claudia Medeiros, recordista do Consu, pela experiência que adquiriu com ela, à professora
31 Andréa Freitas pela oportunidade de conhecê-la, ao professor Paulo Ronqui, agora diretor que
32 se despede, que conheceu em uma cerimônia que houve no Cotuca, onde o Instituto de Artes
33 estava com uma exposição. E agradece também à sua apresentação, quando em setembro de
34 2021 foi feita a reabertura da retomada do trabalho presencial na Universidade após a pandemia.
35 Parabeniza o Instituto de Economia pela linda e emocionante cerimônia, que a fez retornar no
36 começo de sua carreira, no início dos anos de 1980. Muito do que foi dito ela viveu, e tem esse
37 sentimento de pertencimento muito grande trazido pelo professor Belluzzo e demais presentes.
38 Parabeniza o Instituto pela participação no crescimento da Unicamp. Informa que hoje e
39 amanhã estarão recebendo três professores externos que farão a avaliação institucional da
40 Universidade para o seu credenciamento. É um comitê de especialistas designado pelo

1 Conselho Estadual de Educação que fará um relatório final sobre os últimos 10 anos da
2 Universidade para o seu recredenciamento. Informa também que foi finalizado todo o edital
3 Copei 01/21, de apoio ao planejamento estratégico das unidades de ensino, pesquisa, colégios
4 técnicos e Cocen, com a submissão de 20 unidades, um colégio técnico e a Cocen. O total
5 disponibilizado de aporte financeiro foi de R\$4,4 milhões para a realização de projetos
6 estratégicos. As unidades terão dois anos para desenvolver os seus relatórios. Em relação aos
7 preparativos da UPA, que vai acontecer no dia 19 de agosto, um dia em que a comunidade
8 estudantil de ensino médio e seus professores vem à Universidade. No ano passado foram mais
9 de 30 mil participantes e este ano acredita que serão mais, pela vontade, pela disposição que
10 está existindo no grupo que trabalha, que programa a UPA, os profissionais todos envolvidos
11 nas unidades, devido a esse estímulo que estão dando à comunidade do ensino médio. Na sua
12 grande maioria, são escolas públicas do estado de São Paulo, às vezes de outros estados também
13 que vem até aqui para conhecer a Universidade e divulgam a Universidade nas suas escolas,
14 nos seus estados e nas suas cidades. É um evento caro, mas é muito impactante para a
15 Universidade. Respondendo à pergunta do Bruno em relação ao trabalho remoto, observa que
16 agora é o momento de fazer a implantação do ponto eletrônico. Acha que deveriam fazer
17 primeiro uma coisa e depois a outra, as duas coisas ao mesmo tempo seria complexo. A própria
18 DGRH está passando por uma reestruturação, não só no processo de avaliação da carreira, que
19 é um trabalho enorme que está sendo também informatizado com a ajuda do Escritório de Dados
20 Institucionais e Suporte à Decisão – Edat da CGU. Então é um enorme trabalho. Tem também
21 toda a reestruturação para receber a questão do ponto, as pessoas precisam se adaptar a esse
22 novo modelo, e depois disso podem voltar a conversar. Em relação ao trabalho presencial, a
23 comunidade se beneficia muito, pois estão em um momento de voltar a estar juntos. E tem
24 também a questão do comércio que funciona em torno desta região. A importância para a
25 comunidade de Barão Geraldo, para a comunidade do *campus*, a implantação de cantinas, que
26 é uma queixa constante. Dá um exemplo do prefeito do Rio de Janeiro, que pediu para as
27 empresas, como a Petrobras, que estão localizadas na região central do Rio de Janeiro, para que
28 todos voltassem ao trabalho presencial, porque o comércio e as pessoas que ali trabalhavam e
29 viviam dos funcionários dos grandes bancos, da própria Petrobras e de outras companhias
30 faliram e ficaram desempregados. Teve um impacto econômico brutal. E pensando na região
31 aqui e essa demanda que possuem de abrir cantinas, de socializar o *campus*, pergunta como vão
32 socializar se se afastarem. Passaram por um período muito grande de isolamento social, isso
33 levou a um aumento da incidência de problemas de saúde mental causados pelo isolamento.
34 Estão se acostumando a voltar, então devem voltar, se adaptar, e depois discutem novamente o
35 trabalho remoto. O MAGNÍFICO REITOR agradecendo à professora Claudia Medeiros, ao
36 professor Paulo Ronqui, à professora Andréa Freitas, citando também os professores Marco
37 Antonio e Rosmari. Administrar e participar das instâncias da Universidade são coisas
38 importantes, que envolvem uma dedicação, de longa data no caso da professora Claudia, então
39 é muito importante que reconheçam o papel dessas pessoas que os ajudam a avançar na
40 Instituição. Há uma grande importância nessa riqueza de diversidade de opiniões, construindo

1 assim uma instituição forte como a Unicamp. Em relação à fala da professora Sílvia Gatti,
2 considera o evento do IA uma coisa muito dramática, muito negativa para a Universidade.
3 Envidarão todos os esforços tanto para abrir mais canais para ouvir a comunidade como também
4 para separar aquilo que é uma manifestação mais legítima de ações que têm um componente de
5 assédio, como foi dito pela professora Sílvia Gatti. Buscando enfrentar isso com bastante
6 seriedade, tanto no sentido de abrir espaços para a comunidade discutir essas questões
7 privilegiando o diálogo e a busca de soluções, como também responsabilizando as pessoas,
8 porque tomam às vezes atitudes inconsequentes e não se consideram responsáveis por essas
9 atitudes. As atitudes têm decorrências e têm que assumir essas responsabilidades. Respondendo
10 à professora Andréia, realmente tem de pressionar os órgãos para isso. Ficaria muito feliz se os
11 diretores organizassem uma caravana e fossem até Assembleia Legislativa conversar com os
12 deputados. Isso é positivo não só para a causa, é positivo para a Universidade construir canais
13 de comunicação com a Assembleia que, inclusive, tem um *feedback* para a Universidade
14 entender suas limitações. E existe apoio aqui dentro. Por exemplo, há um funcionário da Deas
15 que tem contato com toda a bancada de deputados na Assembleia Legislativa. Sugere que um
16 grupo de diretores, um diretor de cada área ou dois de cada área, organize uma comitiva, e esse
17 funcionário da Deas pode organizar esses contatos. Isso é positivo, não precisa o Reitor ir lá.
18 Fazer esses movimentos de vários lados, o STU junto com a ADunicamp, com o DCE, com a
19 APG, fortalece o movimento, inclusive com a diversidade de versões de pressão, ou de apoio,
20 de solicitação, que é esse olhar diferente. A prova do caso do Belluzzo é que tinham uma pessoa
21 que era Secretário de Ciência e Tecnologia, o outro que era Secretário de Planejamento e a
22 Universidade estava em greve. São dois movimentos diferentes, mas que resultaram em um
23 resultado extremamente positivo que foi a autonomia, indicando que as pessoas em papéis
24 diferentes podem valorizar, que elas estão unidas por um propósito. Esse propósito está acima
25 do papel institucional delas. A defesa da autonomia é a garantia daquilo que se constrói aqui
26 como instituição, então toda a iniciativa pode sair dos vários agentes de dentro da Universidade.
27 Sempre vai ter um colorido diferente, pode criar um ou outro ruído, mas tem absoluta convicção
28 de que o movimento é positivo, ganham muito mais. O grupo de diretores pode discutir, fazer
29 essa ação, e é inclusive uma forma de lidar com essa diversidade que é a Assembleia
30 Legislativa. Como Reitor, faz isso quando recebe apoio de todos os partidos na forma de
31 emendas parlamentares. Então lidar com essa diversidade é também uma coisa positiva, fazer
32 com que os gestores dos vários cargos da Universidade façam isso. Então faz uma proposta e
33 podem ajudar nesse contato, porque há pessoas na estrutura da Universidade que têm contato
34 com assessores de vários deputados, tendo acesso também à comissão de educação. Tem a
35 sensação de que se os diretores pedirem uma audiência com algum secretário do governo do
36 estado, provavelmente serão recebidos. Isso é positivo, porque mostra que não é só uma
37 reivindicação de quem dirige a Universidades em particular, é algo que leva toda a comunidade
38 junto. Em seguida, diz que não compareceu ao evento do Bruno e do Dom ontem porque estava
39 em um evento em Belo Horizonte relativo à Associação de Universidades do Grupo de
40 Montevidéu, do qual a Unicamp participa desde a fundação, há mais de 30 anos. A presidente

do grupo é a professora Sandra Almeida, Reitora da UFMG. Às vezes, como universidade estadual, a Unicamp tem pouco contato com as universidades federais, principalmente em São Paulo, embora haja três universidades federais e o ITA. Precisam ter contato com as universidades federais, o país tem universidades federais excelentes, então compareceu para valorizar, inclusive é a primeira presidente mulher da UGM e é uma das poucas presidências que estiveram no Brasil dessa associação de universidades. Estava presente o professor Rui Oppermann da Capes e foi discutido a ideia de fazer um *Erasmus* da América Latina, que é uma ideia interessante. Precisam estreitar esses laços de colaboração no espaço aqui, isso também foi discutido. Estavam presentes reitores de várias universidades da América que estão muito associados a essa iniciativa da extensão. Um outro recado importante foi a menção do professor Wagner à discussão que vai ocorrer na Adunicamp sobre Hids e Pids. Há visões diferentes, as pessoas vão polemizar, mas há também ações e interações positivas. A equipe da Prefeitura Municipal associada a planejamento e urbanismo fez cursos aqui na FECFAU com a professora Gabriela Celani, que coordena hoje um projeto da Fapesp importante nessa área de urbanismo associado a distrito de inovação. Então, embora possam ter visões diferentes, tem uma interação também em alguma procura de construir uma agenda comum, e essa procura foi tão longe que 15 dias atrás estavam o Reitor da PUC Campinas com a sua equipe de inovação, o Reitor da Unicamp com membros da Inova, do Hids, do Parque Tecnológico, além do Prefeito da cidade de Campinas, a Secretária de Planejamento e Urbanismo e a Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, juntos em Barcelona para visitar o 22@, que é um exemplo de distrito de inovação, muito avançado em relação aos parques científicos e tecnológicos. A ideia é criar um local onde as pessoas vivam, onde haja moradia social, equipamentos públicos como escolas, por exemplo, mas na parte empresarial seja basicamente voltado para a inovação tecnológica, científica, inovação em políticas públicas. Isso ocorre há mais de uma década em Barcelona, que hoje é um local de concentração da inovação na Europa, atraindo empresas de todo o mundo. Sentiram um compromisso muito forte da prefeitura, porque isso envolve colocar recursos também em termos de infraestrutura, e não será viabilizado nada aqui próximo se não tiver esse compromisso dos agentes estatais. Eles são capazes de criar mais segurança jurídica, de colocar recursos. Isso não significa que não possam ter diferença de visão sobre o projeto, mas nessas audiências precisam procurar ver o que é possível construir de comum e conseguir fortalecer essa agenda. Em relação ao trabalho remoto, a professora Maria Luiza já adiantou que toda gestão tem problemas e não é possível resolver todos, então colocam prioridades. E desde o início não foi o trabalho remoto; algumas agendas foram colocadas à revelia da vontade da Universidade, que foi o caso do ponto eletrônico. Então, isso obviamente, pode não satisfazer o conjunto da comunidade, mas é uma escala de prioridades. Por exemplo, acelerar os processos de progressão é algo importante que aumenta a solidariedade da comunidade, assim como aprovar a compra do terreno e ampliar a moradia. Infelizmente, com a equipe limitada, não conseguem resolver todos os problemas. Por isso, inclusive, pede para que as pessoas tomem iniciativas e isso será discutido em algum momento, mas precisam de mais agentes se movimentando, o que é positivo para a Universidade. Mas algumas coisas realmente dependem

1 da iniciativa da Reitoria, que é o caso do trabalho remoto. Precisam estabelecer prioridades e
2 estão tentando resolver alguns assuntos pendentes do passado, como é o caso da moradia, que
3 é uma reclamação antiga, e todas as reclamações são válidas. Cita o caso das pessoas que estão
4 dependendo da autorização de compra de produtos controlados, a questão dos AVCBs, há
5 décadas sem resolver. Comenta sobre a cerimônia do professor Belluzzo, que foi uma das
6 cerimônias mais bonitas desta Universidade. A história deles como aluno e depois como um
7 jovem professor é marcante; o que aquele conjunto de profissionais fez pela Unicamp, o papel
8 que tiveram na autonomia, na história do sistema paulista de ciência e tecnologia, que
9 influenciou a ciência e tecnologia no país como um todo, causa um grande orgulho. Agradece
10 muito ao papel dessas pessoas, e a cerimônia refletiu isso. Foi uma das cerimônias mais
11 concorridas, vieram pessoas do Ministério da Fazenda, do BNDS, da Finep, todas essas grandes
12 instituições estiveram presentes reconhecendo o papel que o conjunto de pessoas, mas em
13 particular o professor Belluzzo, representa no pensamento econômico brasileiro, no
14 pensamento desenvolvimentista e seu papel em termos de construção de universidades como a
15 USP, a Unicamp e a Unesp. Não podem deixar essa história morrer, e que as jovens gerações
16 se alimentem disso, para continuarem nessa trajetória de êxito da Universidade. Nada mais
17 havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami,
18 Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para
19 ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 06 de junho de 2023.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **182ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 1º de agosto de 2023, sem alterações.*